



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL - PPGHB

FRANCÊS DE FRANCIS SILVA SALAZAR

**IMIGRAR, TRABALHAR, LUCRAR: A TRAJETÓRIA SÍRIO-LIBANESA EM
CODÓ-MA (1920-1960).**

TERESINA – PI

2018

FRANCÊS DE FRANCIS SILVA SALAZAR

**IMIGRAR, TRABALHAR, LUCRAR: A TRAJETÓRIA SÍRIO-LIBANESA EM
CODÓ-MA (1920-1960).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí como requisito para a obtenção do título de mestre em História do Brasil.

Orientador: Professor Doutor Francisco Alcides do Nascimento

TERESINA – PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

S159i Salazar, Francês de Francis Silva.

Imigrar, trabalhar, lucrar: a trajetória sírio - libanesa em Codó-MA (1920-1960)/ Francês de Francis Silva Salazar. – 2018.

132 f.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

1. Imigração - Sírio-Libanês. 2. História – Codó (MA)
3. Economia. 4. Imigrantes - Trabalho. I. Título

CDD 981.22

FRANCÊS DE FRANCIS SILVA SALAZAR

**IMIGRAR, TRABALHAR, LUCRAR: A TRAJETÓRIA SÍRIO-LIBANESA EM
CODÓ-MA (1920-1960).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí como requisito para a obtenção do título de mestre em História do Brasil.

Orientador: Professor Doutor Francisco Alcides do Nascimento

Aprovada em ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Francisco Alcides do Nascimento - UFPI
(Orientador)

Professor Dr. Alcebíades Costa Filho - (UEMA)
(Examinador Externo)

Professora Dr.^a Claudia Cristina da Silva Fontineles - UFPI
(Examinador Interno)

Professor Dr. Jonhy Santana de Araújo - UFPI
(Suplente)

Aos meus pais, Edna e Jorge (*in memoriam*), com todo o
meu respeito e admiração.

AGRADECIMENTOS

A construção dessa pesquisa faz parte de um longo percurso iniciado com a seleção para o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Nessa etapa pude contar com a gentileza do meu irmão George Flemeds Santana Salazar e da hospitalidade de Olinda de Jesus que me acolheram e dispuseram um pouco do seu tempo em me ajudar a conquistar a meta do mestrado.

Nessa etapa também pude contar com os professores Jonhy Santana de Araújo e meu orientador Francisco Alcides do Nascimento por apostarem no potencial da minha pesquisa e por terem me dado o aval para a entrada no programa bem como pela valorosa ajuda das disciplinas por eles ministradas e pelas orientações ao longo do curso.

Como aluna da professora Cláudia Cristina Fontineles fui presenteadada com a sua inteligência e seu olhar arguto que ajudaram imensamente na delineação da pesquisa, além de ter se tornado para mim uma referência profissional e intelectual.

Agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa e a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, aos meus colegas de turma que compartilharam comigo algumas das alegrias e apreensões que vivenciei ao longo desses dois anos e meio de curso com destaque para Marcelo Cardoso que se tornou além de um colega, um inestimável amigo.

Agradeço em especial à Maria Lidiegida de Sousa Viana pela amizade e companheirismo com que me brindou nesse período. Pelas inúmeras conversas nas quais pude compartilhar minhas inquietações, projetos, alegrias e tristezas. Pelas incontáveis vezes que me abrigou em Teresina, pelo seu espírito alegre, gentil e prestativo que me influenciou tão positivamente e me exortaram a me tornar uma mulher tão madura e esclarecida quanto ela.

À Dona Claudete e sua família pela hospitalidade com a qual sempre me receberam e por me mostrarem como pequenos gestos de solicitude e civilidade podem exercer um impacto tão profundo na vida de outra pessoa.

À Raimundo Fortunato, bibliotecário e funcionário da prefeitura municipal de Codó, pelo auxílio que me prestou no meu acesso e pesquisa nos arquivos da Prefeitura da cidade e pelo profissionalismo e dedicação que demonstra no seu trabalho.

Agradeço a todos os depoentes que me concederam os depoimentos e fontes sem os quais eu não poderia ter construído essa pesquisa e por compartilharem com essa pesquisa seus

conhecimentos e memórias. A João Buzar Neto que sempre me recebeu com atenciosidade em sua casa, a Getúlio Zaidan e família, a Mamede Nagib Freitas Assen, Maria Rita Bayma Saads e Zarife Buzar Francis Alvim. Ao falecido Murilo Salem pelos valorosos esclarecimentos que prestou durante a monografia e que foram basilares para esta pesquisa.

Também presto minha gratidão ao professor Carlos Gomes que junto a João Batista Machado deram uma inestimável contribuição para a escrita da história codoense, estabelecendo as bases para produções como esta.

Por fim, agradeço aos meus irmãos e em especial à minha mãe, Edna Maria Lima da Silva, pelo apoio e incentivo durante toda a minha trajetória acadêmica.

RESUMO

O trabalho intitulado “Imigrar, trabalhar, lucrar: a trajetória sírio-libanesa em Codó-MA (1920-1960)” investiga o funcionamento e organização do mundo de trabalho sírio-libanês na cidade de Codó no período em recorte. Partindo do cenário transcorrido entre o final do século XIX e início do século XX, onde observa-se o ingresso de imigrantes de origem árabe, em especial sírios e libaneses e o seu estabelecimento na praça comercial da cidade, procura-se entender como, nas décadas seguintes, esses sujeitos passaram a ocupar posições de destaque na elite socioeconômica da cidade. O êxito alcançado pelo grupo suscita o interesse na identificação e análise das estratégias empregados por eles para o alcance dessa meta. Esta pesquisa dedica-se a entender esse processo de mobilidade econômica e social tomando as experiências de trabalho do imigrante como principal eixo discursivo. Nesse sentido, faz-se um exame da atuação sírio-libanesa na economia codoense entre as décadas de 1920 a 1960, caracterizando a presença sírio-libanesa na economia codoense e a partir disso, sua experiência migratória. Emprega-se nessa tarefa o suporte empírico de fontes orais, jornais, registros e atas da prefeitura de Codó e os conceitos de cidade, memória e representação no desenvolvimento narrativo.

PALAVRAS-CHAVE: História. Sírio-libanês. Imigração. Codó. Economia. Trabalho.

ABSTRACT

The paper entitled "immigrate, labor, profit: the syrian lebanese path in Codo-MA (1920-1960)" investigate the operation and organization of the world of syrian lebanese work in the city of Codo in the period in cutting. Starting from the scenary that took place between the final of the nineteen century and the beginnig of the twenty century,where it was observed the entrance of immigrants from Arabian origin, specially syrians and lebaneses and their permanecy at the comercial square of the city, it seeks to comprehend how, in the next decades, these people started to occupy remarkable positions in the socioeconomic elite of the city. The success reached by the group raise the interest on the indentification and analysis of the estratagies used by them to conquest this goal. This Research dedicates to understand the process of social and economic mobility considering the work experiences of the immigrants as the main discursive axis. In this sense, its was made an exam of the syrian lebanese acting in the codoense economy between the decades of 1920 to 1960, characterinzing the syrian lebanese presence in the codoense economy and from this, its migratory experience. It was used in this task the empirical support of oral sources, newspapers, registers and protocols of Codo Prefecture and the concepts of city, memory, and representation in the narrative development.

KEYWORDS. History. Syrian Lebanese. Immigration. Codo. Economy. Labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Registro do Porto do Maranhão (1888)	48
Figura 2 - Presença sírio-libanesa no interior do Maranhão.....	52
Figura 3 - O casal Ana Buzar Francis e Carlos Jorge Francis	72
Figura 4 - Anúncio do comerciante Ananias Murad	74
Figura 5 - Anúncio de Nagib Buzar.....	80
Figura 6 - Foto da inauguração da fábrica de beneficiamento de Naby Salém.....	91
Figura 7 - Desfile de caminhões na festa do algodão em Codó	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Concentração de famílias sírio-libanesas em cidades do Maranhão na primeira metade do século XX.....	50
Tabela 2 - Relação de imigrantes no setor agropecuário de Codó de 1939.....	65
Tabela 3 - Relação entre imigrantes e ramos de atuação no ano de 1938	66
Tabela 4 - Produtos exportados pelo Maranhão em 1941.	76
Tabela 5 - Destino da exportação do Maranhão em 1941.	77
Tabela 6 - Beneficiadoras de fibras têxteis pertencentes a árabes no Maranhão na década de 1950	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DO ATLÂNTICO AO ITAPECURU: SÍRIOS E LIBANESES EM CODÓ.....	23
1.1 Imigrações: a dinâmica de um desejo.....	24
1.2. Imigrantes no Brasil: pensamento racial e projeto nacional.....	29
1.3 Imigração árabe: perfil, redes e mundo do trabalho.....	33
1.4 A cidade no olhar: sírios e libaneses em Codó.....	40
2 TRABALHO E COTIDIANO SÍRIO-LIBANÊS NA ECONOMIA CODOENSE.....	59
2.1 Por trás do balcão: lojas, quitandas e botequins.....	64
2.2. As riquezas da terra: arroz, algodão e babaçu.....	75
2.3 De comerciantes a empresários.....	83
2.4. “Fazer a América”: estratégias de ascensão e integração do imigrante.....	96
3 “REIS DO COMÉRCIO”? ENTRE MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES.....	106
3.1 “Turco”, “carcamano” ou “bem de vida”?	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

A presença árabe no Maranhão foi representada principalmente por sírios e libaneses e inscreveu-se na história do estado pelas vias econômicas. No passado, seus sobrenomes compuseram o alto empresariado maranhense, batizando lojas, casas comerciais, companhias e indústrias. Desse passado áureo ainda se conservam alguns resquícios: um rápido olhar no quadro político do estado nos últimos cinquenta anos denuncia a presença distinta dos seus descendentes. Escolas, hospitais, ruas e praças também ostentam nomes das figuras ilustres desse grupo.

Visto como figura excêntrica, o árabe foi personagem assíduo das praças comerciais na capital e no interior do estado na primeira metade do século XX. Mascates, comerciantes, empresários; diferentes ofícios interligados pela mesma prática: a mercancia. A presença laboriosa no setor comercial proporcionou conforto financeiro para uns e verdadeiras fortunas para outros, garantindo às futuras gerações uma existência bem menos árdua nas profissões liberais (advogados, médicos, engenheiros), condição só adquirida pelo esforço dos antepassados.

A pesquisa aqui desenvolvida dedica-se ao estudo e entendimento da manifestação sírio-libanesa na cidade de Codó, interior do Maranhão. Nessa cidade, o elemento sírio-libanês galgou uma trajetória semelhante à observada no resto do estado com uma presença marcante na economia e na política local.

A presença na economia manifestou-se de forma inicial no comércio com a abertura de lojas, quitandas e casas comerciais na primeira metade do século XX, evoluindo, posteriormente, para empreendimentos de maior expressividade como indústrias. A terceira etapa desse processo de ascensão é desempenhada na política, consolidando por completo a integração socioeconômica do grupo.

Essa atuação rendeu aos membros da comunidade o título de “reis do comércio”, qualificação que por si reflete uma leitura positiva dessa experiência. Um exame sobre a cronologia econômica da cidade na metade do século passado revela uma participação se não numerosa, bastante influente na dinâmica do setor como um todo. Em verdade, a celebração da experiência árabe em Codó ultrapassa o campo econômico numa interpretação, por vezes, desproporcional à sua realidade, ratificada inclusive pelas produções históricas locais.

Cita-se como exemplo, o livro *Codó, histórias do fundo do baú*¹, principal referência historiográfica da cidade. Na obra, o autor, João Batista Machado, situa o elemento sírio-libanês em posição de destaque na formação social e econômica codoense ao lado de portugueses, negros e índios, desconsiderando um hiato temporal de mais cem anos entre estes e os árabes ao mesmo que também parece ignorar como a inexpressividade numérica do grupo impossibilitaria uma influência significativa na formação étnica da cidade.

No ano de 2000, na gestão do então prefeito da cidade, Ricardo Archer, foi produzida e amplamente difundida a revista *Leia Hoje: enciclopédia do Maranhão*², na qual era abordado em pouco mais de cem páginas um resumo histórico, político e econômico do município de Codó. Novamente, o imigrante árabe aparece em destaque sob tons laudatórios que enfatizavam a experiência de trabalho do grupo na cidade. Foi através da publicação que fui instigada pela primeira vez pela presença árabe em Codó, o que anos depois inspiraria a produção monográfica *De mascates a “reis do comércio”: a trajetória comercial dos imigrantes sírio-libaneses em Codó (1920-1970)*³ pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Nessa pesquisa, procurei definir os fatores que estimularam a ascensão social, política e econômica do imigrante sírio-libanês em Codó.

A atual pesquisa se distingue da anterior pelo foco na caracterização das atividades econômicas do imigrante. Buscou-se ampliar e aprofundar as discussões principiadas na primeira pesquisa, concentrando o olhar em analisar um aspecto ao qual é atribuído os parâmetros definidores da experiência migratória desse grupo: seu mundo do trabalho.

O trabalho para o imigrante não será exercido apenas como mecanismo de provimento, como também será responsável por traçar os contornos da trajetória desses sujeitos dando sentido e legitimação à sua presença adventícia na sociedade receptora. Os expedientes adotados pelo imigrante no novo mundo definiram seu papel social, determinaram suas vivências, práticas e identidades e lhe permitiram alcançar as metas estabelecidas no projeto migratório.

É através do trabalho e de condições socioeconômicas oportunas que o imigrante encontrará ensejo para desenvolver as habilidades que lhe possibilitarão o incremento financeiro sobre o qual ele validará sua presença na sociedade maranhense. Afinal, foi a posse

¹ MACHADO, João Batista. *Codó: histórias do fundo do baú*. Codó: FACT/UEMA, 1999.

² Revista *Leia Hoje: enciclopédia do Maranhão*, Codó. Nº 49, 2000.

³ SALAZAR, Francês de Francis Silva. *De mascates a “reis do comércio”: a trajetória comercial dos imigrantes sírio-libaneses em Codó (1920-1970)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

e domínio de capitais, meios de produção e de mercados que tornaram sírios e libaneses um grupo relevante na composição social maranhense. De outra forma, o que justificaria a gama de trabalhos, produções e escritos produzidos em torno desse grupo em particular?

Ao longo do século XX, figuras célebres da intelectualidade maranhense voltaram sua atenção para a presença desses sujeitos no estado. Jerônimo de Viveiros concedeu um capítulo especial na respeitada obra, *História do Comércio do Maranhão*⁴ para tecer elogios ao que ele considerou uma laboriosa raça de mascates e comerciantes infatigáveis. Eurico Teles de Macedo também não se furtou em dedicar uma pequena sessão no seu *O Maranhão e suas riquezas*⁵ para enaltecer o que ele caracterizou como o caráter “civilizador” do imigrante sírio. O antropólogo Olavo Correia Lima foi ainda mais longe e produziu um dos primeiros estudos dedicados à análise da configuração da imigração árabe no Maranhão⁶.

Mais recentemente, o interesse por essa imigração vem incitando uma série de produções acadêmicas em torno da temática. Essas pesquisas, aos poucos, vão dando contorno e feição ao fenômeno migratório no estado. A complexidade do tema dá margem para a apresentação de diversos olhares na busca pelas variadas facetas da qual se revestiu a imigração.

Nessa seara, Ingrid Pereira de Assis discute como esses imigrantes converteram o poder econômico em poder político na pesquisa *Descendentes de libaneses na política do Maranhão: ascensão econômica, relações pessoais e afirmação política*⁷; Frederico Mamede explora os condicionadores que possibilitaram sua ascensão socioeconômica em *A comunidade sírio-libanesa e sua inserção na elite maranhense*⁸. Já a dissertação de Marcelo V. Magalhães analisa como os diferentes estágios da trajetória sírio-libanesa no Maranhão foram apreendidos e representados de forma variada em *Sírios e libaneses na cidade de São Luís (1885-1930): entre táticas e representações*⁹.

Para situar esse fenômeno no quadro geral da história do país, é preciso lançar um olhar para as transformações operadas a partir da segunda metade do século XIX que culminaram, no final do século, em profundas modificações nas instituições políticas e econômicas do país.

⁴ VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão (1896-1934)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. v. 2.

⁵ MACEDO, Eurico Teles de. *O Maranhão e suas riquezas*. São Paulo: Siciliano, 2001.

⁶ LIMA, Olavo Corrêa. *Os sírios e libaneses no Maranhão*. São Luís, 1987.

⁷ ASSIS, Ingrid Pereira de. *Descendentes de libaneses na política do Maranhão: ascensão econômica, relações pessoais e afirmação política*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, 2012.

⁸ FURTADO, Frederico Mamede S. *A comunidade Sírio-Libanesa e sua inserção na elite maranhense*. Monografia (graduação em História). Universidade Estadual do Maranhão, 2008.

⁹ MAGALHÃES, Marcelo Vieira. *Sírios e libaneses na cidade de São Luís (1885-1930): entre táticas e representações*. Dissertação, (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará.

O golpe de 1889, que institucionalizou a República, consolidou um projeto político que visava romper com o sistema imperial. Apoiada em um discurso modernizador, a ascensão republicana, no entanto, conservou a velha organização assentada na grande propriedade rural estabelecida deste o período colonial. Com relações sociais e de trabalho eivadas de ranço escravista, uma economia engessada e monopolizada pela agroexportação e uma elite temerosa de perder seus privilégios, estabeleceu-se uma visão que convergia para a ideia de que uma possível solução para os problemas do país viria de fora, na figura do imigrante.

Para Alencastro e Renaux¹⁰, o fato desse projeto se inserir em um debate racial criava um conflito entre os interesses dos fazendeiros e a elite intelectual e burocrática do país. Enquanto estes buscavam a introdução das ditas “raças superiores” como critério para o acolhimento do elemento estrangeiro no país, aqueles pouco se preocupavam com o caráter étnico da futura mão de obra. Dessa forma, até a metade do século XIX, os fazendeiros sulistas continuaram introduzindo o elemento africano no país para insatisfação dos setores que entendiam a imigração como um “mecanismo de civilidade” e embranquecimento do país.

Lilia Moritz Schwarcz¹¹ observa que a década de 1870 marca a introdução das teorias evolucionista, darwinista e positivista no Brasil, dando um novo impulso aos debates raciais nos altos círculos da sociedade brasileira. A partir desse ponto, são desenvolvidos uma série de mecanismos que irão até o final do século, possibilitar o avanço das políticas imigratórias no país.

Isto posto, a entrada de milhões de imigrantes no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX respondeu ao desejo das elites de alterar a configuração econômica, social e cultural do país através da introdução de uma mão de obra livre que carregasse consigo a configuração genética com a qual se pretendia higienizar a mácula do passado escravagista.

Entretanto, ao desembarcarem no Brasil, a maioria dos imigrantes ignorava que a sociedade que os recebia passava por um decisivo processo de reestruturação do qual esperava-se que eles tomassem parte, assim como a sociedade brasileira ignorava que esses sujeitos desembarcavam trazendo consigo seus próprios projetos, imbuídos de metas e estratégias para conquistá-los.

¹⁰ ALENCASTRO, Luís Felipe de; RENAUX, Maria Luíza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A imigração sírio-libanesa no Brasil foi, desta forma, operada em um contexto de favorecimento ao elemento estrangeiro que resultou na maior onda migratória da sua história. Contudo, há de se ponderar que nesse primeiro momento, o imigrante sírio-libanês não será protagonista desse processo. Sua mão de obra não será solicitada pelos grandes cafeicultores paulistas e sua constituição étnica não será incluída no projeto racial das elites. Longe de constituir um obstáculo, essa atuação à margem, dará a essa imigração um caráter particular e espontâneo que delineará a trama histórica desses sujeitos.

Enquanto o Brasil atravessava um processo de reorganização socioeconômica, do outro lado do Atlântico, nas atuais regiões da Síria e do Líbano, acentuavam-se cada vez mais os movimentos emigratórios que projetavam na América a expectativa de concretização das suas aspirações.

Abandonando um contexto de contingência política, restrições econômicas, limitações ao acesso à terra e tensões religiosas; sírios e libaneses, seduzidos pelas narrativas de enriquecimento rápido na América, atravessaram o Atlântico em busca de oportunidades de melhorar suas condições materiais de existência. Nesse contexto, o Brasil desponta no imaginário desses sujeitos como uma terra de oportunidades capaz de satisfazer essas ambições.

O cenário para o estabelecimento da empreitada imigratória será definido pelos ofícios desempenhados pelo grupo. Nos primeiros anos, o mascate destaca-se como expediente de acumulação rápida de capital, praticando o que Oswaldo Truzzi¹² caracterizou como uma imigração temporária voltada para acumulação de dinheiro e retorno à terra natal. O trabalho também oferecia ao imigrante a oportunidade de difusão pelo interior dos estados e a propagação do elemento árabe por várias regiões do território nacional.

O comércio nos núcleos urbanos marcará o assentamento definitivo no país, constituindo-se como o primeiro passo em direção à integração à sociedade brasileira. É na década de 1880 que o Maranhão começa a receber os primeiros imigrantes árabes. Desembarcando na capital, São Luís, espalharam-se para o interior do estado. Enquanto alguns lançavam-se à sorte, outros vinham com destino certo juntar-se a um pai, um irmão ou um parente já estabelecido. Nessas cidades, estabeleceram-se no comércio, geralmente no ramo de gêneros, tecidos e armarinho. Complementavam essas atividades a compra e venda das lavouras de algodão, babaçu e arroz. Essas, ao longo da primeira metade do século XX, exercerão um importante papel no processo de enriquecimento do grupo.

¹² TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

O êxito no comércio abriu caminho para outros setores como a indústria e a política, proporcionando aos imigrantes uma posição financeira privilegiada e consolidando-os como importantes membros da elite nessas cidades.

Nesse cenário, Codó desponta como um importante núcleo de concentração sírio-libanesa no Maranhão abrigando uma articulada comunidade que no decorrer do século XX se introduziria progressivamente nas mais diversas esferas do município.

Esta pesquisa centra-se em explorar a experiência cumulativa sírio-libanesa em Codó, esclarecendo os aspectos relativos à organização econômica desses sujeitos. O recorte temporal, de 1920 a 1960, permitirá analisar deste o período de recrudescimento do elemento sírio-libanês, perpassando pelo auge e declínio das atividades comerciais que, em alguns casos, resultou na evasão dessa cidade.

A leitura desses sujeitos como grupo ou comunidade não responde apenas a questões étnicas, mas denota práticas, trajetórias, experiências e conquistas em comum. Em outras palavras, falamos de um fenômeno social e que só pode ser esclarecido dentro de uma lógica que contemple o grupo como um todo. Nessa lógica, a análise da organização do trabalho sírio-libanês na economia codoense elucida paralelamente a configuração da imigração árabe no município, possibilitando a demarcação histórica desses sujeitos e suas práticas.

No exercício de compreensão e historização do fenômeno sírio-libanês em Codó, far-se-á uso de algumas categorias imprescindíveis para o exame do objeto em estudo. A cidade, por exemplo, para além de espaço físico ou organização urbana, determinou a trajetória seguida pelo imigrante. A cidade, ou as cidades, surgem na visão de Maria Izilda Santos de Matos¹³ como:

[...] suporte de memórias contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento e lacunas constroem redes simbólicas diferenciadas. Discursos diversos fazem da cidade lugar para se viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se, misturando-se aos laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio às tensões historicamente verificáveis.

Lugar de representar e de ser representado, a cidade instigou diferentes representações constantemente se transfigurando sob o olhar do imigrante. Após o ingresso, o imigrante vê-se diariamente diante do desafio de sobreviver e apropriar-se desse espaço através de várias estratégias entre as quais, destaca-se o trabalho. Após vencer essas etapas, a cidade se descortina

¹³ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Baurú, SP: EDUSC, p.35.

mais uma vez ao estrangeiro e surge sob novo ângulo, menos ameaçador e mais sensível ao olhar do imigrante. Ela é agora lugar de amparo e proteção, receptáculo da família, dos laços de amizade, das teias profissionais onde se desdobram as vivências e as sociabilidades.

No entrecruzamento entre a experiência de trabalho e a vivência na cidade se encontra o cotidiano desses personagens cuja análise permitirá um entendimento mais claro do fenômeno migratório sírio-libanês em Codó. A introdução do estudo do cotidiano apontará as relações que permeiam a experiência de trabalho desses sujeitos. Seus hábitos, rotinas, práticas, conflitos e estratégias que atravessam o processo de sobrevivência, de ascensão econômica e mobilidade social do grupo.

Nesse sentido, o trabalho torna-se categoria central nesse estudo. O espaço por ele ocupado e a sua influência na organização do cotidiano desses sujeitos, o favorecem enquanto perspectiva de análise justificando a sua posição dentro dessa pesquisa como centro discursivo. O entendimento que a imigração sírio-libanesa foi uma imigração de trabalho e que se organizou e se desenvolveu em torno desse objetivo torna mais claro a apreensão dos seus desdobramentos.

Essa abordagem também é privilegiada por autores como Oswaldo Truzzi. Referência no estudo da imigração árabe em São Paulo, o autor é dono de extensa bibliografia na qual investiga a organização do fenômeno sírio-libanês na capital paulista. A evolução das operações econômicas da comunidade árabe como forma de sistematização metodológica permite ao autor tecer uma linha discursiva que abranja as várias etapas representadas pelos diferentes ofícios. Estes por sua vez, estabelecem diferentes formas de atuação, deslocamentos na estrutura socioeconômica e mudanças na representação do grupo.

*De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*¹⁴, acompanha a trajetória percorrida e as estratégias adotadas pelo imigrante que possibilitaram um salto exponencial de um extremo a outro na escala social e garantiram a aceitação e integração do grupo no tecido social paulista.

Outra abordagem referencial para a construção da presente pesquisa é a aplicada por André Gattaz no seu *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*¹⁵, também espacializada em São Paulo. O pesquisador optou pela construção de uma narrativa orientada pelos

¹⁴ TRUZZI, Oswaldo Maria Serra. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. Brasília: Sumaré, 1991.

¹⁵ GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*. Salvador: Editora Pontocom, 2012.

depoimentos dos agentes que a empreenderam. Nessa perspectiva, foi permitido ao autor explorar os sentidos atribuídos pela comunidade às suas próprias experiências, revelando as percepções, interpretações e representações que delinham a autopercepção do grupo.

Na produção maranhense, é quase unânime o uso da história oral nos estudos acerca da comunidade árabe no estado. No entanto, o que se observa é um uso limitado e pouco eficiente dessa metodologia. O que, por um lado, oferece a perspectiva dos próprios agentes na análise do fenômeno, elucidando e embasando o trabalho investigativo, por outro, institui e perpetua visões unilaterais e poucos críticas sobre o grupo, restringindo o emprego das narrativas à simples ratificação de noções pré-estabelecidas.

Nesta pesquisa, optou-se pelo emprego de narrativas orais não apenas como fonte, mas também como problemática a ser discutida no que concerne ao papel que elas exerceram na construção das representações que dão sentido e legitimação à experiência migratória árabe em Codó.

Dividida em três capítulos, a pesquisa inicia-se com “Do Atlântico ao Itapecuru: sírios e libaneses em Codó” que analisa deste a construção do projeto migratório sírio-libanês ao estabelecimento dos imigrantes na cidade. O capítulo é composto por quatro eixos discursivos: “Imigração: a dinâmica de um desejo”, “Imigrantes no Brasil: pensamento racial e projeto nacional”, “Migração árabe: perfil, rede e mundo do trabalho” e “A cidade no olhar: sírios e libaneses em Codó”.

Os três primeiros subtópicos são dedicados à exposição dos fatores que estimularam o deslocamento árabe para o Brasil paralelamente à contextualização da conjuntura brasileira apresentada naquele momento. Discute-se, dentre outras questões, a logística da migração, como ela foi operada, fatores de atração e repulsão, tipos de migração, seletividade no processo migratório, o perfil do imigrante, suas intenções, metas e redes de relação.

Sobre o conceito de migração e funcionamento do fenômeno migratório emprega-se Charles Tilly¹⁶, Ernest Ravenstein e Peixoto¹⁷. Sobre seletividade em processos migratórios, Campos¹⁸, Oswaldo Truzzi¹⁹ e André Gattaz²⁰ oferecem os subsídios para o entendimento do

¹⁶ TILLY, Charles. *Migration in Modern European History*. University of Michigan, 1976.

¹⁷ PEIXOTO, João. *As Teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas*. SOCIUS: Lisboa, 2014.

¹⁸ CAMPOS, Marden Barbosa de. Seletividade e migração. In: *População, espaço e sustentabilidade*, (s.d).

¹⁹ TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 1 p. 199-218, jan. 2008.

²⁰ GATTAZ, 2012.

estabelecimento sírio-libanês no Brasil. No último tópico, discorre-se sobre a chegada dos imigrantes à Codó utilizando a obra de Machado²¹ como instrumento de contextualização histórica da cidade. Nesse ponto, serão explorados os fatores que tornaram Codó uma cidade desejável aos olhos do imigrante e um ambiente capaz de satisfazer às aspirações desses sujeitos.

Nessa discussão, as narrativas dos descendentes de imigrantes também contribuirão para a compreensão do processo de inserção e estabelecimento desses sujeitos na cidade.

No segundo capítulo, intitulado “Trabalho e cotidiano sírio-libanês na economia codoense”, são desenvolvidas as problemáticas centrais da dissertação: o entendimento da organização do mundo de trabalho sírio-libanês em Codó. Nessa análise, são empregadas fontes empíricas compostas por atas, registros de impostos da prefeitura de Codó e jornais.

Organizado em quatro subtópicos, o capítulo examina a inserção do imigrante no mercado de trabalho da cidade, esclarecendo os setores e ramos de atuação, as estratégias de manutenção nesse mercado e o processo de ascensão e declínio econômico do grupo. As fontes orais, compostas de depoimentos de familiares e pessoas do círculo de trabalho e pessoal do imigrante, também são imprescindíveis para a reconstrução dessa trajetória.

Finalizando a pesquisa, o terceiro capítulo problematiza a relação entre o imigrante e a sociedade questionando a construção das memórias e representações em torno da sua figura. “Reis do comércio? entre memórias e reapresentações” examina principalmente as formas de ver e de ser visto do imigrante, aplicando a metodologia da história oral, amparando-se nos depoimentos de filhos e netos de imigrantes para analisar a construção de uma memória coletiva que compartilha fatos, experiências e interpretações comuns da trajetória do grupo. Maurice Halbwachs²² e Michael Pollack²³ fornecem os conceitos para o entendimento da matéria.

A Segunda parte do capítulo, “Turco, carcamano ou bem de vida?” analisa como a mobilidade econômica do imigrante repercutiu na sua representação social. As várias facetas do imigrante são analisadas demonstrando a diversidade do olhar nativo sobre o elemento estrangeiro. Nesse ponto, o uso de escritos sobre o imigrante através da contraposição de autores ajuda a entender a criação e perpetuação de imagens e estereótipos sobre o grupo. Os jornais

²¹ MACHADO, 1999.

²² HALBWACHS. *A memória coletiva*. Editora Vértice: São Paulo, 1990.

²³ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

como veículo midiático ajudaram no entendimento dos olhares e interpretações acerca do árabe. Os jornais *Correio do Nordeste* (1965) e os codoenses *Correio De Codó* (1920) e *O monitor* (1951) fornecem notas e matérias importantes na análise do olhar da sociedade sobre o imigrante.

1 DO ATLÂNTICO AO ITAPECURU: SÍRIOS E LIBANESES EM CODÓ

Durante o último quartel oitocentista, a cidade de Codó passou a receber um tipo peculiar de visitante. De terras longínquas, feições singulares e fala estrangeira, esses visitantes, no entanto, não estavam a passeio. Com uma mala na mão e um objetivo definido, a presença desses sujeitos em Codó exprimia, antes de tudo, desejos, expectativas e mais do que isso, uma aposta em um futuro incerto numa terra estrangeira.

Não foram poucos os que vieram tentar a sorte aspirando auferir um pecúlio suficiente para garantir a passagem de volta ou quiçá a aquisição de uma propriedade na terra natal, talvez até um pequeno negócio. Os pioneiros, mais intrépidos, ingressaram na cidade desconhecendo a terra e sua gente; outros, mais cautelosos, ao desembarcarem, contavam com a presença e o suporte de um irmão, um parente ou um conterrâneo.

Alguns não obtiveram êxito na empreitada, fracassando no processo de adaptação e/ou não prosperando em seus empreendimentos. Acabavam, por fim, abandonando a cidade e buscando a sorte alhures. Outros, mais afortunados, obtendo sucesso em seus negócios, iam prorrogando cada dia mais a data do retorno até abandonarem de vez a ideia e estabelecerem-se definitivamente na cidade.

Abriam, inicialmente, pequenas casas comerciais onde por detrás dos altos balcões de madeira, praticavam a compra e venda de mercadorias. A soma do contexto econômico do período com a visão comercial mais acurada de alguns resultou na expansão desses empreendimentos e na ascensão econômica de membros desse grupo ocasionando uma maior influência destes na economia local.

Esses fatores deslocaram o lugar social do imigrante ao mesmo tempo em que os despiu de sua alteridade ao atribuir-lhes papéis centralizadores na esfera econômica da cidade. A análise desse processo revela movimentos, articulações e condicionamentos responsáveis por criar uma condição socioeconômica favorável ao desenvolvimento desses sujeitos na sociedade receptora. Nessa perspectiva, a presença desses personagens *sui generis* na economia codoense incita um esforço reflexivo na direção de um entendimento sobre a jornada dos imigrantes da perspectiva disciplinar da História através dos subsídios teóricos, metodológicos e empíricos que ela oferece.

É na passagem do século XIX para o XX que se encontram os sujeitos, as estruturas e os eventos que gestados durante a centúria oitocentista encontrarão no novo século a conjuntura apropriada para o seu desenvolvimento.

O presente capítulo concentra-se em entender a primeira parte desse processo referente à chegada e estabelecimento sírio-libanês em Codó. Para tanto, será necessário um pequeno retrospecto para que se possa visualizar com clareza como esse processo se insere em um panorama muito mais amplo cuja compreensão exigirá o esclarecimento dos cenários nacional e internacional do final do século XIX. Serão discutidos os fatores que desencadearam a migração desse grupo, o perfil do imigrante, os fatores de atração que direcionaram a escolha da sociedade receptora, a conjuntura nacional encontrada pelos sírio-libaneses no Brasil para então direcionarmos o escopo da discussão para Codó, contextualizando a cidade e apontando as particularidades do fenômeno migratório sírio-libanês em seu território.

1.1 Imigrações: a dinâmica de um desejo.

Ao longo da história, a locomoção de grupos por diferentes regiões em busca de melhores condições de existência foi condição vital para a sobrevivência humana. O deslocamento de um grupo de uma região à outra é a característica primária de uma migração, no entanto, o conceito de migração não se esgota nessa definição. Do ponto de vista teórico, migrações são fenômenos plurais e interdisciplinares e impossíveis de serem apreendidos se prescindidos da análise de campos como política, economia, demografia, sociologia e geografia. A complexidade da temática, contudo, possibilita um amplo arcabouço de perspectivas que podem ajudar na compreensão do caso sírio-libanês.

O geógrafo e cartógrafo Ernst Ravenstein é uma das principais referências no assunto e suas leis da migração²⁴ embasam a maioria dos modelos teóricos atuais sobre o fenômeno.

²⁴ As leis postuladas por Ravenstein são as seguintes: (1) A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância, e as «correntes de migração» dirigem-se para os centros de comércio [e da indústria]. (2) O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes, e gradualmente estende-se para lugares mais remotos (3) O processo de dispersão é o inverso do de atração (4) Cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensadora (5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio [e da indústria] (6) Os nativos das cidades são menos migratórios do que os das zonas rurais do país (7) As mulheres são mais migratórias do que os homens (PEIXOTO, João. As Teorias explicativas das migrações: teorias micro e macrosociológicas. SOCIUS: Lisboa, 2014. Apud Journal of the Royal Statistical Society, 1885, Vol. 48 p. 710).

Dentro das análises de Ravenstein, o fator financeiro destaca-se como elemento motivador determinante na escolha pelo deslocamento.

O ato de emigrar, segundo o autor alemão, é regido, antes de tudo, pelo desejo do migrante em melhorar suas condições materiais de existência. Essa visão, mais tarde, influenciaria a chamada “teoria do capital humano” que desenvolve uma análise da migração como sendo o resultado equacional positivo entre os custos e os benefícios que o deslocamento propiciaria²⁵. Em outras palavras, a decisão por migrar é precedida de uma análise anterior que pondera os custos sobre os ganhos. O ato de migrar constitui-se como um investimento do indivíduo ou da família sobre um indivíduo visando um ganho financeiro superior ao do investimento. Longe de ser um fenômeno aleatório, migrações apresentam-se como um investimento racional, planejado e com um propósito pré-determinado.

A teoria do capital humano se enquadra dentro das chamadas teorias microeconômicas que, juntamente com as macroeconômicas, formam as duas principais linhas de abordagem sobre a migração. Em termos gerais, as duas teorias priorizam em suas análises a preponderância de fatores individuais e estruturais sobre a migração, respectivamente. As teorias micro colocam o indivíduo no cerne da decisão da escolha pela migração: o sujeito seria orientado por uma lógica, uma razão, um objetivo impulsionador. Nessa perspectiva, a migração é fruto de um processo racional, uma decisão particular dirigida por um indivíduo ou sua família. Por sua vez, as teorias macroeconômicas dão prioridade em suas análises às condições estruturais que envolvem o fenômeno migratório. A migração, nesse sentido, obedece a forças externas e conjunturas sociais que impelem o deslocamento²⁶.

Outra importante contribuição para o campo de estudos sobre a migração foi dada pelo sociólogo e historiador norte-americano Charles Tilly. Em seu estudo sobre a migração na Europa moderna²⁷, o autor reflete sobre as problemáticas que o conceito guarda. Sem se arriscar a uma definição, o autor, no entanto, lança pontos de referência para o seu entendimento e demarcação. Analisando as flutuações que se operam na mobilidade e no grau de ruptura com o país de origem, Tilly estabeleceu quatro tipologias que expressam a diversidade do fenômeno: migrações de carreira, locais, circulares e as de cadeia.

²⁵ CAMPOS, (s.d).

²⁶ PEIXOTO, 2014.

²⁷ TILLY, 1976.

As duas primeiras designam um modelo de migração de deslocamento geográfico limitado e sem mobilidade profissional²⁸. As migrações circulares se caracterizam pela retomada ao local de origem e as de cadeia por serem condicionadas por arranjos sociais definidos que proporcionam uma rede de informações sobre o local de destino. Essas duas últimas e em particular a de cadeia caracterizam a imigração árabe no Brasil e serão melhor aprofundadas no decorrer da pesquisa.

Em relação à imigração sírio-libanesa será utilizado os conceitos acima para a discussão das seguintes questões relacionadas a esse fenômeno no Brasil: o que desencadeou o processo de expulsão dos imigrantes sírio-libaneses dos seus países? O que fazia do Brasil um destino promissor aos olhos dos imigrantes? Quais eram os aspectos distintivos da migração sírio-libanesa em relação às demais migrações empreendidas por outras nacionalidades no mesmo período?

As teorias migracionais compreendem a migração como deslocamentos que são, antes de tudo, condicionados por fatores de repulsão e de atração conhecidos como modelo *push-pull*²⁹ (impulsão-atração). Da perspectiva dessa teoria, as migrações atuam como dois polos opostos, como um ímã, conservando ao mesmo tempo propriedades de atração e repulsão. Os fatores de repulsão encontram-se nas regiões de origem e podem se apresentar na forma de guerras, fome, opressão étnica ou religiosa, crise econômica e outros. Porém, os fatores de repulsão não são por si só suficientes para impelir os movimentos migratórios. Para serem lançados ao deslocamento é necessário, similarmente, que haja fatores de atração em outra região que se apresentem na forma de condições de vida superiores às encontradas no local de partida.

Ao aplicar o modelo *push-pull* nesta análise, discutir-se-á, brevemente, os fatores ligados à expulsão dos sírio-libaneses de seus países. Esclarece-se, de antemão, o sentido do termo expulsão não como deslocamento forçado e sim como o abandono voluntário de uma região ligado a questões pessoais e/ou sociais. Em seguida, nos deteremos nos fatores de atração na tentativa de compreender de que forma a sociedade receptora, no caso o Brasil, se ajustava ao projeto migratório sírio-libanês.

²⁸ Na migração de carreira, o indivíduo se desloca para ocupar um cargo em um setor ao qual já pertence, por isso não há mobilidade profissional. Nas migrações locais o deslocamento é feito dentro de uma faixa geograficamente limitada e familiar ao migrante.

²⁹ O modelo *push-pull* compreende os fatores que levam à atração (*pull*) e à repulsão (*push*) dentro de sistemas migratórios.

Síria e Líbano são Estados árabes localizados na Ásia ocidental. Ambos se situam em estreitas faixas de terra sob as margens do mar Mediterrâneo. Até a Primeira Guerra Mundial, os dois países compartilhavam o mesmo território que se encontrava sob o jugo do Império Otomano que estendeu seu domínio sobre a região durante quatro séculos até sua derrocada na Primeira Guerra Mundial, resultando na fragmentação do império e a tomada pela França do controle político da região da Grande Síria.

Em 1943, o Líbano, cujo território era de maioria cristã maronita³⁰, desmembra-se da Síria e torna-se um Estado independente. Três anos após, a Síria, cujo perfil religioso era predominantemente muçumano, também conquista sua independência³¹. Nesse momento, a imigração sírio-libanesa já estava iniciando sua terceira fase no Brasil.

André Gattaz³², em seu estudo sobre a imigração libanesa no Brasil, observa quatro períodos de maior inflexão na entrada desses sujeitos no país, divididos pelo historiador em quatro fases: 1880/1920, 1920/1940, 1940/1975 e 1975/2000³³. A classificação do autor é oportuna, pois cada fase possui fatores condicionantes distintos reforçados pela atmosfera política e econômica do período.

A primeira fase da migração se distingue das demais tanto por ter sido a pioneira como pelo fato de ser considerada uma migração bem-sucedida sendo responsável por lançar as bases para a criação das redes que dariam suporte às migrações posteriores. À primeira e segunda fases pertencem os imigrantes aqui em estudo. As condições próprias dessa migração e os determinantes que levaram ao seu êxito serão discutidas ao longo da pesquisa, a começar pelos fatores que motivaram o abandono dos migrantes de seus países de origem.

Ao tratarmos de emigração (saída de um país) é necessário ter-se em mente que a decisão por emigrar nem sempre se constitui unicamente como um ato isolado decorrente da vontade particular de um indivíduo e sim como uma ação que responde a uma conjuntura

³⁰ Os maronitas são uma seita religiosa proveniente do cristianismo. Tem origem no norte da Síria, mas devido às perseguições bizantinas migraram para as montanhas do Líbano. Caracterizam-se por terem uma organização eclesiástica centralizada e chefes religiosos com bastante influência política. (HAJJAR, Claude Fahd. *Imigração árabe: 100 anos de reflexão*. Editora Cone, São Paulo, 1985.)

³¹ TRUZZI, Oswaldo. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. Editora Hucitec: São Paulo, 1997.

³² GATTAZ, 2012.

³³ Os anos de 1880-1920 correspondem ao domínio Otomano; 1920-1940 é o período entre guerras; 1940-1975 é a fase onde o Líbano torna-se independente e entre 1975- 2000 ocorreu a guerra do Líbano. Em contraponto, Claude Fahd Hajjar estabelece outra subdivisão à imigração sírio-libanesa no Brasil. Para a autora, a imigração árabe estabeleceu-se em duas etapas com três diferentes levas cada uma, sendo a primeira compreendida no período entre 1860/1938 e a segunda entre 1945 a 1984. Entretanto, devido à maior atualidade, utilizaremos a categorização de Gattaz no presente trabalho.

externa que impele esse indivíduo à partida. Essa conjuntura é composta de vários fatores sendo as mais comuns guerras, fome, crises econômicas, políticas, perseguições étnicas ou religiosas etc.

No caso árabe, Oswaldo Truzzi aponta problemas de ordem econômica e demográficos como os principais fatores de expulsão de sírios e libaneses de seus países no final do século XIX. Segundo o autor, o artesanato juntamente com a agricultura de subsistência constituía-se como atividades basilares da economia aldeã das comunidades sírio-libanesas. Na virada do século XIX, com o incremento populacional e a entrada de produtos manufaturados nesses países, o artesanato não resistiu à competição com os produtos industrializados europeus e o aumento crescente da população urbana demandou uma produção agrícola em larga escala que não pôde ser amparado pela agricultura de subsistência que já vinha definhando diante da desvantajosa proporção entre a população aldeã cada vez mais numerosa e a pouca oferta de solos férteis.

Somado a isso, a imposição do serviço militar obrigatório aos cristãos reforçou a migração em massa do grupo, levando-os a ocuparem a maior parte do contingente de migrantes sírio-libaneses que desembarcaram no país como é explicado por Truzzi:

[...] pode-se argumentar que os cristãos emigraram em maior número porque em geral tinham mentalidade mais progressista e eram menos apegados ao solo do que os mulçumanos. Estes acreditavam que teriam mais dificuldade de seguir seus preceitos religiosos em uma terra distante na qual seriam minoria. Assim sendo, a religião acabou exercendo um papel determinante no destino dos emigrantes. A maior parte dos mulçumanos preferiu o Egito ou ainda outros países da África, ao passo que os cristãos praticamente constituíram a totalidade dos que buscaram a América antes da Segunda Grande Guerra³⁴.

Complementando as explicações de Truzzi, Claude Hajjar acrescenta outros fatores que também foram decisivos para o abandono da terra natal:

Como causa primeira da imigração podemos citar a intolerância religiosa do cidadão árabe em servir ao exército Otomano; a pobreza da terra; o despreparo do elemento humano para enfrentar a opressão interna e externa de toda ordem; ou as guerras sucessivas e conseqüentemente fome, desespero e privação³⁵.

³⁴ TRUZZI, 1997, p. 23.

³⁵ HAJJAR, 1985, p.33.

Sendo um fenômeno complexo com condicionantes sociais, geográficos, religiosos, políticos e econômicos, suas motivações, naturalmente, têm raízes muito mais profundas que as citadas acima. No entanto, para o esclarecimento da linha narrativa aqui trabalhada, uma exposição mais genérica do fenômeno é suficiente para atender às delimitações do capítulo.

Esclarecido os fatores de expulsão que determinaram o abandono do país, cabe agora entender os parâmetros que nortearam a escolha do país de destino. Os fatores de atração estão relacionados à capacidade do país ou região receptora em satisfazer as expectativas do migrante. Desse modo, a escolha do migrante por determinado local é mediada pela expectativa em obter condições de vida superior as da terra natal. Devem compreender também conjunturas específicas que favoreçam a ascensão do migrante. Antes de tudo, a sociedade receptora deve estar aberta ao elemento estrangeiro, ou seja, oferecer condições de inserção social a esse migrante na qual ele possa ter acesso a condições básicas de cidadania: direito de ir e vir, serviços de saúde e educação, segurança, liberdade religiosa, livre expressão das práticas culturais, propriedade privada e a documentações específicas que lhe permitam o acesso e o exercício de determinadas profissões.

Entretanto, se aceitarmos a teoria de Ravenstein que entende o melhoramento das condições materiais de existência como a razão primeira da migração, o principal atrativo de um país ou região torna-se suas condições econômicas. Cabe ressaltar que condições econômicas, nessa perspectiva, referem-se não necessariamente a índices econômicos positivos como PIB, taxa de crescimento, grau de industrialização, mas, sobretudo à capacidade desse país de dispor de uma conjuntura favorável à integração e desenvolvimento material desses imigrantes.

Nesse sentido, é importante entender de que forma o Brasil atendeu às expectativas dos imigrantes respondendo ao projeto migratório desses sujeitos, e na contramão, como esses imigrantes se enquadravam no projeto socioeconômico do país que naquele momento estava atrelado a um pensamento racial determinista.

1.2. Imigrantes no Brasil: pensamento racial e projeto nacional.

O fluxo migratório observado no Brasil no final do século XIX até as primeiras três décadas do século XX materializou uma das principais pautas de um projeto de nação gestado durante toda a centúria oitocentista. A fundação do IHGB em 1838 foi um dos primeiros passos

na direção da construção de uma identidade nacional sob a qual se assentaria tal projeto. No último quartel, esse pensamento é galvanizado por debates e políticas que culminariam ao final do século na entrada do elemento estrangeiro no país.

A questão da identidade nacional como elemento substancial de um projeto de nação converteu-se na principal matéria de apreciação da cúpula intelectual brasileira de forma a se institucionalizar na figura do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. A temática, porém, não se limitava à esfera acadêmica; tinha por objetivo fornecer subsídios ideológicos para a construção de um projeto político para o país. O entendimento das veiculações políticas desse projeto é essencial para entender seu processo de formação e materialização.

O ponto nodal nesse debate e que o liga à temática da pesquisa é o fato desse projeto de nação estar vinculado a um pensamento racial com raízes no darwinismo social que àquela altura se fazia bastante popular entre as elites. Em um país de compleição multirracial, estabelecer uma identidade significava traçar uma linha entre o “nós” e os “outros”³⁶, assim como elaborar um projeto de nação calcado nos preceitos de progresso e civilidade perpassava pela delimitação dos seus agentes e sujeitos.

A tarefa de pensar um modelo de brasilidade foi compartilhada por literatos e historiadores, mas coube a esses últimos através do IHGB criarem e legitimarem um perfil nacional sobre o qual se projetaria os contornos da futura nação. As efemérides de 1888 e 1889 trouxeram o ensejo para a renovação étnica, política e econômica tão desejada pelas elites. A monarquia, vista pelos setores liberais como o principal entrave para a modernização do país, havia sido deposta. Por seu turno, a abolição não apenas “resolveria” o problema da escravidão, como também, e principalmente, abriria espaço para a inserção das “raças brancas” como elemento civilizador.

A lacuna deixada pela mão de obra africana e os debates em torno das questões raciais do país vêm à tona com mais força, levando a um conflito de interesses entre fazendeiros e a elite imperial e posteriormente a republicana. Se para os primeiros, os imigrantes eram vistos e tratados como mera mão de obra com pouca ou nenhuma distinção da escrava, para os setores da elite imperial, os imigrantes europeus representavam a oportunidade de estabelecer as diretrizes étnicas e culturais sob as quais se assentaria um novo modelo de civilidade para o país.

³⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização dos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1998, p. 5-37.

Sob a égide desse debate, estabeleceram-se critérios de seletividade sobre os migrantes que respondiam a interesses específicos levando ao favorecimento da entrada no país de certas nacionalidades e restringindo ou até mesmo chegando-se a proibir a entrada de outras como no caso de asiáticos e africanos em 1890³⁷.

No entanto, como aponta Skidmore³⁸, o modelo racial proposto pela elite se chocará com os interesses econômicos dos fazendeiros, os principais agentes intermediadores da imigração. Estes homens de espírito prático não estavam interessados na pureza racial de quem iria trabalhar nas plantações de café. Enquanto os apologistas do embranquecimento nacional almejavam pela inserção do elemento anglo-saxão em contraposição a latinos (italianos, espanhóis) e asiáticos, os fazendeiros, etnicamente menos rigorosos, tinham como critério apenas o caráter estrangeiro dos imigrantes o que oportunizou a vinda de outros povos além dos europeus.

Com uma maior flexibilização em relação à entrada de estrangeiros, em parte por pressão dos fazendeiros e por outro pelo baixo volume de entrada de imigrantes no país, como mostra a comparação com a vizinha Argentina, criou-se um ambiente mais receptivo aos imigrantes de outras nacionalidades que puderam empreender migrações espontâneas fora do projeto racial das elites.

É nesse cenário que os imigrantes árabes aportam no território brasileiro durante as três últimas décadas do século XIX. O que torna sua presença peculiar é o fato desse grupo não se enquadrar no perfil étnico desejado pelo Estado republicano. Ainda assim, 105.206 árabes teriam entrado no país entre 1871 a 1942³⁹. Um recenseamento de 1920 aponta 19.290 imigrantes “turco-árabes” somente no estado de São Paulo, fazendo desse grupo o sexto maior contingente entre estrangeiros. No Maranhão, entretanto, não foi estabelecido nenhum computo que proporcione uma imagem numérica desses sujeitos no estado.

Analisando as condições históricas que determinaram as grandes migrações para a América no final do século XIX, Klein⁴⁰ aponta para a disparidade da oferta de mão de obra e

³⁷ ALENCASTRO; RENAUX, 1997.

³⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

³⁹ PEREIRA, João Baptista B. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. *Revista USP*, São Paulo, p. 6-29, junho/agosto 2000.

⁴⁰ KLEIN, Hebert S. Migração Internacional na história das Américas. In: *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. FAUSTO, Boris (Org.). São Paulo: Edusp, 2000.

de terra entre a Europa e a América no período em questão e como esse fator determinou as migrações em massa no final do século XIX:

Na Europa, a terra era cara e a mão de obra, barata. Na América, a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto cara. [...] finalmente, a possibilidade de obter terra era uma constante atração para todos os imigrantes. Com a terra tão barata - novamente em comparação com os padrões europeus - era grande a probabilidade de trabalhadores sem-terra conseguirem suas próprias fazendas, muitas vezes em um período de tempo muito curto após a chegada⁴¹.

Atenta-se para o fato de que só na segunda metade do século XIX, países como Alemanha e Itália passaram pelo processo de unificação nacional. O que na prática significava que a noção e o sentimento de pátria e nação entre esses povos ainda eram recentes ou quase inexistentes como apontam Alencastro e Renaux⁴² ao destacarem que entre as camadas mais pobres entre os imigrantes alemães, o sentimento de pátria estava diretamente ligado à propriedade da terra. A ausência desse elemento favorecia o desapego e o abandono do país. A vinda para o Brasil representava para esses migrantes a possibilidade de acesso a terra e a constituição de uma nova vida.

As migrações de grupos como alemães, italianos e japoneses passam naquele momento a serem subsidiadas por essas elites. Isto significava que nesse cenário, o processo de empreender a migração não partia apenas do imigrante e sua família como acontece comumente, e sim por mediação de outros sujeitos que intercedem nesse processo. Nesse modelo de migração agenciada por um contrato prévio de trabalho, a viagem não é empreendida visando apenas aos interesses financeiros do migrante, mas de terceiros como o agente e o empregador, o que lhe concede um caráter distintivo das migrações espontâneas na qual se enquadra a árabe.

Europeus e asiáticos foram atraídos para o Brasil pela expectativa de tornarem-se colonos, ou seja, de adquirirem uma porção de terra que lhes concedesse os meios materiais de sobrevivência o que implicava no estabelecimento permanente desses grupos no país. Em contraposição, sírios e libaneses ainda que compartilhassem com esses grupos a escassez de terras como elemento impulsionador da imigração, não demonstravam o mesmo interesse em tornarem-se colonos no país o que estava diretamente ligado à não veiculação desses sujeitos ao projeto migratório das elites.

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 15-16.

⁴² ALENCASTRO; RENAUX, 1997.

Entende-se aqui por migração espontânea, uma migração não subsidiada ou estimulada pelo setor público ou privado e sim empreendida por esforços individuais. Nesta questão, a fala de Hajjar é bastante oportuna:

[...] a imigração árabe tem como característica básica ser espontânea e livre; sem nenhuma participação direta de outras forças, além do impulso pessoal voluntário ou mesmo voluntarioso, enquanto os Estado europeus facilitavam a imigração organizada e baseada em acordo entre governos. Porém isso não poderia acontecer com os árabes, uma vez que não tinham governo próprio, sendo estranhos em suas próprias terras. A sua movimentação em busca de terras que lhe dessem guarida e novas oportunidades eram uma aventura puramente pessoal e sem qualquer orientação governamental [...]⁴³.

A fala da autora de origem libanesa destaca o caráter espontâneo e individual das migrações árabes. Porém, é importante ressaltar que ainda que independentes de apoio governamental ou privado, esses imigrantes contaram com outros tipos de suportes e estímulos que, quando analisados, revelam a presença de vários mecanismos de apoio, incentivo e segurança que contradizem a visão do imigrante “aventureiro” defendido pela autora.

1.3 Imigração árabe: perfil, redes e mundo do trabalho.

Marden Campos em seu artigo *Seletividade e migração* propõe que todo processo migratório está sujeito a certos tipos de seletividade, o que implica em uma sistematização dos movimentos migratórios. Dessa forma, toda imigração é regida por uma lógica interna organizacional delimitada dentro do grupo. Para a autora “os migrantes não são elementos aleatórios em uma população, mas sim indivíduos com características bem definidas”. Na prática, isso leva ao estabelecimento de padrões que revelam a identidade desses grupos e determinam sua trajetória no país receptor.

Dessa forma, sexo e idade tornam-se as principais categorias de seletividade em sistemas migratórios e instituem filtros dentro de um grupo provocando ao mesmo tempo estímulos e restrições ao deslocamento. Destaca-se que seletividade é “um conjunto de escolhas e preferências que se manifestam em relação a uma situação específica. Assim, seria uma

⁴³ HAJJAR, 1985, p. 89.

restrição que se faz a algo ou a alguém em detrimento do outro, num processo de diferenciação⁴⁴”.

A migração árabe compôs-se majoritariamente por homens jovens e solteiros, perfil esse que se justifica pelas intencionalidades subjacentes a essa migração. Sírios e libaneses planejavam realizar uma migração temporária pautada na rápida acumulação financeira revertida no melhoramento das condições socioeconômicas da família. O objetivo de angariar dinheiro para ser remessado à família nos países de origem privilegiava o elemento masculino como agente produtivo assim como a juventude acarretaria um maior retorno a longo prazo. Como não possuíam a intenção, *a priori*, de se fixar no país, as migrações eram empreendidas de forma individual, excluindo a presença da unidade familiar. Na análise de Oswaldo Truzzi:

A pretensão inicial era uma migração temporária para amenizar as dificuldades financeiras enfrentadas por suas famílias. Viviam um tempo de restrições econômicas, por conta da entrada de produtos industrializados europeus (que minou a renda derivada da produção artesanal), de algumas pragas agrícolas e da necessidade de mais terras para a incorporação de herdeiros⁴⁵.

A emigração dentro da lógica de subsistência familiar apresentava-se como uma alternativa de acumulação diante de um período de restrição econômica, garantindo a manutenção ou ascensão do status socioeconômico das famílias nas aldeias. O envio de um membro da família para a “América” para “fazer dinheiro” inseria-se em um projeto de médio e longo prazo que exigia investimentos, ações e metas que garantissem o alcance do retorno financeiro:

Mandar dinheiro de volta tinha um duplo significado aos emigrantes. Davalhes a satisfação de viver com a obrigação cumprida com os familiares e também lhes dava prestígio na aldeia. Ao mesmo tempo, o prestígio e a possibilidade de satisfazer a novas necessidades era a recompensa para os que recebiam os cheques. Eles podiam comprar coisas novas com o dinheiro, emprestá-lo a juros ou ainda adquirir mais terras com ele. [...]. Enviar um ou mais filhos à América, por hora, era uma decisão tomada no âmbito da família, coordenada pelo seu chefe, num cálculo destinado a melhorar, ou a pelo menos manter a situação relativa no núcleo familiar na sociedade local⁴⁶.

⁴⁴ CAMPOS, (s.d), p.189.

⁴⁵ TRUZZI, Oswaldo. Verde, amarelo, azul e mouro. In: *Árabes somos nós: as origens que o Brasil desconhece. Revista de História da Biblioteca Nacional*. Nº 46, 2009, p. 19.

⁴⁶ TRUZZI, 1997, p. 28-29.

Ao demonstrar que os movimentos migratórios são regidos por uma lógica própria que se configuram como estratégia de sobrevivência cujos agentes são submetidos a filtros e orientam-se para um objetivo específico, demonstra-se que apesar de ser espontânea, a imigração sírio-libanesa não foi um fenômeno arbitrário. Por outro lado, cabe observar que a presença de um projeto migratório não excluía os deslocamentos impulsionados pelo chamado “espírito aventureiro”. No romance *Dinheiro na estrada: uma saga de imigrantes*⁴⁷, o escritor de origem árabe, Emil Farhat narra as apreensões de uma mãe libanesa diante do prolongamento da estadia dos filhos no Brasil:

Então, todos vocês continuam vivendo na mesma zona, nessa Minas? Só Ziad foi tentar mais sorte no Paraná? Engraçado: cada um de vocês saiu de casa, ronronando pelo direito de tentar a vida aqui e acolá, onde achasse melhor. E ouvi de pelo ao menos dois, um certamente repetindo o outro, que se iam pelo “desafio da aventura”⁴⁸.

O relato da personagem demonstra que, apesar da decisão pela migração estar atrelada a um projeto de vida, nem sempre essa decisão seguia os direcionamentos originais levando a contingências nessa trajetória. O uso de termos como “desafio”, “aventura”, “sorte” e “tentar” expressam essas incertezas. Para entender como os imigrantes se articularam diante do desafio da migração, cabe esclarecer alguns aspectos que foram determinantes nessa empreitada, a começar pelo perfil do migrante árabe que torna mais elucidativa o entendimento da trajetória seguida por esses sujeitos no Brasil.

O trabalho exercido pelo imigrante no novo país será condicionado por esse perfil que inclui recortes como escolaridade, religião, posição social e metas. Na zona de intersecção entre o perfil desses sujeitos e suas intenções na nova sociedade situa-se o mundo do trabalho dos imigrantes.

O caráter temporário da migração aliado ao desejo de angariar dinheiro de forma rápida estimulou os imigrantes a voltarem-se para profissões que atendiam a esses propósitos. O que na prática acarretou em um preterimento das atividades agrícolas frente às urbanas. Mesmo apresentando origens rurais, houve praticamente uma total exclusão das atividades ligadas a terra na experiência de trabalho dos sírio-libaneses nos primeiros anos de imigração⁴⁹.

⁴⁷ FARHAT, Emil. *Dinheiro na estrada: uma saga de imigrantes*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.

⁴⁸ FARHAT, 1986, p. 26.

⁴⁹ Acentua-se que esse fenômeno caracteriza os imigrantes pioneiros chegados ao final do século XIX que se dedicaram ao mascate como alternativa de trabalho. Posteriormente, ao decidirem estabelecer residência no país, haverá uma forte atuação desses sujeitos no setor agrícola no caso específico de Codó.

A rejeição às atividades rurais pode ser explicada por diversos fatores. Primeiramente o acesso a terra estabelecia uma barreira financeira àqueles que dispunham de pouco capital. Inclui-se também o fato das atividades agrárias estarem submetidas a uma sazonalidade que só as tornavam lucrativas a longo prazo, ademais, a posse da terra implicava em uma retenção no país incompatível com as intenções transitórias da migração. De uma forma geral, as atividades rurais iam totalmente de encontro aos propósitos iniciais do imigrante sírio-libanês.

No entanto, mesmo as atividades agrícolas sendo rejeitadas pelo imigrante árabe, o mundo rural se configurará como um ambiente rico de possibilidades de ganho para esses sujeitos através do exercício do mascate⁵⁰.

Nesse momento o mascate desponta como a profissão que melhor atenderá às prerrogativas de trabalho dos sírio-libaneses nos primeiros anos da imigração. Conveniente ao perfil de homens solteiros que não queriam estabelecer vínculos com o país e ávidos por dinheiro, a profissão proporcionava-lhes uma autonomia que os levava a diversas cidades do interior do país. Nessas localidades, ofereciam em suas malas e baús artigos diversos que eram negociados com fazendeiros e colonos isolados em fazendas ou em comunidades rurais afastadas dos centros urbanos. A vantagem de exercer semelhante profissão residia no fato desta não exigir aptidões profissionais específicas nem um alto nível educacional ou conhecimento profundo da língua portuguesa.

Esse trânsito pelas localidades do interior também era oportuno ao imigrante na medida em que lhe permitia ter maior contato com diferentes estratos culturais brasileiros, facilitando assim a assimilação cultural e a adaptação ao país. O “turco da prestação”, referência ao mascate árabe, chegou até mesmo a tornar-se um personagem cultural em decorrência da expressividade com que o grupo exerceu a prática da profissão. Taufik Duon citado por Truzzi nos fornece um retrato do caráter itinerante da profissão:

De manhã cedo saíam os mascates percorrendo as ruas e procurando as casas, suportando o calor, o frio, a chuva, levando o pão e qualquer coisa que pudessem adquirir de preferência queijo e banana, para a única refeição diurna. [...] secando as vendas no centro, buscavam os mascates o subúrbio, afastando-se gradualmente até chegar às cidades do interior, e de lá as fazendas e até os sertões, sempre em ondas mais crescentes. Houve mascates que empreendiam viagens com caixas nos ombros pesando de oitenta a cem quilos, esgotando o estoque entre ambas as capitais ida e volta e vice-versa.

⁵⁰ O mascate caracteriza tanto o ato quanto o sujeito que pratica a venda itinerante de mercadorias. Em algumas regiões recebem o nome de caixeiro-viajante.

Na medida do crescimento do negócio e do poder de gastar, alugavam carregadores e mais tarde burros de carga⁵¹.

O mascate possibilitava ao imigrante o acúmulo de uma soma significativa ao longo de alguns anos de profissão. O resultado dessa empreitada era selado em cartas acompanhadas de vultosos cheques que atravessavam o Atlântico para tranquilizar um ou outro coração materno com narrativas sobre a “América”. Essas narrativas de imigrantes que “enriqueciam” no Brasil alimentavam o imaginário dos jovens aldeãos na Síria e Líbano estimulando desejos e projetos.

Em posse da sua mala, o imigrante mascate que se aventurava no novo país e que conseguia obter algum lucro se encontrava diante de duas opções. A primeira era voltar para o seu respectivo país aplicando o dinheiro auferido na melhoria das condições de vida da família, de acordo com a estratégia familiar, já que a migração, a princípio, se configurava como temporária. A segunda, pelo contrário, era estabelecer-se definitivamente no país, investindo o capital acumulado na abertura de uma loja e mandando buscar a família, os parentes ou até mesmo uma noiva.

Nessa perspectiva, mais uma vez, a literatura cumpre seu papel representativo da realidade. Citando novamente o romance de Farhat, vemos a personagem Kétibe afligir-se diante da possibilidade da permanência definitiva dos seus seis filhos no Brasil:

Mas, venha cá. Em tudo que você escreveu você não dá nenhum pio sobre a ideia de volta. Isto me preocupa muito mais do que possam pensar. Será que vocês todos esperam morrer aí? [...] esses anos todos não bastaram? E por acaso haverá algo mais sério que a palavra empenhada a uma pobre mãe? “Vou e não demoro”, lembra-se? Era só o que você dizia na semana da partida⁵².

A permanência definitiva no país implicava em uma total reconfiguração na vivência social desses sujeitos, em especial na sua experiência de trabalho levando ao abandono do mascate e a busca por profissões mais estáveis. Nesse processo destaca-se o papel exercido pelas redes de conterrâneos como mecanismos de informação, atração, coesão e mutualismo étnico entre o grupo.

As redes podem ser entendidas como um complexo de relações interpessoais que atuam como elo entre os migrantes e não migrantes e entre os imigrantes entre si, determinando as condições e aspectos assumidos por essa experiência migratória. Truzzi, discorrendo sobre a função das redes dentro da logística das migrações, chama a atenção para o seu poder de

⁵¹ Duoun Taufik Apud Truzzi, 1997, p.46-47.

⁵² FARHAT, 1986, p. 18.

influenciar aspectos como “aglomerações espaciais, opções profissionais, taxas de endogamia e esferas de sociabilidade próprias a cada grupo de imigrantes⁵³”.

O emprego das redes nas migrações perpassa todo o processo migratório e sua função varia de acordo com as etapas desse processo. As redes de conterrâneos podem estimular a emigração (saída do país) através da circulação de informações sobre possíveis destinos, normalmente por meio das narrativas dos que emigraram e retornaram (migrações circulares). Ao chegarem ao local de destino, as redes operam como elemento coesivo entre conterrâneos implicando na formação de colônias ou guetos vide o caso de alemães, italianos, judeus e japoneses. Além da coesão geográfica, a endogamia também é largamente empregada entre esses grupos atuando tanto como prática coesiva como perpetuadora da identidade étnica.

Entretanto, é enquanto facilitadora da inserção socioeconômica dos imigrantes na sociedade receptora que o conceito de redes interessa nessa pesquisa. O mutualismo profissional expresso na formação de laços de solidariedade entre conterrâneos foi determinante na escolha do nicho profissional dos imigrantes. No caso sírio-libanês, o fenômeno desencadeou uma atuação em massa dos imigrantes no mascate e posteriormente no comércio. Karan⁵⁴ declara que em 1895 noventa por cento dos mascates oficialmente listados na cidade de São Paulo eram sírio-libaneses.

O que fica claro, é que os imigrantes chegados ao final do século XIX exerceram majoritariamente o mascate. Todavia, a partir do século XX há um deslocamento profissional desses sujeitos para o comércio que está relacionado a uma mudança no projeto migratório (de provisório para permanente) e à ascensão econômica do grupo. Os fatores que engendraram essa mudança serão posteriormente discutidos no segundo capítulo da pesquisa.

Já foi colocado que o perfil social do imigrante, bem como suas expectativas em relação à empreitada migratória, foi determinante na escolha profissional do grupo. No entanto, as redes sociais também foram imprescindíveis na definição do mundo de trabalho sírio-libanês. Os imigrantes pioneiros ao se estabelecerem no país instituíam modelos de sobrevivência e ascensão na sociedade hospedeira que acabavam sendo seguidos pelos demais. A atuação em um segmento profissional acabava por facilitar a inserção posterior dos conterrâneos. Posto

⁵³ TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 1 p. 199-218, jan. 2008, 210.

⁵⁴ KARAM, John Tofik. Fios árabe, tecido brasileiro. In: *Árabes somos nós: as origens que o Brasil desconhece. Revista de História da Biblioteca Nacional*. Nº 46, 2009.

isso, o imigrante pioneiro que trabalhou durante anos no mascate e que agora possuía o seu próprio estabelecimento comercial podia convidar um parente para ajudá-lo atrás do balcão ou ofertar a um conterrâneo as mercadorias necessárias para o início da prática do mascate.

O exemplo do conterrâneo já estabelecido e “bem de vida” alimentava o desejo dos que pretendiam migrar. Esse modelo de migração baseado em informações e no auxílio de conterrâneos, ou seja, fazendo uso de redes, foi classificado por Charles Tilly como “migração em cadeia”. Para o autor, quanto maior a distância e o custo do deslocamento, maior a possibilidade dos seus agentes em se apoiar em estruturas já estabelecidas por conterrâneos na sociedade de destino.

Para um melhor entendimento do fenômeno, podemos introduzir o conceito de “capital social” que está diretamente atrelado ao funcionamento das redes. Nos termos de Bourdieu, capital social define-se como: “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo⁵⁵”. O uso do capital social foi decisivo para o imigrante que se encontrava culturalmente apartado, dispondo de poucos recursos financeiros e tendo que superar os obstáculos que sua condição de migrante impunha aos seus propósitos no novo país. Estar inserido em uma rede proporcionava ao imigrante o acesso a pessoas e grupos que compartilhavam da sua mesma origem, nutrindo laços de solidariedade que facilitavam sua sobrevivência na forma de auxílios prestados.

Ainda que não faça uso direto do conceito de redes, França⁵⁶, em sua análise do estabelecimento da colônia libanesa no Maranhão, reconhece a importância dos relatos dos imigrantes já estabelecidos como um fator de referência e estímulo para os que planejavam emigrar, como demonstra através da fala de um de seus depoentes, Abdon Salém: “Eu vim para ajudar ele (o tio), como eu vim para ajudar meu irmão também e é assim que veio, um puxando o outro... um cordão⁵⁷”.

A ideia de “cordão” expressa bem o encadeamento social que caracterizou a vinda dos sírio-libaneses para o Brasil. A autora também destaca a ambição individual como um fator de atração igualmente persuasivo:

⁵⁵ BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, 67.

⁵⁶ FRANÇA, Magda. *O estabelecimento da colônia libanesa no Maranhão*. Monografia de Graduação. São Luís: UFMA, 1990.

⁵⁷ FRANÇA, 1990, p.37.

Apesar dos patrícios representarem o referencial em um país estrangeiro e a segurança no início de uma vida nova, o que impulsionou o imigrante, antes do convite foi a ambição. Imigrante, geralmente solitário, que almejava independência financeira, interessava-se antes de tudo por obter sua própria fortuna, iniciando como representante da casa comercial de algum patrício ou de algum proprietário no interior, ou como vendedor autônomo que comprava o produto em São Luís e revendia em outras cidades, procurando sempre adquirir sua estabilidade, fixando-se com o capital e fundando seu próprio negócio⁵⁸.

O convite de um parente ou conterrâneo para trabalhar no Brasil significava além de estadia e emprego garantido, a possibilidade de angariar em alguns anos o capital necessário para abrir o próprio negócio.

Superado os primeiros obstáculos, abre-se para o imigrante que optou por se estabelecer uma nova fase em sua jornada. O desafio agora não é somente angariar dinheiro: cabe a esse imigrante a tarefa de se estabelecer em um novo corpo social, superar a atividade de mascate e conquistar seu espaço econômico e político nas cidades onde se fixaram.

1.4 A cidade no olhar: sírios e libaneses em Codó.

Localizada na região leste do Maranhão, a cidade de Codó abriga aproximadamente 120.000 habitantes e está entre as principais cidades do Maranhão. No final dos oitocentos possuiu uma economia de destaque no cenário maranhense tendo por base a produção de um dos melhores algodões do estado. Essa produção iniciou-se por volta dos anos de 1790 quando foram implantadas por portugueses as primeiras fazendas de algodão e gado da região⁵⁹.

Com a produção algodoeira em franco desenvolvimento, a vila de Codó, antiga denominação da cidade, expandiu-se apoiada na produção da lavoura, da pecuária e sua posição estratégica às margens do rio Itapecuru até alçar à categoria de cidade em 1896. Pouco antes disso, a cidade já contava com a presença árabe em seu território.

O historiador codoense, João Batista Machado, aponta Pedro Elias Saads como sendo o primeiro imigrante árabe a desembarcar na cidade no ano de 1887. Em entrevista, Maria Bayma Saads, neta de Pedro Elias Saads recua em alguns anos essa data, mas sem estipular um ano específico. Como o autor de *Codó: histórias do fundo do baú* não indica a fonte dessa

⁵⁸ Idem, ibidem, p. 23-24.

⁵⁹ MACHADO, 1999.

informação, é questionável tanto o pioneirismo de Pedro Elias Saads como a data de sua chegada à cidade. Tendo em vista que os portos de São Luís passaram a registrar a presença árabe no Maranhão a partir do ano de 1880⁶⁰, é pouco provável que Codó, sendo uma das principais economias do estado, tenha demorado sete anos para receber seu primeiro imigrante.

Ainda que não haja dados precisos sobre o número de imigrantes que se estabeleceram em Codó, pode-se fazer algumas projeções com base nos registros de impostos da prefeitura da cidade. Esses registros indicam o nome, a profissão e a localização dos imigrantes dentro do perímetro da cidade (zona rural ou urbana). Contudo, muitos mais que sua expressão numérica, é a ressonância social e principalmente econômica desses sujeitos que interessa discutir nesta pesquisa.

Pouco mais de um século após a chegada sírio-libanesa na cidade, sobrenomes como Salem, Buzar, Dualibe, Gerude, Assen, Saads e Murad nomeiam ruas, praças, escolas e se fazem presentes em instituições de memória como o IHGC (Instituto Histórico e Geográfico de Codó), tornando evidente um esforço voltado para a manutenção da memória sobre esses sujeitos mediante a atribuição de seus nomes aos espaços da cidade. Mais do que uma simples homenagem, a nomeação desses espaços obedece a uma relação de poder executada pela esfera administrativa da cidade e conscientemente direcionada para a subsistência da memória sobre os sírio-libaneses através da sua associação aos espaços públicos que trespassam o cotidiano da população codoense.

Considerando a cidade como espaço de produção de memórias - produto da pluralidade dos grupos que a compõe - e ciente que a memória é sempre seletiva, entende-se que a conservação e difusão da memória sobre esses sujeitos resulta de processos e crivos temporais que legitimam o passado do grupo (a partir de uma determinada representação) e mais do que isso, incorporam esses sujeitos à identidade da cidade.

Em um trecho de *Codó: histórias do fundo do baú*, João Batista Machado, discutindo a gênese da cidade, relata que: “Três elementos distintos imprimiram os seus caracteres étnicos na formação da sociedade codoense: o índio, a raça negra e a raça branca, representada pelo colonizador português e pelos sírios⁶¹”. No trecho, o autor apresenta uma espécie de mito de origem baseado na composição étnica da cidade. Essa composição racial seria responsável, segundo Machado, pela edificação da cidade. Nesse esquema, os sírios são colocados ao lado

⁶⁰ MAGALHÃES, 2009.

⁶¹ MACHADO, 1999, p.50.

dos portugueses como componentes da “raça branca”, o que não causa estranhamento haja vista que de uma forma geral os árabes eram lidos como brancos no Brasil, mas o que torna o trecho válido de discussão é o fato dos sírios comporem esse mito.

Na mesma obra, o autor relata que tanto portugueses quanto os negros chegaram à Codó entre os anos de 1780 a 1790 e os sírios no ano de 1887, ou seja, um século depois dos dois primeiros. Mesmo diante de um hiato de um século, chama a atenção o fato de sírios serem colocados no mesmo patamar que portugueses, índios e negros na formação étnica da sociedade codoense.

É notória a importância que o passado exerce no processo de construção da identidade e das representações de um lugar ou de um povo. O livro de João Batista Machado é a principal referência historiográfica sobre Codó o que confere autoridade as narrativas ali presentes. Ao agregar os sírios ao mito de origem da cidade colocando-os na base de sua formação étnica, o autor parece ignorar a assimetria numérica desse grupo frente aos brancos, índios e negros e concede aos sírios uma participação questionável nesse quadro.

Na obra *O Maranhão por dentro*⁶², livro em formato enciclopédico que apresenta uma visão geral dos municípios maranhenses em seus aspectos históricos, econômicos e sociais de forma concisa, observa-se novamente a introdução do elemento árabe como marco histórico de Codó. Segundo a enciclopédia: “Portugueses e africanos dedicaram-se à lavoura, enquanto os sírios intensificaram-se no comércio⁶³”.

Frente a essa representação da cidade, torna-se imprescindível a investigação da construção desse discurso e os interesses aos quais ele atende, uma vez que ao discurso histórico é dada a tarefa de ratificar o passado sob o qual se erigem o imaginário, a identidade, os discursos e práticas de um lugar, conforme o pensamento de Pesavento:

Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara, um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade⁶⁴.

⁶² CARDOSO, Manoel Frazão. *O Maranhão por dentro*. São Luís: LITHOGRAF, 2001.

⁶³ Idem, p. 167.

⁶⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista brasileira de História*. V. 24, n. 53, 2007, p.17.

Outro suporte sob o qual se assenta as representações do imigrante árabe em Codó é a memória dos seus descendentes. Nota-se igualmente a presença de representações construídas em torno da experiência migratória do grupo. Essas representações por sua vez, constituem uma memória coletiva e atendem ao interesse desse círculo (imigrantes e descendentes) em engendrar discursos que visam tanto justificar quanto legitimar a trajetória sírio-libanesa na cidade.

Como o recorte temporal aqui trabalhado (1920-1960) impossibilita o acesso aos imigrantes propriamente ditos e as fontes escritas sobre os imigrantes em Codó são limitadas, parte da pesquisa será embasada nos relatos desses descendentes. Para isso, traremos para a discussão o conceito de “memória coletiva” na perspectiva de Halbwachs⁶⁵ que entende os processos constitutivos da memória como coletivos. Nessa perspectiva, podemos ter acesso à memória dos imigrantes através da sua apropriação pelo grupo, visto que “nossas lembranças permanecem coletivas e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos⁶⁶”.

Portanto, o uso dessas memórias para tratar da experiência sírio-libanesa em Codó justifica-se pelo fato de não estarmos fazendo uso de lembranças subjetivas cunhadas dentro de uma experiência individual e sim de memórias filtradas dentro de processos de reminiscências grupais que exprimem uma realidade social do ponto de vista do grupo. Nesse ponto reside a importância de examinarmos a composição dessas memórias já que servirão de suporte empírico para discursões aqui levantadas.

De acordo com Michael Pollak⁶⁷, memórias podem ser reduzidas a três componentes principais: personagens, processos sociais e lugares. A análise de cada um desses elementos pode ajudar a entender os usos da memória sírio-libanesa pelos descendentes, pela cidade e pela historiografia e, por conseguinte, a problemática norteadora dessa pesquisa que versa sobre as configurações da atuação sírio-libanesa na economia codoense.

Já foi discutido neste capítulo o perfil social do imigrante e como ele foi determinante nas escolhas profissionais do grupo. A trajetória dos imigrantes abarca suas vivências, práticas, atividades, memórias, experiências, representações e constituem os processos sociais que

⁶⁵ HALBWACHS. *A memória coletiva*. Editora Vértice: São Paulo, 1990.

⁶⁶ HALBWACHS, 1990, p.16.

⁶⁷ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

permearão toda a pesquisa. O que volta nossa atenção para a problemática do lugar e sua relação com o sujeito sírio-libanês.

Em um texto referencial, Sandra J. Pesavento explora a dimensão das sensibilidades enquanto matéria de construção das representações em torno das cidades. Vemos que são as representações que atribuem significações ao espaço urbano ao mesmo tempo que orientam a experiência cidadina.

Logo no início do texto, nos defrontamos com o enunciado “as cidades fascinam”. Ao tomarmos fascínio por arrebatamento, êxtase ou até mesmo ilusão, torna-se mais claro entender o efeito que as cidades exercem nos sentidos. As cidades fascinam porque conjuram os desejos mais íntimos. Desejos que se confundem com a realidade e que por vezes até mesmo tomam o seu lugar⁶⁸.

Dessa forma, as cidades nada mais são do que as expressões das sensibilidades dos que as leem. A cidade, nesse sentido, encontra-se no olhar e desvela-se através da sua leitura que envolve reconhecimento, interpretação e significação de seus símbolos.

As cidades fascinam e estimulam desejos, aspirações e esperanças. Para os *outsiders*, os “de fora”, os “outros” esses sentimentos tornam-se ainda mais intensos. A ausência de uma vivência anterior na cidade e conseqüentemente de um processo de naturalização do seu espaço torna esses sujeitos mais sensíveis à atmosfera da cidade e mais inclinados a tecer representações que projetem seus desejos. São essas percepções que determinaram as estratégias e práticas empregadas por esse grupo na cidade.

Nessa perspectiva, a chegada dos imigrantes sírio-libaneses em Codó incita uma série de questões referentes à relação entre o imigrante e a cidade. Tendo em vista que esses sujeitos se encontravam na posição de *outsiders*, ou seja, estrangeiros, isso implicava em uma vivência na cidade pautada na alteridade, no sentimento de não pertencimento.

Embora a decisão de migrar tenha sido tomada dentro de contornos precisos que incluíam incentivos, destino, intenções, objetivos, nem sempre esse projeto era seguido à risca ao chegarem à sociedade receptora. Na prática, mudanças de planos eram comuns: migrações antes temporárias tornavam-se definitivas, destinos pré-estabelecidos eram abandonados, lançando esses sujeitos a uma verdadeira aventura.

⁶⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista brasileira de História*. V. 24, n. 53, 2007.

Foi expressado a relevância que o capital social representou para a experiência migratória dos imigrantes ao prover informação, apoio, asilo e trabalho para os recém-chegados. Para os que foram amparados por essa rede e vieram se juntar a um tio, um primo, um irmão ou qualquer outro parente, a escolha pela cidade era estabelecida pela presença prévia desses sujeitos. No entanto, nem sempre o imigrante se adaptava a essas cidades, o que o levava à procura de outros locais, como exemplificado no depoimento abaixo:

Papai desembarcou no porto de Recife, veio pra São Luís, Itapecuru, porque Itapecuru-Mirim já se encontrava ali o pai dele, o pai e a madrasta, Seu João Buzar e Rafiza. [...] quando ele desembarcou em Recife, ele veio para São Luís. Em São Luís, trabalhou na firma Dualibe Irmão, veio pra Itapecuru, mas não gostou muito de Itapecuru, aí resolveu conhecer outras cidades para ver onde seria uma da sua simpatia e terminou simpatizando com Codó [...] por que naquela época, está certo que Itapecuru não seria melhor do que Codó, mas São Luís do Maranhão claro que seria, não é? E ele teve em Recife e não quis ficar também em Recife. Ele em Itapecuru já tinha o pai dele, o pai dele já estava em Itapecuru-Mirim, mas ele preferiu vir pra Codó⁶⁹.

O percurso realizado por Nagib Buzar⁷⁰ ao chegar ao Brasil ilustra as contingências às quais os migrantes estavam submetidos ao se estabelecerem no novo país. No caso do libanês, ainda que contasse com a garantia de um familiar já fixado em Itapecuru-Mirim, localizada a cem quilômetros da capital, este preferiu optar por São Luís como destino de trabalho e posteriormente para a cidade de Codó.

O caráter individual da imigração estimulava muitos desses imigrantes a explorarem outras cidades e estados na busca de oportunidades de trabalho. Muitos como Nagib Buzar, deslocavam-se dos seus países agarrados apenas a um laço sanguíneo, ao verso de uma carta, a uma referência vaga que servia apenas de encorajamento para a travessia transatlântica. Em solo brasileiro, cabia a esse imigrante “ganhar a vida”, fazendo uso do seu capital humano aliado ao capital social.

⁶⁹ Entrevista concedida à pesquisadora por João Buzar Neto em Codó, janeiro de 2014.

⁷⁰ Libanês da cidade de Zahli, nasceu no dia 06 de janeiro de 1905 e veio para o Brasil em 1922. Casou-se com Maria de Lourdes Beliche com quem teve oito filhos. Iniciou suas atividades comerciais no ramo de beneficiamento e comércio de arroz e algodão. Foi pioneiro no ramo cinematográfico de Codó fundando o Cine Olinda e posteriormente o Cine São Luís. Foi presidente da Associação Comercial e um dos fundadores do Rotary Club de Codó. Nagib Buzar também foi intitulado cidadão codoense pela Câmara Municipal da cidade e teve uma praça e uma escola nomeada com seu nome. Faleceu em 08 de maio de 1985. Fonte: GOMES, Carlos; MACHADO, João Batista. In: *Memorial escrito*. Codoenses e não codoenses: sínteses biográficas. Codó, 21 de janeiro de 2014.

Nesta lógica, a trajetória de Nagib Buzar novamente é exemplificadora. Nota-se que sua experiência de trabalho em São Luís deu-se na Dualibe e Irmão, firma de propriedade da tradicional família Dualibe de origem árabe. O fato de um dos seus primeiros empregos em solo brasileiro ter sido em uma empresa pertencente a imigrantes que compartilhavam da sua mesma origem não se deu por mera casualidade, ao contrário, indica um uso efetivo das redes sociais por parte de Nagib Buzar.

Uso esse que se inicia com a figura paterna já estabelecida na sociedade almejada. Embora o imigrante não tenha permanecido na companhia de seu pai em Itapecuru-Mirim, teve neste um ponto de referência e estímulo para efetuar a mudança de país e a “escolha” pelo solo maranhense é consequência direta disto. Partindo desse raciocínio, somos instigados a entender os motivos que tornaram Codó um ponto de atração e de concentração para os imigrantes árabes.

Ao discorrer sobre o assunto é impossível não fazer menção à ideia de cidade-imã, a cidade que atrai e concentra corpos distintos. No entanto, a metáfora se torna vaga quando aplicada a um contexto específico. Desse modo, explicar a convergência sírio-libanesa em Codó na virada do século XX torna-se uma tarefa bastante complexa que não pode ser esclarecida apenas pela invocação de uma suposta atmosfera sedutora da cidade.

Entender as razões pessoais desses imigrantes revela-se uma tarefa inglória em vista do não acesso aos sujeitos em questão. Os depoimentos dos filhos desses imigrantes, por outro lado, são de natureza especulativa e pouco nos esclarecem sobre a escolha da cidade como local de destino.

Tomemos novamente o depoimento de João Buzar, citado anteriormente. Segundo o depoente, dentre as opções de estabelecimento de seu pai havia três cidades principais: São Luís, Recife e Itapecuru-Mirim. Dessas, duas são capitais. A escolha de Codó a Itapecuru-Mirim é justificada pelo narrador pela “inferioridade” desta frente àquela: “está certo que Itapecuru não seria melhor do que Codó”. Contudo, a opção por Codó em preterimento a duas capitais não é facilmente justificável até mesmo para o narrador, já que na sua fala, São Luís é tida como uma opção melhor do que Codó. Desse modo, São Luís e Recife, na condição de capitais, apresentavam-se como opções mais promissoras a seu pai; Itapecuru-Mirim, por seu turno, tinha a seu favor a presença do seu avô.

Diante da ausência de uma explicação lógica para a escolha de Codó, a João Buzar só resta atribuir à atitude de seu pai uma razão sentimental: “aí resolveu conhecer outras cidades pra ver onde seria uma da sua simpatia e terminou simpatizando com Codó”. A ideia de atração

movida por afinidade também é utilizada por outro filho de imigrante. Diz-nos Mamede Assen sobre o seu pai Youssef Assen⁷¹:

Ele desembarcava em São Luís, naquela época era de navio. Depois como o rio Itapecuru era trafegável na época, eles viam subindo o rio e o lugar que eles achassem mais bonito para ficar eles desciam e lá colocavam um comércio e de lá meu pai veio parar em Codó com os dois irmãos⁷².

Ao longo da pesquisa foi discutida a ideia de migração enquanto um processo de deslocamento movido por agentes com propósitos predeterminados. Também foi ressaltado que o fenômeno está sujeito a cortes de seletividade que envolvem admissões e exclusões. Com isso, pretendeu-se demonstrar que existe uma coerência interna subjacente ao fenômeno. No entanto, os depoimentos acima sugerem que nem todas as etapas da experiência migratória desses sujeitos foram orientadas por essa lógica.

Se partirmos do entendimento que o local escolhido pelo imigrante para se estabelecer também era o local onde ele desenvolveria sua experiência de trabalho da qual ele extrairia os recursos necessários para a sobrevivência e para assistir a família no país natal - o que basicamente consistia no *leitmotiv* da migração – tornar-se difícil aceitar a hipótese de que uma escolha tão importante quanto essa seria conduzida apenas pelo critério da afinidade.

Se os depoimentos colhidos pouco nos esclarecem sobre a questão, resta-nos partir de outra perspectiva para a elucidação da problemática. Nessa tarefa é imprescindível, antes de tudo, delinear essa cidade, descortinar sua individualidade para além da categoria de “cidade”. Que Codó era essa que atraiu os imigrantes e assentou seus comércios e lares? Para responder a essa pergunta é necessário expandir os limites da discussão para o nível estadual.

Através do Registro do Porto do Maranhão é possível rastrear a entrada de sírio-libaneses no estado no final dos oitocentos e início do século XX. Os termos “sírio” ou “libanês” não aparecem em nenhum dos registros encontrados. Já o termo árabe é recorrente a partir do ano de 1886. O termo “turco”, por sua vez, ocorre desde o início da década de oitenta. Sabe-se que o termo turco foi amplamente utilizado como designativo de sírios e libaneses nos seus registros de entrada no Brasil. A explicação reside no fato dos passaportes desses imigrantes serem emitidos pelo governo turco, como esclarece Hajjar:

⁷¹ Sírio, veio para Codó por volta de 1920. Trabalhou no comércio de gêneros. Atuando nesse setor, comprava e exportava arroz, algodão, babaçu, milho e congêneres para outras cidades. Sócio fundador do Clube Guarapary de Codó, morreu no ano de 1978. Fonte: Entrevista com Mamede Nagib Assen.

⁷² Entrevista com Mamede Nagib Assen concedida em Codó, em junho de 2014.

Os imigrantes árabes do Brasil são procedentes da Síria, Líbano e Palestina. Quando se iniciou a imigração, em fins do século passado, o Império Otomano ainda dominava a região e a grande maioria dos imigrantes chegava com passaporte turco, vindo assim a serem conhecidos como “turcos”, termo este usado pejorativamente e que deturpava a verdadeira identidade nacional dos imigrados⁷³.

Esse fato levou ao enquadramento de diferentes povos (turcos, libaneses e sírios) sob um mesmo termo dificultando o processo de identificação desses sujeitos. Portanto, torna-se impossível através do Registro do Porto estipular uma data de *début* dos imigrantes sírio-libaneses no Maranhão. Utilizando o termo turco como critério, o ano seria o de 1880; já se partíssemos do termo árabe, avançaríamos para o ano de 1886. Acrescenta-se à dubiedade dos termos, o fato dos registros referentes a alguns anos estarem incompletos e o porto de São Luís não ser o único meio de entrada de imigrantes no estado.

REGISTRO DO PORTO DO MARANHÃO								
Entradas de estrangeiros de fora do império, no mez de Abril de 1888								
Nomes	Idade	Estado	Nacionalidade	Profissão	De onde veio	Em que vez	Onde vai regida	Observações
José Ferreira	370	Casado	Portuguez	Lavrador	Líbica	Lavoura	Tuyassii	Chegaram no vapor <i>Esperanza</i> a' 26
Francisco José Ferreira	35	"	"	"	"	"	"	
Fernando Fouque	63	"	Francese	Delegado	Lourayopol	5.ª vez	Capital	
Joseph Leon Ruben	28	"	Turco	Advogado	"	Com.ª	"	

O Official cat.º da S. de Policia
João de Azevedo

Figura 1- Registro do Porto do Maranhão (1888)⁷⁴

Com base nos registros e no constructo histórico sobre a imigração sírio-libanesa, pode-se afirmar com estreita segurança que os sujeitos identificados como “turcos” poderiam se tratar de sírio-libaneses e a clara ausência de padronização nesses registros pode explicar as diferenças de nomenclatura empregadas ao longo das décadas.

⁷³ HAJJAR, 1985, p. 35.

⁷⁴Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão.

O imigrante claramente se enquadra no perfil apresentado pelos sírio-libaneses da primeira geração: jovem, do sexo masculino, viajando sozinho e caixeiro, a profissão mais popular entre os imigrantes no período. Nessa lógica, a possibilidade de o imigrante na verdade se tratar de um sírio ou libanês são bastante altas.

O registro reproduzido acima é um caso singular nos prontuários do porto. Raras anotações possuem descrições detalhadas sobre os passageiros como idade, profissão e as intenções da estadia. A esmagadora maioria dos registros indicam o nome do vapor e seu local de partida e destino, a nacionalidade do imigrante e se esse está entrando ou saindo do estado; porém, essas entradas e saídas dos imigrantes pouco nos dizem sobre a real trajetória desses sujeitos. A grande maioria dos vapores é procedente do Rio de Janeiro e alguns oriundos de Manaus, Pará e Ceará, o que revela que estes imigrantes não entravam no Maranhão de forma direta e sim por intercâmbio de outros portos. Sendo o principal ponto de partida o Rio de Janeiro⁷⁵ e os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Pará e Amazonas as principais escalas.

Igualmente interessante é o movimento de entradas e saídas dos árabes no Maranhão. Destaca-se um forte fluxo desses imigrantes entre os portos de São Luís-Camocim (Ceará) e São Luís-Amarração (atualmente Luís Corrêa, Piauí) bem como deslocamentos tendo como pontos de partida ou destino os estados do Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Pará, Maceió, Bahia, Natal. Como os registros deixam claro que o porto de São Luís não era uma porta de entrada para o país, os imigrantes vistos deixando o Maranhão, possivelmente haviam experienciado o estado e como o abandono e a busca por outros lugares sugere, de forma não muito satisfatória.

Em nível individual, os registros mostram que esses viajantes geralmente eram solitários com poucas incidências de dois ou mais companheiros como no caso dos árabes “Simão, José, Jorge e Miguel”. Vindos da Bahia com destino ao Maranhão, os quatro viajantes, possivelmente irmãos, parecem não ter despertado interesse suficiente para que lhes fossem solicitado ao menos um sobrenome. Essa invisibilização é ainda mais recorrente com mulheres e crianças, cujas existências, atreladas a laços de parentesco com homens, ocultam-se sob os termos “irmã”, “mulher” e “filho”.

⁷⁵ Um ponto intrigante é que nos documentos analisados não há nenhum vapor procedente de São Paulo mesmo o estado sendo uma das maiores portas de entrada de imigrantes no país.

Indo na contramão do anonimato, encontrou-se na documentação analisada apenas uma imigrante árabe viajando sozinha. Rosalina Antônia é vista desembarcando em São Luís às 12 horas do dia 14 de novembro de 1890 no vapor “Cabral” procedente de Amarração, Piauí. Assim como “Pasaquete e seu filho Negibe” que percorreram uma longa viagem do Rio de Janeiro para o Maranhão um ano antes, pouco se sabe sobre a trajetória desses sujeitos reunidos sob o genérico de “árabes”. Os registros não informam a profissão, idade ou nacionalidade, apenas um nome incompleto e um percurso incerto. As entradas e saídas referiam-se à cidade de embarque e desembarque e não informam sobre o real local de origem e destino do imigrante.

Apesar de São Luís ser a principal via de acesso ao estado, através do porto, uma parcela desse grupo preferiu não se fixar na capital maranhense e evadir-se para cidades do interior. Uma possível explicação para esse comportamento seria a o receio dos imigrantes em enfrentar a concorrência de um comércio já estabelecido de uma capital em detrimento das pequenas vilas e cidades ainda em formação cuja carência de gêneros se oferecia como um mercado bem mais atraente aos olhos mercantis dos imigrantes. Uma visão da presença sírio-libanesa em terras maranhenses nos é dado pelo professor Kalil Mohana em entrevista ao pesquisador Frederico M. Furtado:

Em geral começavam no interior: Viana, Bacabal, Vargem Grande, Codó, Timbiras, Rosário, Balsas. Possuíam grandes fazendas de gado ou de plantação; compravam toda a produção agropecuária e exportavam para a capital ou para o Brasil: babaçu, arroz, algodão, tucum, depois soja. Quanto ao gado, industrializavam, sobretudo o couro, nos curtumes famosos, até exportando para fins industriais ou fabricando aqui bolsas, sapatos e vários objetos úteis à vida pessoal e social⁷⁶.

Magda França, em um dos primeiros trabalhos acadêmicos dedicados à imigração libanesa no Maranhão elabora um pequeno levantamento dessas famílias pelo interior estado identificando em algumas cidades as famílias as famílias mais proeminentes:

Tabela 1 - Concentração de famílias sírio-libanesas em cidades do Maranhão na primeira metade do século XX.

Cidades	Famílias
São Luís	Murad, Mettre, Aboud

⁷⁶ FURTADO, Frederico Mamede S. *A comunidade Sírio-Libanesa e sua inserção na elite maranhense*. Monografia de Graduação, UEMA, 2008, p.32.

Rosário	Maluf, Sauaya
Codó	Salem, Buzar, Murad
Pindaré- Mirim	Azar
Timbiras	Abdala, Tomé
Pinheiro	Aboud
Cururupu	Farah
Caxias	Simão
Santa Inês	Salomão
Viana	Mohana, Haickel
Coroatá	Trovão
Itapecuru	Simão

Fonte: França, 1990.

No mapa abaixo, podemos visualizar de que forma os sírio-libaneses estavam distribuídos pelo interior maranhense. Nota-se uma disseminação não homogênea desses sujeitos pelo estado com ausência ou pouca incidência nas regiões central e oeste e massiva concentração no norte e leste do estado.

Tal disposição possivelmente estava relacionada à proximidade dessas cidades em relação à capital. Assim como a tabela anteriormente citada, apresenta-se aqui apenas uma visão geral, uma amostragem da presença árabe no Maranhão que não deve ser tomado como representativa do grupo inteiro. Ao entrarem no estado, esses sujeitos eram registrados nos portos da capital sem especificações sobre a cidade de destino. O que dificulta o processo de localização desses sujeitos pelo interior do estado.

Somado a isso, as pesquisas acadêmicas que se debruçam sobre o tema acabam limitando-se a analisar a presença árabe apenas em São Luís ignorando a atuação sírio-libanesa no interior maranhense e reforçando a invisibilidade histórica de diversos imigrantes. Dito isso, salienta-se novamente que a presença sírio-libanesa no Maranhão não se esgota nas cidades e nos sobrenomes aqui indicados.

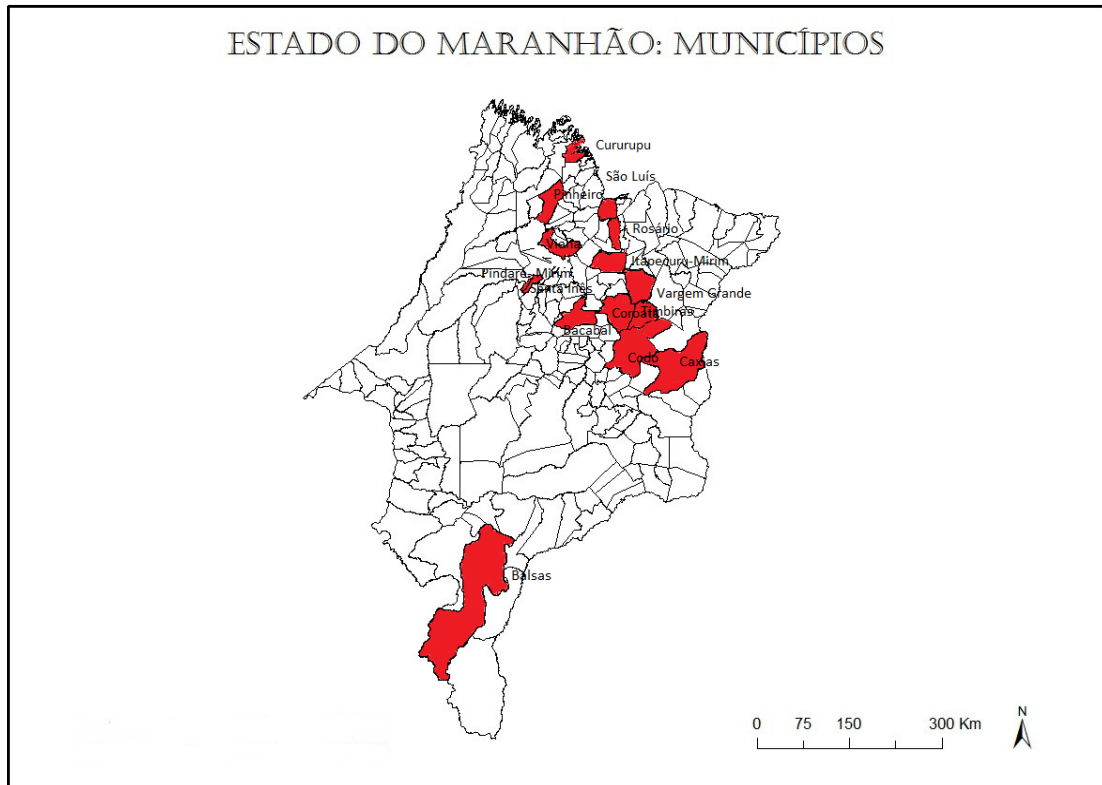


Figura 2 - Presença sírio-libanesa no interior do Maranhão⁷⁷

Como já expressei, a imigração árabe no Maranhão seguindo o modelo nacional, caracterizou-se como sendo uma imigração de trabalho cujos agentes atuaram expressivamente no mascate, no comércio e posteriormente na indústria. Os imigrantes que desembarcavam no estado vinham com a intenção primordial de angariar dinheiro e o trabalho era o veículo de concretização desse desejo. Posto isso, torna-se mais claro o entendimento da trajetória desses imigrantes quando a examinamos à luz dessas preposições como faremos em relação à estância árabe na cidade de Codó.

A escolha pelo interior do estado em detrimento da capital não pode ser explicada sem levar em conta as particularidades dos agentes dessa escolha. O que não nos impede de traçar algumas hipóteses em torno da questão. Para o imigrante recém-chegado ao estado, fixar-se na

⁷⁷ Fonte: Casa dos Mapas

capital poderia oferecer certas desvantagens como dificuldade de inserção em um mercado já estabelecido, maior concorrência comercial e uma já existente presença árabe que gerava animosidades na praça comercial ludovicense.

Marcelo Magalhães verifica através de artigos de jornais do período que os comerciantes de origem árabe eram alvos constantes de discursos xenófobos por parte dos nativos. No final do século XIX e no começo do XX “esses imigrantes eram vistos com desconfiança [...] taxados de ladrões, sonegadores de impostos, parasitas e ludibriadores [...]”⁷⁸. Mais à frente o autor completa que “sua presença no comércio ambulante ou fixo gerou desavenças, críticas e perseguições para com os libaneses e sírios [...]”⁷⁹. A hostilidade e preconceito sofrido pelos sírio-libaneses em São Luís podem ter sido um dos fatores que influenciaram o deslocamento do elemento árabe pelo interior.

Outra explicação para o preterimento da capital possui viés econômico: o interior era responsável pela maior parte da produção rural desenvolvida no estado. A produção predominantemente agrária dessas localidades expressa na cultura do algodão, do arroz e do babaçu dava sustentação ao sistema agroexportador, carro chefe da economia maranhense. Somado a isso, essas mesmas localidades que abasteciam a capital com suas lavouras sofriam com a carência de outros gêneros, especialmente os industrializados. Essa situação era agravada pelas péssimas condições das estradas e pela limitação do transporte fluvial acarretando constantes demandas de gêneros manufaturados nessas cidades.

Com a valorização das grandes lavouras e a interdependência econômica entre capital e interior, os imigrantes se depararam com um mercado de atuação promissor. A princípio, esses comerciantes assumiam o papel de intermediários entre os dois polos suprindo os gêneros em demanda nessas cidades e fornecendo a produção local (arroz, babaçu e algodão, couro) a São Luís. A interdependência entre o comércio do interior e o da capital baseada no sistema de crédito e tendo por base a lavoura, dava fluxo e sustentação a essa economia.

Cabe reforçar novamente o papel das redes nesse processo. O convite de imigrantes já estabelecidos aos que pretendiam migrar também atuou como mecanismo de atração para a cidade. Fator esse que pode explicar por que a cidade vizinha de Caxias, mais desenvolvida, recebeu, no entanto, o elemento árabe de forma menos expressiva que Codó. Possivelmente, os imigrantes em Codó fizeram um uso mais efetivo das redes sociais contribuindo para

⁷⁸MAGALHÃES, 2009, p. 85.

⁷⁹ Idem, ibidem, p.91.

incrementar o elemento árabe local. Tomando a experiência migratória de alguns imigrantes na cidade, observamos de forma clara o fenômeno do encadeamento: Naby Salem, comerciante libanês, chegou a Codó em 1924 a convite de seu tio Abdon Murad. Posteriormente Naby estendeu o convite ao irmão, Abdon Salem; Carlos Jorge Francis, sírio chegou em 1927 a chamado do seu pai que já se encontrava na cidade; Ananias Murad, libanês, estabeleceu-se em 1912 em Codó onde residia seu irmão João Elias.

Contudo, como discutido anteriormente, no caso de Nagib Buzar e como o fluxo de saídas registrados no porto comprovam, o convite de um patricio não era garantia de estada em uma cidade. Tendo em vista que o objetivo último desses sujeitos era a melhoria de suas condições financeiras, Codó certamente oferecia vantagens econômicas que não passaram despercebidas aos imigrantes.

A esse respeito, escrevendo na segunda metade do século XIX, César Augusto Marques no *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*⁸⁰ traça o seguinte retrato de Codó: “Esta vila, abaixo da cidade de Caxias é o ponto mais comercial e importante da ribeira do Itapecuru”. E mais à frente: “As terras do município são muito próprias para a cultura do algodão, arroz e mais gêneros. Para a criação de gado vacum tem bons campos e abundancia de pastos [...] esta freguesia distingue-se pela cultura do algodão e do arroz em grande escala⁸¹”. A descrição de Marques evidencia as qualidades e potencialidades agrárias da vila cuja economia basicamente agrícola, dava-lhe visibilidade no panorama estadual.

O potencial do município expresso no elogio de Marques encontra eco nos dados de Mario Meireles⁸² já no século XX. No ano de 1900, Codó figurava entre as três principais cidades do interior do Maranhão em população com um cômputo de 6.027 habitantes, atrás de Caxias (14.445) e Pedreiras (7.185). Na primeira metade do século há um aumento vertiginoso da população maranhense, explicado pelo historiador pelo deslocamento de migrantes do campo em direção à “miragem do El- Dourado amazônico, sob o signo áureo da borracha”. Dessa forma, em 1950, Codó torna-se a segunda maior cidade do interior maranhense com uma população de 59.657 habitantes.

Situada na região do vale do Itapecuru a 299 km da capital São Luís, Codó segundo a narrativa oficial, foi fundada por jesuítas, portugueses e escravos. Tornou-se vila em 1833 e em

⁸⁰MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia do Frias, 1870.

⁸¹ MARQUES, 1870, p. 139.

⁸² MEIRELES, Mario, M. *História do Maranhão*, D.A.S.P - Serviço de documentação, 1960.

1896 foi elevada à categoria de cidade. No século XIX a economia codoense estava dividida entre as grandes fazendas de gado, algodão e arroz de fazendeiros portugueses voltados para o mercado externo; a pequena lavoura de subsistência e o comércio representado por pequenos estabelecimentos que supriam a demanda local.

O rio Itapecuru foi de suma importância para a economia local, visto que as lavouras, fazendas, comércios, armazéns, quitandas e bodegas se debruçavam às suas margens. A vida econômica e conseqüentemente social da cidade se direcionava em torno da chegada e partida dos navios-gaiola, do embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, prontamente registrados em notas dos jornais. Sendo as estradas quase intrafegáveis, era legado ao rio a responsabilidade pelo movimento de quase tudo que entrava e saía da cidade.

É nesse cenário que os imigrantes desembarcam em Codó no final da segunda metade do século XIX. Codó ainda se encontrava na posição de vila com uma população de pouco mais de 9.800 pessoas sendo desse montante, 4.200 livres e o resto constituído por escravos⁸³, ou seja, Codó era majoritariamente constituída pelo elemento negro cativo, por fazendas de gado, arroz, algodão e engenhos de açúcar pertencentes aos portugueses.

A vila de Codó parecia transcorrer no ritmo lento do rio que a entrecortava. Com um cotidiano entrecortado por trabalhos e sociabilidades, por espaços de produção e de lazer, pelas grandes fazendas e as lavouras de subsistência, pelo braço escravo e o suor do homem comum, pelas suas ruas e praças, igrejas e botequins, casas e quitandas, barcos e carroças...

A virada do século XIX para o XX, no entanto, acarretará algumas transformações de ordem econômica e política que imprimirão novos tons à paisagem da cidade. A chegada mais massiva do elemento sírio-libanês coincide com essas mudanças estimuladas por novas dinâmicas econômicas e transformações socioespaciais.

A ascensão da vila à categoria de cidade em 1896 assinala esse fenômeno politicamente, solidificando um processo de amadurecimento urbano que será coroado com a implantação da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão (1894) e da estrada de ferro São Luís-Teresina (1921). Iniciativas essas que fomentaram uma série alterações no tecido espacial da cidade, no modelo econômico e nas relações sociais.

⁸³ Dados de Cesar Augusto Marques (1970) assim como de Meireles (1960) apontam uma população de 6.027 em 1900. Observa-se um decréscimo populacional que pode ser explicado pela alta presença do elemento escravo na cidade e que possivelmente foi evadido pelo tráfico interprovincial às vésperas da abolição de 1889.

A Companhia Manufatureira inaugurada em junho de 1894 quando Codó ainda se encontrava na condição vila foi um grande marco econômico para a cidade. Nascida de um empreendimento ambicioso que consistia em transformar o Maranhão em um parque fabril, a fábrica ao desembarcar na vila trazia consigo não apenas o maquinário inglês, mas também desejos e discursos de mudança e desenvolvimento:

Ao alicerçar-se na vila de Codó, a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, na condição de uma indústria de grande porte, se traduziu no imaginário codoense como um empreendimento inovador, progressista, avançado. Enquanto condicionador de uma potencialidade transformadora para a cidade⁸⁴.

Para a população, a fábrica representava o progresso, a modernidade e o ingresso em uma nova era de desenvolvimento urbano e econômico. Colunas como *Visita à fábrica* do jornal *Gazeta do Codó* descreviam semanalmente aos leitores os avanços no projeto de edificação da fábrica cujas estruturas eram calcadas com tijolos, cimento e aspirações. De fato, a companhia contribuiu de forma significativa para a economia local, produzindo empregos, formando uma nova classe de trabalhadores (as operárias), gerando receita para a cidade, modificando sua geografia e abrindo caminho para o desenvolvimento do setor industrial que contará como veremos, com a ativa participação árabe.

A Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão repercutiu diretamente na morfologia da cidade. Até então, as residências e principalmente as casas comerciais se concentravam às margens do Itapecuru devido à conveniência no processo de escoamento das mercadorias. A presença da fábrica na parte alta da cidade estimulou o povoamento de uma área até então inabitada e o desenvolvimento de todo um bairro em função da mesma:

Uma grande parte do perímetro em torno da fábrica foi doada à Companhia pela prefeitura e pelo estado para a exploração das madeiras que alimentavam as fornalhas. Nessa área circundante à fábrica foram erigidas casas direcionadas especialmente aos altos funcionários da fábrica: diretores, gerentes, mestres de fiação, que normalmente vinham de fora da cidade. Estas contavam com água canalizada e iluminação elétrica, alimentada pelo gerador próprio da fábrica que abastecia as residências dos funcionários. Sobre a iluminação elétrica, até esse período, o acesso à energia era limitado pelo uso de geradores que eram raros e caros, só em 1918 seria instalada uma usina elétrica para o fornecimento de energia para a cidade. Em 1893 a Companhia

⁸⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SALAZAR, Francês de Francis Silva. A economia fabril em Codó-MA: O tecelar da modernidade (1892-1920). In: *História e Política: problemas e abordagens nos contextos brasileiros*. Teresina, Edufpi, 2016, p.55.

disponibilizava energia para parte dessa região, que acabou sendo denominada de “bairro da fábrica”. Além de vender esses terrenos, era também permitida a construção de casas de palha que podiam ser construídas gratuitamente e frente ao fato das constantes enchentes do rio Itapecuru, a oferta acabava por se tornar bastante atraente à população⁸⁵.

O processo de manufatura baseado na produção em larga escala exigia novas formas de escoamento alternativas à fluvial e a implantação da estrada de ferro São Luís-Teresina se apresentou como uma solução para essa demanda. A estrada, por sinal, também será lida como um símbolo de progresso para a cidade possibilitando fomentando ainda mais a economia local antes limitada e dependente do Itapecuru. Os novos tempos exigiam uma importação e um escoamento mais rápido e eficaz da produção tanto das lavouras de algodão, arroz e babaçu como da produção fabril. Além do setor econômico também havia uma demanda social pela implantação da estrada:

A estrada de ferro suprimia as necessidades que as famílias ribeirinhas tinham. [...] assim justificando outro aspecto que afetava as condições sociais dos maranhenses como a seca, a falta de estradas de rodagens, principalmente para aqueles que dependiam do rio Itapecuru, para o tráfico de pessoas e da produção, no qual também afetava a comunicação com outras localidades e escoamento de produtos que apodreciam por falta de transporte⁸⁶.

Como exposto, a Codó que adentrava o século XX experimentou diversas transformações urbanas. O entendimento desses processos, em particular os que reverberaram na economia, é imprescindível para entender como os imigrantes sírio-libaneses se ajustaram a diferentes conjunturas; tendo em vista que os imigrantes chegados à cidade entre as décadas de 1910, 20 e 30 se depararam com uma organização urbana bem diferente da que foi encontrada pelos pioneiros no final do século XIX. Esses tiveram que ajustar suas atividades a uma vila restrita economicamente ao setor primário enquanto aqueles encararam novas estruturas que lhes ampliavam as possibilidades de atuação, especialmente no setor comercial.

É notório que os imigrantes que se estabeleceram em Codó no século XX se dedicaram principalmente ao comércio. Com o crescimento da cidade, a fábrica gerando empregos e a ferrovia possibilitando um fluxo de mercadorias e pessoas mais eficiente, o comércio local

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 58-59.

⁸⁶ SOUZA, Joana Batista de. O poder dos trilhos: a trajetória do trem em Caxias no final do século XIX até a década de 1920. In: *Percorrendo becos e travessas: feitos e olhares das histórias de Caxias*. PESSOA, Jordânia M.; MELO, Salânia M. Barbosa (orgs.). Teresina: Edufpi, 2010, p. 224.

finalmente teria ensejo para o desenvolvimento. Aproveitando-se desse cenário os imigrantes investiram massivamente no setor comercial, abrindo lojas, quitandas, armazéns, bares e etc.

Alguns imigrantes traziam consigo uma soma em dinheiro para investir em alguma atividade; outros conseguiam acumulá-lo trabalhando durante alguns anos para algum patrício. Esse dinheiro era normalmente investido na abertura de lojas no ramo de tecidos, armarinho e na venda de gêneros. Após se estabilizarem, esses comerciantes investiram ainda no setor agrícola e industrial com o cultivo e beneficiamento de algodão, arroz e babaçu.

O impacto da atuação sírio-libanesa no comércio codoense pode ser medido pelo título “reis do comércio” que lhes fora atribuído. Essa designação expressa uma relevância, um status, uma distinção e o mais importante, uma hegemonia econômica que merece ser analisada.

Examinar as atividades empreendidas pelos imigrantes, delimitar seus espaços de atuação na organização econômica da cidade e entender como se operou a mobilidade econômica do grupo, em resumo, a caracterização do mundo de trabalho sírio-libanês será a matéria de estudo do próximo capítulo onde serão investigados os fatores que possibilitaram a estes imigrantes a transição de pequenos comerciantes para grandes empresários de expressividade social e política em Codó.

2 TRABALHO E COTIDIANO SÍRIO-LIBANÊS NA ECONOMIA CODOENSE.

No capítulo anterior foram abordados alguns tópicos relativos à migração árabe no Brasil e à chegada e estabelecimento sírio-libanês em Codó. Foram empregados os conceitos de redes, capital humano e capital social para explicar como o mutualismo foi utilizado como mecanismo de sobrevivência, ação e mobilidade no interior da sociedade receptora. Da mesma forma, foi delineado o perfil social do migrante e discutido como esse aspecto foi determinante nas escolhas profissionais do grupo bem como a importância dos fatores de atração, expulsão e seletividade no processo migratório.

Continuamente, verificou-se através da contextualização histórica que as alterações empreendidas na cidade na virada do século XX, especialmente no âmbito econômico, coincidiram com o recrudescimento do elemento árabe em seu território. O que coloca essas transformações como possíveis fatores de atração do imigrante.

Esclarecidas as primeiras etapas do processo migratório sírio-libanês e a conjuntura histórica sob a qual ela se assentou, cabe agora analisar a experiência migratória do grupo na sociedade receptora. Seguindo os parâmetros estipulados pela pesquisa, este capítulo se concentrará em investigar e discutir a configuração da experiência de trabalho sírio-libanês em Codó.

Para isso, a discussão será orientada por um conjunto de questionamentos cujas resoluções permitirão o entendimento da organização do mundo do trabalho dos imigrantes na cidade. O processo de inserção do imigrante no mercado de trabalho codoense, os setores e espaços ocupados por eles, os ramos aos quais se dedicaram, a logística dos seus empreendimentos e o processo de ascensão e declínio econômico do grupo guiarão as análises aqui desenvolvidas a partir das quais se poderá estipular o peso exercido por esse grupo na economia da cidade.

Ao considerar as particularidades da imigração sírio-libanesa foi pontuado mais de uma vez que o projeto migratório desse grupo se pautava no trabalho. Em sua grande maioria e em especial, nos primeiros anos da imigração, o imigrante árabe que desembarcava no Brasil não trazia consigo a intenção de construir uma nova vida com a família. Estipulando suas próprias diretrizes, o imigrante sírio-libanês ingressava no país com o objetivo de ganhar dinheiro. Dessa forma, o perfil do imigrante estava mais próximo do de aventureiros do que de pais de família.

O trabalho para o imigrante será a via para o alcance de uma meta bem definida: o acúmulo de dinheiro para ser revestido na melhoria do bem-estar individual e familiar. Somado a isso, as experiências de trabalho do imigrante também definirão as identidades e representações do grupo, legitimará sua presença perante a sociedade, determinará suas vivências e práticas e guiará sua trajetória no novo corpo social. Sobre essa relação entre trabalho e imigração, Maria Izilda S. Matos explica que:

Para os imigrantes, trabalho foi uma experiência estratégica. Eles dotaram de um novo sentido o ato de trabalhar – sob uma certa perspectiva, o trabalho ajudava a superar o medo do novo e a insegurança do desconhecido. No intuito de “fazer a América”, investindo economias, adiando os prazeres imediatos e procurando melhorar sua situação, entregavam-se ao trabalho com extremo despojamento e tenacidade⁸⁷.

Essa acepção é importante para que não se incorra no erro de associar a aventura à negligência ou impulsividade, posto que esses sujeitos eram guiados por propósitos preestabelecidos. O caráter aventureiro está ligado à experiência pioneira de ingresso em um país que não ofereceu nenhum tipo de subsídio ao grupo e à liberdade com a qual esses sujeitos traçaram suas trajetórias.

Isso em vista, atesta-se que a experiência cumulativa sírio-libanesa está ligada à sua experiência migratória de forma inextricável. A associação da figura do imigrante com a do trabalhador contribuirá para a construção de representações em torno do grupo. O árabe no imaginário popular será lido como o “imigrante bem de vida”, o “carcamano”, “aquele que soube se fazer”, o “turco da prestação”, o “mascate”. Este último, será engendrado pela própria comunidade sírio-libanesa e concentrará as virtudes arrogadas pelo grupo.

As narrativas em torno do mito do mascate, como compreendidas por Gattaz, destacam a “coragem, a perseverança, a frugalidade e a honestidade dos mascates pioneiros e a sua dedicação ao trabalho, à família e à religião⁸⁸”.

A difusão desse mito encontra eco não somente entre a comunidade árabe e seus descendentes, sendo aceita e propagada por intelectuais e não raro em trabalhos acadêmicos. Jerônimo de Viveiros na sua *História do Comércio do Maranhão*⁸⁹ reserva um breve capítulo

⁸⁷ MATOS, 2002, p. 47.

⁸⁸ GATTAZ, 2005, p. 104.

⁸⁹VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão (1896-1934)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. v. 2.

em sua obra mais célebre para narrar o estabelecimento árabe no comércio maranhense. Sua idealização do imigrante mascate chega às margens da romantização:

A tudo preferem o mascatear, mesmo com poucos cruzeiros de capital emprestados por um patrício. E lá se iam e se vão ainda, por estes rincões afora, expostos ao sol e à chuva, sem refeições e sem dormida certa, tolerados por uns e motejados por outros, com as mercadorias às costas em pesadas malas de couro, indiferentes a tudo, só entregues ao seu mascatear. Nessa árdua profissão de teque-teque o libanês e o sírio sentem-se felizes, porque é a liberdade numa aventura⁹⁰.

A fala de Viveiros exemplifica como a imagem do imigrante sírio-libanês foi associada ao labor. Percebe-se que o autor representa o imigrante como um trabalhador incansável, naturalmente inclinado ao mascate, que exerce seu ofício indiferente às intempéries e às adversidades e acima de tudo, realizado em sua profissão.

Remontando à procedência dessa representação, nota-se que de uma forma geral, o elemento estrangeiro no Brasil a partir da segunda metade e com intensificação no final do século XIX esteve envolto em uma áurea positiva. Partindo de um contexto de hegemonia da mão de obra escrava recém liberta e da necessidade de sua substituição, o imigrante caracterizado dentro do imaginário da elite intelectual do período como branco, civilizado, instruído e honesto será cobiçado como a mão de obra ideal.

No fragmento abaixo, extraído do *Guia do imigrante*, um livreto distribuído pela Província do Maranhão que visava fornecer informações e estímulos à imigração para a Província a potenciais migrantes, nota-se um tom de apelo à presença estrangeira e o que é mais significativo, é conferido ao imigrante a incumbência de incrementar a economia maranhense, naquele contexto, engessada pelo sistema agroexportador:

A imigração entre nós ainda se acha em notável atraso. Já é tempo de atrair para a província uma corrente de imigração que venha trazer novos elementos às indústrias, e explorar as riquezas que encerra esse solo abençoado. [...] e deste modo conseguiremos chamar para os estabelecimentos industriais, principalmente os habitantes do sul do Europa que com facilidade podem se aclimar nas regiões tropicais especialmente numa província como esta, onde nunca se desenvolve a febre amarela, o espantinho da emigração⁹¹.

⁹⁰ VIVEIROS, 1964, p.152.

⁹¹ IMPÉRIO DO BRASIL. *A província do Maranhão e a imigração: guia do imigrante*. 1988, p. 23.

É interessante observar como a representação do imigrante é construída atribuindo-lhe qualidades de colonizador e civilizador numa visão que exprime uma visão colonialista que atribui somente ao imigrante, ao estrangeiro, a capacidade de trazer progresso e desenvolvimento. De maneira oposta, o trabalhador nativo era tido como desqualificado para atuar como mão de obra propulsora da economia provincial. A origem dessa visão se baseava, obviamente, nas concepções racistas e pseudocientíficas tão populares entre a elite brasileira do período.

Nota-se que a publicação, datada de 1888, coincide com dois marcos importantes do período: a abolição da mão de obra escrava e a crise das lavouras no Maranhão. Eventos que impulsionaram a elite a repensar a estrutura econômica do estado e a discutir alternativas ao modelo econômico vigente e em franca decadência. O resultado foi materializado na implantação de um parque industrial no estado no final dos oitocentos.

As fábricas, assim como os imigrantes, simbolizavam o progresso tão desejado pelas elites maranhenses. No trecho supracitado, o autor especifica de forma clara o perfil do imigrante desejável como sendo o do industrial, ou seja, o do empreendedor que através da implantação da indústria se tornaria o próprio agente do progresso.

A discussão acima demonstra que em consonância com o quadro nacional, o panorama maranhense do final do século XIX também estava predisposto à presença estrangeira. No entanto, os “habitantes do sul da Europa” jamais afluíram no Maranhão, ao menos não de forma significativa ou no período esperado, apesar das tentativas malogradas de implantação de colônias de imigrantes⁹².

A despeito das políticas de incentivo implementadas pela esfera político-administrativa com o propósito de atrair o elemento europeu ao estado, foi outro grupo de estrangeiros, destoando completamente do modelo de imigrante concebido por essa elite, que iria se destacar dentro da economia maranhense: os sírios se libaneses.

A conjuntura política e econômica favorável ao elemento estrangeiro e a idealização da sua figura foram elementos que proporcionaram um ambiente receptivo a esses sujeitos. A leitura social do imigrante árabe como branco também propiciava uma maior aceitação do

⁹² Marcelo V. Magalhães (2014) aponta a criação de seis colônias fundadas no Maranhão entre os anos de 1853 a 1855. A colônia de Santa Tereza implantada em 1855 era formada por 140 açorianos; a colônia de Santa Izabel contava com 51 portugueses em 1853. Destaca-se também as colônias de Arapahy com 368 portugueses e a de Maracassumé com 40 chineses. Todas essas empresas fracassaram por motivos diversos, sendo a mais duradoura a colônia de Santa Izabel que perdurou até a década de 1870.

grupo pela sociedade. Todos esses elementos favoreceram a presença do imigrante e sua inserção no mercado de trabalho do Maranhão.

Tentar entender o impacto que a chegada dos primeiros imigrantes árabes exerceu em Codó só seria possível através de um exercício imaginativo. A certa altura do final do século XIX, um grupo de imigrantes com traços faciais marcantes, entoando um português macarrônico e abusando de gesticulações nas tentativas de comunicação, começaram a ser observados circulando pela cidade, despertando a curiosidade da população.

Possivelmente, os primeiros foram vistos subindo e descendo ruas portando uma mala ou um baú de dimensões exageradas, batendo de porta em porta e esforçando-se para fazer-se entender pelos moradores que os convidavam para entrar mais por curiosidade do que por interesse nas mercadorias ofertadas.

Algum tempo depois, esses mesmos sujeitos já podiam ser vistos diariamente em algum armazém ou bodega, dispendo mercadorias na porta dos estabelecimentos enquanto cumprimentavam algum transeunte. Nessa etapa, sírios e libaneses já eram um grupo conhecido na cidade e já não despertavam tanto a atenção.

Avançando um pouco mais no tempo, na década de 60, começa-se a observar alguns desses imigrantes transitando pelas ruas em carros (alguns dos poucos da cidade) percorrendo o trajeto que os levavam até os portões de suas indústrias. A essa altura, eram indivíduos respeitados na esfera social, política e econômica da cidade. Abandonaram o título de comerciantes e adotaram o de empresários. Já não eram vistos como forasteiros, mas como empreendedores que geravam receita e empregos para a cidade.

A narrativa acima, ainda que imaginária, apresenta verossimilhanças com a realidade experienciada pelos árabes em Codó, como será visto no decorrer deste capítulo. Será demonstrado que a experiência cumulativa do imigrante na cidade se concentrou principalmente no comércio e dele extraiu os recursos para a sua emancipação.

Por questões organizacionais, foi escolhido examinar a atividade econômica sírio-libanesa por duas categorias que representam diferentes patamares socioeconômicos do imigrante: o imigrante comerciante e o imigrante empresário. Essas duas classes definiram de formas distintas a atuação e representação do imigrante na sociedade.

Apesar desse arranjo, faz-se necessário alertar que a trajetória sírio-libanesa não se conduziu de forma totalmente vertical, ou seja, não se reproduziu como um contínuo de ascensão socioeconômica. A grande parcela desse grupo jamais ultrapassou o status de pequeno comerciante, outros nem mesmo conseguiram manter-se como tal. A visibilidade dos que

conseguiram alcançar um *status* mais elevado de forma alguma representa a experiência geral do grupo. Assim, recusa-se nessa análise a percepção desse percurso como processo ascendente, o que comumente gera reducionismos e reforça estereótipos em torno da temática.

2.1 Por trás do balcão: lojas, quitandas e botequins.

No século XX, a inclinação urbana e comercial do imigrante árabe tornou-se a marca da sua imigração e uma característica identitária do grupo assim como o mascate o foi para os imigrantes do final do dezenove. Entretanto, na análise do mundo do trabalho árabe em Codó, o mascate não será incluído entre as atividades discutidas. O recorte temporal aqui delimitado (1920-1960) exclui essa atividade enquanto objeto de análise, haja vista que o mascate foi exercido predominantemente por imigrantes chegados no oitocentos. Salvo exceções como a do libanês Salomão Elias de Araújo⁹³, dispõe-se de poucas informações sobre os imigrantes ingressos nesse período e que chegaram a mascatear na cidade.

Por outro lado, os imigrantes chegados a partir dos anos de 1920 dirigiram-se massivamente para o comércio, seja auxiliando na loja de um parente ou, se possuindo algum capital, abrindo seu próprio negócio. Contrariamente aos da primeira fase (1880/1920), esses imigrantes formavam um grupo que não se atraía pelo mascate, tendo em vista que a essa altura podiam usufruir das bases firmadas pelos pioneiros que os levavam diretamente para o comércio, tornando este, automaticamente, um *locus* econômico para os que aportavam na cidade. Abonando essa afirmação, Magalhães observa que:

[...] é interessante notar que esses imigrantes quando entravam no Maranhão declaravam-se majoritariamente comerciantes, como se pode notar nos certificados de matrícula do consulado francês, no período de 1921 a 1923, nos quais dos noventa e três imigrantes, setenta e nove se declararam como tal⁹⁴.

⁹³ Salomão de Elias Araújo foi um libanês chegado a Codó em 1898. Trabalhou como mascate e posteriormente estabeleceu comércio na Rua 28 de julho. Voltou ao Líbano em 1907 para casar-se com Maria Bitar Araújo com quem teve oito filhos. Com a Primeira Guerra Mundial conseguiu obter uma lucratividade que o levou a abrir a “Salomão Elias e Companhia”, posteriormente denominada “Casa Salomão”. Fonte: GOMES, Carlos; MACHADO, João Batista. In: *Memorial escrito. Codoenses e não codoenses: sínteses biográficas*. Codó, 21 de janeiro de 2014.

⁹⁴ MAGALHÃES, 2009, p.45.

A transição do mascate para o pequeno comércio sinalizava simultaneamente uma continuidade e uma ascensão na trajetória econômica do imigrante. Continuidade pela manutenção da prática da mercancia enquanto profissão e ascensão pela evolução da condição de mascate para a de comerciante que refletia um aumento do poder aquisitivo desse indivíduo e a sua decisão pela permanência definitiva na cidade. Ter seu próprio comércio exigia um investimento financeiro significativo por parte do imigrante, indicava a decisão deste por estabelecer-se definitivamente no país, tirava-o da informalidade obrigando-o a possuir algum tipo de registro ou licença e arcar com impostos e, por conseguinte, alterava seu *status* perante a sociedade, tendo em vista que a profissão de comerciante era mais valorizada socialmente que a de mascate.

Assim como o mascate predominou entre os pioneiros no final do século XIX, no início do novo século observa-se a consolidação do comércio como a atividade por excelência do imigrante árabe que marcará sua presença na economia codoense.

A propensão ao comércio fica mais clara quando comparada à atuação em outros ramos econômicos como o agrícola. O setor agrícola não seduzirá o imigrante árabe na mesma proporção que o comércio, apresentando uma baixa incidência da sua presença. Não obstante ser a ocupação mais comum no interior maranhense, os registros de impostos da cidade confirmam a impopularidade da agropecuária entre os árabes em Codó.

A comparação dos dados da tabela 2 com a tabela 3 revela uma atuação na produção agrícola e pecuária local bem mais modesta em relação ao comércio. Nos registros foram encontrados apenas cinco imigrantes exercendo tais atividades, todos eles também comerciantes. O que sugere uma complementariedade entre ambas as atividades em um modelo em que a primeira aprovisionaria a segunda.

Tabela 2 - Relação de imigrantes no setor agropecuário de Codó de 1939.

Imigrantes
Abraão Abdala
Mamede Assen
José Gerude e Irmão
Nabi Salem
Miguel Zaidan

Fonte: Registro de Impostos sobre Criação de Gado da Prefeitura Municipal de Codó (1939).

A baixa incidência de imigrantes no setor primário codoense não é desproposital e sim uma consequência da forma como sujeitos escolheram viabilizar essa imigração. O estabelecimento no setor agropecuário exigia um alto investimento financeiro para a aquisição de terras e/ou animais. Requisitos distantes da realidade financeira de um imigrante recém-chegado.

Somado a isso, ao ascenderem economicamente através do comércio, a primeira geração de imigrantes abriu um precedente profissional que foi seguido pelas gerações posteriores. Com o preterimento da agropecuária, o comércio e posteriormente a indústria (em menor proporção), tornaram-se as áreas hegemônicas de atuação do grupo.

Apesar de não atuarem como produtores, os comerciantes trabalhavam com gêneros agrícolas, sendo esse ramo o principal responsável pela impulsão econômica do grupo. Como será discutido no próximo subtópico, será no trato com as riquezas da terra que o comerciante sírio ou libanês expandirá seu negócio e fomentará seu patrimônio.

Na condição de comerciantes, os imigrantes voltaram-se principalmente para o pequeno e médio comércio varejista que atendia às necessidades de consumo básicas da população. Novamente, os registros de impostos da Prefeitura Municipal de Codó permitem a identificação desses imigrantes e o mapeamento de suas atividades. Na tabela abaixo, onde estão dispostos o nome do imigrante e o estabelecimento ou atividade sobre a qual incidiam esses impostos, é possível tipificar o gênero de comércio praticado pelos sírio-libaneses.

Tabela 3 - Relação entre imigrantes e ramos de atuação no ano de 1938

Imigrante	Atividade/Estabelecimento comercial
Sahide Braide	Beneficiamento de algodão
Antônio Benedito Braide	Botequim
Abraão Abdala	Taverna/quitanda/padaria
Abdon José Murad	Loja de fazendas/ Taverna/Calçados/Inflamáveis/Ferragens
Abdon Braid	Loja
Assad Fahd	Loja
Ananias Murad	Drogas
Assan Haidar	Não especificado
Cezário Fahd	Loja de fazenda/ Bebida e fumo/ Taverna
Dualibe e Irmão	Beneficiamento de arroz e algodão
Fuad Jorge e Cia.	Loja de fazenda/ Bebida e fumo/ Calçados/ Taverna
J.M. Saads	Loja de fazenda/ Taverna/Bebida e fumo/Ferragens
José Jacob	Barraca/ Bebida e fumo
José Gerude e Irmão	Loja de fazenda/Taverna/ Inflamáveis

Moisés Dualibe	Loja de fazenda/Taverna/Bebida e fumo
Miguel Zaidan	Loja de fazendas/Taverna/Bebida e fumo/Ferragens
Miguel Elias	Loja de fazendas/Ferragens/ Bebida e fumo/
Jorge e Cia.	Loja / Taverna
Youssef Iad	Loja
Youssef Assen	Loja/beneficiamento de algodão
Maria José Kaba	Loja de fazenda/Taverna/Bebida e fumo
Murad e Araújo	Botequim
Miguel Gerude	Comércio de gêneros
Nagib Buzar	Loja de fazendas/ taverna/Bebida e fumo/ferragens/Carreiro
Naby Salles	Loja de fazendas/taverna/bebidas e fumo/Ferragens/Licença Chauffeur
E. de Sousa Assen	Licença Chauffeur
Naben Jorge	Loja de Fazendas/ Taverna/Ferragens/ Bebida e fumo/Calçados
Nicolau Moysés Fajra	Barraca/Bebida e fumo
Naja F. Milet	Escritório/ beneficiamento de algodão
Nagib Murad	Botequim
Salomão Elias	Loja de fazendas/Taverna/Bebida e fumo/Ferragens/Perfumaria/Calçados
Marcellino Zaidan	Barraca
Jamil Murad	Licença Chauffeur
Salim Monhana	Taverna/Bebida
Musse Dib	Taverna/Bebida
Chabi Buzar	Não especificado
Siuhara de Fal	Não especificado
Noeme Abbas	Não especificado
Mina Abdon	Não especificado

Fonte: Registro de Impostos sobre indústrias e profissões da prefeitura municipal de Codó (1938).

A homogeneidade observada nos ramos de atuação atendia a uma conjuntura de mercado que priorizava as necessidades básicas da população. Através dos registros, é possível comparar as atividades exercidas pelos imigrantes e pelos negociantes locais, constatando-se que não havia distinção entre ambos. Os imigrantes que atuavam no comércio codoense seguiram a mesma linha de negócios que os demais.

De alimentos a remédios, passando por confecções e bebidas, esses estabelecimentos atendiam às demandas de consumo locais e eram marcados pela variedade de sortimentos oferecidos. O comércio de gêneros ou secos e molhados satisfazia à necessidade por produtos alimentícios. Já as lojas de fazenda eram primordiais em um contexto onde roupas confeccionadas ainda não eram tão comuns. Também se observa a grande incidência de venda de bebidas e fumo, artigos consumidos sobretudo pelas classes pobres e trabalhadores nos

momentos de lazer. A venda de ferragens abrangia peças e ferramentas de ferro utilizadas por artesões, carpinteiros na construção civil e na agricultura. Na tabela também se destacam a venda de drogas (medicamentos), perfumaria e calçados.

Para uma melhor análise desse mercado, classifico esse comércio em duas categorias de acordo com o tipo de mercadoria e de transação. A primeira refere-se ao pequeno comércio de varejo que abarca uma pluralidade de artigos deste o alimentício a vestuário e utilidades domésticas como descrito acima. Na segunda categoria encontra-se o comércio exportador que abrange curtumes e produtos agrícolas como arroz, algodão, amêndoas como babaçu e tucum, óleos, milho, farinhas e outros. Ao contrário dos primeiros, esses produtos eram vendidos no mercado atacadista sendo negociados para empresas de São Luís ou para outras cidades ou estados.

Dessa forma, encontra-se em Codó um comércio de “miudezas” direcionado ao consumo local e um comércio de exportação de dimensão e lucratividade superiores ao primeiro. Apesar de serem aqui classificados em categorias diferentes não era incomum serem praticados por um mesmo comerciante. Esses negociantes que atuavam no atacado também atuavam no varejo comprando e revendendo mercadorias tanto para a população local quanto para outros municípios ou estados.

Assim como a atmosfera econômica do período convergia para essas modalidades de negócio, deve-se também ressaltar o papel das redes sociais como mecanismo de aglutinação profissional. Ao chegar ao país, os recém-imigrados eram conduzidos pelos patrícios a seguir os mesmos ofícios, levando assim, à criação de nichos profissionais.

Como resultado dessa unidade étnica e profissional, foram criadas estratégias de negócio próprias do grupo que contrastavam com as praticadas pelos vendedores nativos. A venda à prestação, a concessão de crédito, uma maior flexibilidade no preço das mercadorias, a prática de promover liquidações e um tratamento mais próximo com o consumidor, fizeram com que esses comerciantes, de acordo com Oswaldo Truzzi, operassem “uma verdadeira revolução nas práticas comerciais⁹⁵”.

Um exemplo mais próximo é dado por Marcelo Magalhães ao citar um trecho do jornal *A pacotilha* de 28 de julho de 1916 onde são narradas as queixas de um anônimo contra as técnicas de venda empregadas pelos árabes na praça comercial de São Luís:

[...] têm alguns árabes donos de casas comerciais que, pela falta de exação por parte dos Srs. Fiscais, vão sorratamente cometendo certos abusos,

⁹⁵ TRUZZI, 1997.

atentatórios às leis e aos interesses dos que habitam na mesma vida. Além de atravancarem as portas de suas lojas com mercadorias expostas em cadeiras, caixas, etc., etc., colocadas sobre os passeios, obstando o trânsito; fazerem das paredes externas mostradores, onde se achavam expostas, ceroulas, camisas, etc., ainda praticam a inqualificável teimosia de fecharem seus estabelecimentos às 19 ½ horas, quando não o fazem às 20. Acrescenta-se a circunstância de sob o pretexto de habitarem nos mesmos estabelecimentos, conservarem uma das portas abertas e assim irem vendendo abertamente⁹⁶.

É interessante observar que certas práticas, hoje comuns no comércio popular, são interpretadas como abusivas pelo autor da queixa, sugerindo um pioneirismo árabe nessa modalidade de venda. Atitudes como extrapolar o espaço físico da loja, ocupar as calçadas e até mesmo as ruas com mercadorias (tornando-as mais visíveis ao consumidor) e continuar comercializando mesmo após o horário comercial - o que era possibilitado pelo fato dos imigrantes frequentemente residirem no mesmo local onde comercializavam - geravam como é observado no fragmento, animosidades entre os imigrantes e os comerciantes nativos.

Indagados sobre possíveis querelas ou preconceitos sofridos pelos pais ou avós pela população, em especial por comerciantes codoenses, os depoentes entrevistados nessa pesquisa negaram qualquer situação semelhante. Mamede Assen⁹⁷, filho de imigrante, alega desconhecer esse tipo de ocorrência: “Não. Que eu saiba não. Ele era muito bem relacionado e nunca existiu isso não”.

A leitura do texto sugere que alguns comerciantes árabes mantinham uma postura de insubordinação diante dos códigos comerciais da época, o que certamente lhes proporcionava certas vantagens de ganho. Essas táticas, aqui entendidas no sentido certeauriano de “astúcia”, “arte do fraco”, demonstram os movimentos subversivos realizados por esses sujeitos em um campo onde a sua presença se circunscrevia na alteridade. Essa situação de desvantagem exigia do grupo uma “ação calculada” dentro dessa estrutura socioeconômica⁹⁸.

O processo de mobilidade do imigrante dentro do sistema econômico da cidade pode ser verificado através do uso de relatos que podem fornecer uma visão mais clara sobre as articulações sírio-libanesas nesse mercado. O depoimento de Zarife Buzar Francis⁹⁹ narra a experiência do seu pai, Carlos Jorge Francis,¹⁰⁰ do pequeno comércio ao mercado exportador:

⁹⁶ MAGALHÃES, 2009, p.88.

⁹⁷ Entrevista com Mamede Nagib Freitas Assen concedida em junho de 2014.

⁹⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

⁹⁹ Entrevista com Zarife Buzar Francis Alvim concedida em Codó em maio de 2014.

¹⁰⁰ Carlos Jorge Francis, sírio, chegou a Codó por volta de 1927 onde já residia seu pai. Seus primeiros passos no comércio codoense deram-se no pequeno comércio em uma localidade circunvizinha à Codó. Posteriormente

Olha, o meu pai morou no interior, no Saco¹⁰¹. Aí casou com a minha mãe. Foi com ela daqui de Codó para o interior. Lá eles montaram um comércio, que no interior é quitanda, vendendo arroz, café, açúcar, farinha essas coisas assim. E lá eles trabalharam anos para conseguirem alguma coisa. Com a economia que eles fizeram, eu digo eles é (porque era) meu pai e minha mãe, eles trabalhavam juntos no comércio. Aí, com a economia eles vieram pra Codó. Meu pai comprou uma casa na Afonso Pena [...]. Aí ele construiu o salão onde ele botou um comércio e a casa, casa de taipa, ficou para residência. No comércio ele tinha tecido, objetos, café, açúcar, feijão, farinha essas coisas de interior mesmo entendeu? Tanto tinha a parte de tecido porque aqui não tinha casas comerciais [...]. E com o tempo, Deus foi ajudando, ajudando ele comprava babaçu, arroz, algodão para... ia comprando de carradas de saco de quilos assim comprando e vendia carradas para São Luís, Fortaleza. Aí aqui em Codó, ia no cargueiro da ferrovia ou nos caminhões que eles chamavam os estivadores, arrumavam, ensacavam e o carro ia vender. [...] Deixou muita coisa e para ter tudo isso ele trabalhou muito. [...] foi riqueza trabalhando duro.

A trajetória cumulativa do imigrante Carlos Jorge Francis compartilha aspectos e guarda elementos em comum com a dos seus conterrâneos. O exercício do pequeno comércio no interior era corriqueiro entre os árabes e pode ser atestado nos registros de impostos da prefeitura que apontam o local desses estabelecimentos. A escolha por locais fora da zona urbana deve-se ao maior isolamento destes em relação à cidade, o que conseqüentemente limitava o acesso dos moradores a certas mercadorias e abria uma demanda que era preenchida pelos estabelecimentos árabes.

Após alguns anos de trabalho e de acúmulo na localidade, o comerciante volta-se agora para a zona urbana para investir o capital arrecadado. A principal via comercial da cidade, a rua Afonso Pena, torna-se o alvo do investimento. Assentar comércio no centro da cidade simbolizava a esperança de alcance de um patamar superior no desenvolvimento dos negócios e, por conseguinte da ascensão financeira. Na prática, essa ascensão exigia além de aptidões próprias da área, certos sacrifícios pessoais e o estabelecimento de prioridades.

Ao se estabelecer, o imigrante trabalhava no pequeno comércio varejista comercializando gêneros alimentícios e/ou tecidos. Iniciava-se novamente um novo processo de acúmulo de capital que posteriormente financiaria um novo investimento. O fim do depoimento revela uma mudança de atuação que sugere uma ascensão econômica por parte do comerciante. Nessa etapa

transfere suas atividades comerciais para o centro da cidade, expandindo seus negócios, passa a atuar na exportação de arroz, algodão e babaçu para outros estados. Foi um notável membro maçom exercendo o cargo de Grão-mestre da Grande Loja do Maranhão.

¹⁰¹ Localidade próxima a Codó.

da trajetória profissional, o sírio, agora negociando cargas de arroz, babaçu e algodão, encontra-se em processo de expansão dos negócios e volta-se para o ramo atacadista realizando transações com a capital e outros estados.

Analisando a construção narrativa de Zarife percebe-se que as várias etapas percorridas pelo imigrante são postas em uma ordem ascendente onde cada uma representa um avanço financeiro em relação ao antecedente. A evolução do comerciante também é expressa espacialmente através dos deslocamentos realizados pelo imigrante do interior para o centro da cidade e por fim, realizando transações interestaduais.

Outro ponto significativo no relato da depoente é a referência à constante economia realizada pelo imigrante. A frugalidade do imigrante é uma característica sempre ressaltada na literatura sobre os árabes e apontada como um dos fatores que permitiram o enriquecimento do grupo. A economia do casal de imigrantes é considerada pela narradora como o fator propulsor do avanço material dos pais. Sobre a compra da casa na Rua Afonso Pena, Zarife narra que “ele construiu o salão onde ele botou um comércio e a casa, casa de taipa, ficou pra residência”. O contraste entre o salão onde funcionava o comércio e a casa de taipa onde funcionava a residência demonstra a prioridade dada pelo imigrante aos negócios em detrimento do conforto doméstico.

Chama a atenção o fato de a entrevistada enfatizar mais de uma vez a participação da mãe nos negócios do pai. Apesar da presença feminina, particularmente na figura da esposa, nas casas comerciais árabes ser um traço cultural do grupo, ainda é pouco explorado a real importância do papel feminino na imigração sírio-libanesa¹⁰². O fato da imigração nos seus primeiros anos ter sido protagonizado por homens, tendo as mulheres imigrado apenas quando estes últimos começaram a se estabelecer e a formar famílias, acabou por invisibilizar historicamente a trajetória de muitas dessas mulheres.

A mulher sírio-libanesa foi fundamental no processo de fixação do imigrante e sua participação não se restringiu ao espaço doméstico, tornando-se uma figura chave para a ascensão econômica dos seus maridos, pais e irmãos. Além do gerenciamento doméstico, elas também participavam ativamente dos negócios, servindo muitas vezes como atendentes e pode-

¹⁰² Sobre esse tema, ver os trabalhos de Samira Adel Osman, *O papel da mulher árabe no processo migratório entre o Brasil e o Líbano* (s.d) e *Mulheres árabes e a participação econômica no processo migratório entre Brasil e Líbano* (2011) e o de Márcia Dalledone Siqueira, *Revivendo a colônia: o papel da mulher na imigração Sírio-libanesa no Brasil* (s.d).

se até mesmo dizer, como sócias desses empreendimentos conforme o depoimento de Zarife sugere.



Figura 3 - O casal Ana Buzar Francis e Carlos Jorge Francis¹⁰³

A fala da Zarife é elucidativa, pois ressalta o papel da mãe nos negócios da família, permitindo desenvolver uma visão menos limitada do papel feminino na imigração sírio-libanesa. A proximidade entre a residência do casal e o estabelecimento comercial facilitava a circulação da mulher do espaço privado do lar para o espaço público do comércio podendo assim atuar ao lado do marido no gerenciamento da casa comercial. O casal Ana e Carlos Francis representa, dessa forma, o típico casal de imigrantes árabes cuja ascensão financeira se efetuou a partir do esforço familiar.

Como exemplificado com Carlos Jorge Francis, os imigrantes sírio-libaneses chegavam a atuar em vários âmbitos do comércio codoense. No entanto, o que mais caracterizava a natureza desse comércio era a diversidade de sortimentos negociados. Como exposto na tabela 2, um mesmo comerciante poderia trabalhar em vários segmentos, como o caso de Abraão Abdala registrando três estabelecimentos, taverna, quitanda e padaria ou ainda de Salomão Elias com loja de fazendas, taverna, ferragens, perfumaria e calçados.

Frente ao fato da cidade apresentar um comércio ainda em desenvolvimento, os comerciantes eram obrigados a ter uma oferta diversificada para atender à maior demanda

¹⁰³ Fonte: Acervo da família Francis.

possível. Nesse sentido, eram comuns a existência das chamadas “casas”, estabelecimentos de médio e grande porte onde ofertava-se um arsenal de mercadorias de segmentos diversos.

Tamanha variedade se fazia expressa no slogan da “Casa Oriente”, fundada pelo libanês Ananias Murad¹⁰⁴, que anunciava possuir uma oferta de artigos que ia “da agulha de mão ao caminhão”. Outra famosa casa árabe era a “Casa Salomão” pertencente ao libanês Salomão Elias. Segundo o professor Carlos Gomes¹⁰⁵, essa prática era comum no comércio do período e além dessas casas havia ainda grandes armazéns para a venda por atacado para o interior e localidades circunvizinhas:

Alguns eram atacadistas vendiam no varejo e para o atacado. Atacado quer dizer, vendiam em grandes quantidades para comerciantes de fora [...]. E aqui, por exemplo, Abdon Murad¹⁰⁶ vendia de um tudo, tecidos, mercadorias em geral. Todos eles realmente vendiam assim. Era uns mais destacadamente numa área, mas o certo é que essas casas comerciais abrangiam tudo, de tecidos a secos e molhados quer dizer, café, querosene, sal, essas coisas tudo era um comércio em geral, quer dizer eram comerciantes com uma atividade geral no comércio.

No anúncio abaixo extraído no jornal *Correio do Nordeste*, o comerciante Ananias Murad divulga alguns dos sortimentos disponíveis na Casa Oriente, tais como eletrônicos como rádios, tevês e refrigeradores (produtos que nos anos 60 estavam restritos a uma parcela economicamente favorecida da população), móveis juntamente com “estoques fabulosos de tecidos, estivas, miudezas, ferragens, produtos farmacêuticos, filtros, materiais esportivo e elétrico etc.”¹⁰⁷

¹⁰⁴ Ananias Murad foi um Libanês nascido em 1894 da cidade de Eadhi Charou. Ingressou no território maranhense em 1912, aos 18 anos, fixando-se na cidade de Itapecuru-Mirim. Em 1919 muda-se para Codó onde realizou o comércio de compra e venda de gêneros. Além da Casa Oriente foi proprietário do Elite Bar, membro da Loja Maçônica “Deus e caridade” e fundador da Associação Comercial de Codó. Devido aos trabalhos sociais realizados em Codó recebeu da cidade diversas homenagens dentre as quais a nomeação de uma escola em seu nome. Morreu em 1963 em São Luís. Fonte: Revista Leia Hoje/Enciclopédia do Maranhão: Codó. N° 49, 2000.

¹⁰⁵ Entrevista com o professor Carlos Gomes cedida em 28 de abril de 2014.

¹⁰⁶ Abdon José Murad, libanês chegou a Codó em 1913 aos treze anos. Considerado um comerciante bem-sucedido, fixou uma casa comercial às margens do Rio Itapecuru, atualmente Rua Coelho Neto. Casou-se com Nagibe Dualibe Murad de cujo matrimônio resultou em sete filhos. Morreu em 1951 aos 61 anos. Fonte: Revista Leia Hoje/Enciclopédia do Maranhão: Codó. N° 49, 2000.

¹⁰⁷ *Correio do Nordeste*, 29 dez. 1964, p.18.

ANANIAS MURAD & CIA.

Praça Alcebiades Silva, 19
CODÔ — MARANHÃO

Linha de produtos representados :

Amplificadores Sedan
S/A Philips do Brasil
Philco Rádio e Televisão
Armações de Aço Probel
Metálicas Ferrarretto
(Esquadrias)

Singer Sewing Machine Company
Móveis Guelmann do Paraná
Refrigeradores: Gelomatic
Discos de todas as Etiquetas
Olivetti Industrial do Brasil

Todos os produtos das linhas acima se encontram à venda em seu estabelecimento comercial, mais conhecido por CASA ORIENTE, pelos menores preços e melhores condições.

Tem ainda estoques fabulosos de tecidos, estivas, miudezas, ferragens, produtos farmacêuticos, filtros, material esportivo e elétrico, etc.

ANANIAS MURAD & CIA., servindo e desenvolvendo o comércio codoense, desde 1936.

Figura 4 - Anúncio do comerciante Ananias Murad¹⁰⁸

Como visto, a inserção árabe no comércio codoense efetuou-se por meio de redes e através do trabalho contumaz e gradativo empregado por esses imigrantes na cidade. A atuação no pequeno comércio varejista foi marcada pela versatilidade e adaptação ao quadro econômico da cidade. O que posteriormente contribuiu para estabelecer as bases para a exploração de outras modalidades e setores que viriam a prover a futura ascensão social e financeira do imigrante.

Com a valorização das lavouras de algodão e babaçu durante a primeira metade do século XX, abre-se um mercado cuja lucratividade fomentará a fortuna de membros desse grupo. A organização desse mercado e a participação sírio-libanesa nele serão examinados a seguir.

¹⁰⁸ Fonte: Jornal *Correio do Nordeste*, 1964.

2.2. As riquezas da terra: arroz, algodão e babaçu.

Sírios e libaneses fixaram uma forte marca nos centros de comércio popular nas cidades em que se estabeleceram. Um dos exemplos mais notáveis ocorreu na famosa rua 25 de março em São Paulo, maior centro de comércio da América Latina. Segundo Truzzi, no ano de 1910, sírios e libaneses exerciam o controle quase que exclusivo da região e adjacências após o processo de retirada de alemães, italianos e portugueses. O domínio desse comércio foi resultado de um progressivo processo de ocupação e conquista não só territorial, mas de um setor econômico específico:

Na verdade, ao longo dos anos trinta e quarenta, os sírios e libaneses consolidaram e ampliaram seus negócios monopolizando praticamente o comércio varejista de tecidos e a pequena indústria de transformação ligada a este setor, ocupando a posição mais importante no comércio atacadista e investindo, ao longo da década de quarenta, metade do capital aplicado em toda a indústria têxtil de São Paulo¹⁰⁹.

Ao deslocar o eixo geográfico para o Maranhão, nota-se, no entanto, que a inserção do grupo no comércio do estado e seu consequente processo de enriquecimento esteve apoiado sob diferentes alicerces. Embora atuando no ramo de armarinho e tecidos, a conjuntura econômica do estado de tradição agroexportadora privilegiava, no início do século XX, o mercado de algodão, arroz e babaçu, impelindo esses imigrantes para a comercialização dessa tríade.

Com o fim da exploração da mão de obra escrava e o desmantelamento dos engenhos de açúcar e fazendas do interior, surgem novas organizações econômicas no estado com destaque para a implantação do parque industrial maranhense. Nascido de um desejo de modernização da economia, o empreendimento foi responsável pela implantação de fábricas têxteis na capital e no interior e “estava perfeitamente consorciado em salvar o pouco das fortunas geradas através da escravidão¹¹⁰”.

Com a Primeira Guerra Mundial ocasionando uma forte demanda por óleos vegetais, o babaçu tornou-se, inesperadamente, um dos carros-chefes da economia do estado, levando a

¹⁰⁹ TRUZZI, Oswaldo M.S. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. FAUSTO, Boris (Org.). São Paulo: Edusp, 2000, p. 326.

¹¹⁰ OLIVEIRA, Antônio Guimarães de. *Algodão: ouro branco (tempo e espaço)*. São Luís, Ed. do Autor, 2007, p. 53.

ainda convalescente economia estadual a um período de recuperação e crescimento do seu mercado interno.

Juntamente ao comércio de óleos, o algodão, o arroz, as amêndoas e curtumes compunham a base da economia do estado. A boa cotação desses produtos no mercado nacional e internacional, em particular da amêndoa do babaçu, foi responsável, conforme Macedo, por dar um novo fôlego ao comércio maranhense:

Essa idade do comércio do Maranhão pode chamar-se de ouro, porque, de fato, o dinheiro andou a rodo no interior do Estado e, para aquele que acompanhou a competição dos agentes compradores no interior, era interessante observar a jovialidade e franqueza de regalos junto aos sertanejos para captar-lhes a simpatia, e com esta, o maior vulto de amêndoas de babaçu¹¹¹.

Jerônimo de Viveiros em sua *História do Comércio do Maranhão* também registra esse período áureo da economia maranhense catalisado pela Primeira Guerra Mundial. A procura por matérias-primas durante os conflitos repercutiu positivamente no mercado, dando ânimo à agricultura, ao comércio e à indústria: “Refizeram-se as casas comerciais. As fábricas, empenhadas por somas ridículas, restabeleceram seus créditos. O interior nadava em dinheiro e de lá os negociantes espantavam com seus pedidos os fornecedores da capital¹¹²”.

Os relatórios da balança comercial do Maranhão, da década 40, registram que esses produtos ocupavam a base econômica do estado pelo volume de produção e exportação. O relatório do ano de 1941 apresenta o seguinte ranking de produtos exportados:

Tabela 4 - Produtos exportados pelo Maranhão em 1941.

Classes (tipo)	Toneladas
I-Animais vivos	—
II- Matérias-primas	59.516
III- Gêneros alimentícios	15.182
IV-Manufaturados	2.671
Total	77.368

Fonte: Balança comercial do Maranhão (1941).

¹¹¹ Idem, ibidem, p. 60.

¹¹² VIVEIROS, 1964, p. 220.

Como pode ser observado, as matérias-primas lideravam as exportações do Maranhão, com destaque para a amêndoa do babaçu seguido do algodão e do arroz. A tabela também revela a forte discrepância entre produtos primários e manufaturados no estado, ratificando a posição da agricultura como setor base da economia do estado.

Com base nos dados da tabela, o perfil do mercado exportador do Maranhão demonstra que 70% do montante produzido pelo estado eram consumidos internamente e o restante, pouco mais de 30% era direcionado ao mercado externo. Dentre os maiores compradores do Maranhão em relação ao comércio interestadual, encontrava-se em ordem de consumo, o Distrito Federal, São Paulo, Pará, Ceará e Pernambuco. No quadro internacional, Os Estados Unidos eram os maiores importadores de babaçu, algodão, ceras e peles de animais, seguido da Venezuela, Argentina e Colômbia segundo dados da Balança Comercial do Estado (1941).

Tabela 5 - Destino da exportação do Maranhão em 1941.

Exportação	Toneladas
Nacional	52.072
Internacional	25.296
Total	77.368

Fonte: Balança comercial do Maranhão (1941)

Com o aquecimento desse mercado, vários investimentos foram realizados com vistas à expansão das lavouras de algodão e arroz e do extrativismo do babaçu através da concessão de créditos a produtores.

A preocupação dos setores empresariais com o alargamento do comércio, da indústria e da lavoura maranhense é indicada em uma matéria do jornal *Correio do Nordeste* do dia de 23 de maio de 1962. Com o título “Exportadores vão ao Rio”, a matéria em tom otimista, destaca a viagem de uma comissão das “classes produtoras do Maranhão” composta por membros das cidades de Bacabal, Codó, Coroatá e Caxias ao Rio de Janeiro com o objetivo de “tratar de importantes assuntos ligados ao financiamento agrícola no Maranhão”.

No tocante a Codó, encontrou-se a seguinte reportagem “Codó tem sede de crédito” na edição de 14 de janeiro de 1962 no supracitado jornal onde destaca-se uma entrevista com o gerente de crédito do Banco da Amazônia da cidade, João Castelo Ribeiro Gonçalves, a respeito da relação entre os créditos ofertados e o insumo econômico da cidade. Segundo o gerente “o desenvolvimento econômico daquela cidade do Estado pode ser classificado mesmo como

assombroso, tendo acrescentado que, dia a dia mais se desenvolve, fazendo com que Codó seja considerada uma praça sólida constituída [...]”.

Em outro ponto, o entrevistado atribui à produção de arroz a maior assistência de crédito em Codó frente ao algodão e ao babaçu. Infelizmente não foram encontrados dados sobre a produção agrícola da cidade que permitissem estipular o montante e as especificidades dessa produção bem como sua cota dentro da produção estadual.

A posição de destaque que o babaçu ocupou no mercado produtor maranhense calcava-se numa organização econômica onde pequenos e médios produtores atuavam como os principais fornecedores da amêndoa. Arranjo este que contrariava a lógica produtora do século XIX alicerçado no trabalho escravo nas grandes lavouras de exportação.

Assim como a Primeira Guerra impulsionou o mercado de babaçu no Maranhão, o cenário interno nordestino que passava por mudanças socioeconômicas importantes decorrentes dos fluxos migratórios em direção ao Amazonas, também influenciou o perfil produtor maranhense. Esses movimentos migratórios se traduziram em um aumento demográfico significativo nas décadas de 40, 50 e 60 que na prática repercutiu no incremento da produção de alimentos no estado, em especial o arroz¹¹³.

A valorização dessas lavouras trouxe um novo fôlego para a economia do estado gerando um ambiente de investimento lucrativo aos que atuavam no setor. Na condição de comerciantes, os árabes não poderiam se manter à margem desse mercado. A valorização das “riquezas da terra” oportunizou o crescimento dos pequenos comerciantes, entre os quais se incluíam os sírio-libaneses. Esse comércio era pautado em produtos de fácil acesso e cultivo, como o babaçu, abundante no Maranhão e que já fazia parte da economia de subsistência das famílias interioranas do estado. O algodão e o arroz seguiam a mesma lógica, derivando de pequenas propriedades que abasteciam o mercado estadual. Ressaltando essa mudança, Mesquita aponta que:

A frente dessa expansão da agricultura encontra-se, até este período, a pequena produção mercantil de lógica não capitalista, executada por posseiros (ocupantes), arrendatários, parceiros e pequenos proprietários. São estes os responsáveis pelo aumento considerável da produção de babaçu a partir da 1ª Guerra Mundial¹¹⁴.

¹¹³ MESQUITA Benjamin Alvino de. *A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80)*. 1998.

¹¹⁴ Idem, p. 03, 1998.

O fato dessa organização econômica não se pautar na antiga estrutura agroexportadora calcada na grande propriedade rural permitiu a participação dos pequenos produtores e comerciantes, os principais responsáveis pelo funcionamento desse mercado. Foi nesse quadro que os árabes encontraram ensejo para o incremento financeiro através da ocupação de uma posição intermediária entre o produtor e o mercado consumidor.

A princípio, os imigrantes atuaram no comércio local de compra e venda de gêneros que posteriormente evoluiu para transações interestaduais e internacionais desses produtos. De uma forma geral, a experiência de trabalho dos comerciantes no interior do estado estava diretamente ligada e dependente da comercialização do arroz, do algodão e do babaçu. O depoimento de Zéguia Dualibe demonstra que a alta valorização desses produtos podia ser medida pelo seu uso enquanto moeda de troca no comércio informal: “Comércio no interior, do meu marido, era comércio de algodão, de... babaçu, de arroz. Ele trazia mercadorias e negociava. [...] essa mercadoria vinha para ser trocada por tecido¹¹⁵”.

Endossando esse fenômeno, Vitória Dualibe relata a dinâmica desse comércio: “Entrando em contato com outras pessoas, no interior, iam comprando... Eles vendiam mercadoria, compravam algodão compravam o arroz, compravam a mamona, compravam gergelim, tudo isso¹¹⁶”.

O esquema de compra e venda de mercadorias entre capital e interior era basilar para a dinâmica comercial do estado. O interior fornecia matérias-primas para a capital e a capital, produtos manufaturados para o interior. Como é descrito no depoimento de Zéguia, havia um arranjo bem definido de trocas de mercadorias no qual o babaçu, o algodão e o arroz eram permutados por outros, como tecidos, produto largamente comercializado pelos árabes no interior do estado e na capital. O fato dessas transações envolverem uma espécie de câmbio denota o poder de compra desses produtos. Como confirma José Miguel Dualibe: “Em vez de circular dinheiro, circulava mais era a troca de mercadorias¹¹⁷”.

Dessa forma, o sistema de trocas de mercadorias facilitava a operação dessas transações. Outro ponto importante era o sistema de crédito que permitia que houvessem negociações sem a presença de capital. De acordo com Macedo: “O comércio com base na compra de gêneros do interior, cuja safra era anual, resultante de uma lavoura extensiva, e dependente de morosíssimos meios de transporte, só poderia ser realizado mediante uma mútua confiança

¹¹⁵ França, 1990, p. 33.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*.

[...]”¹¹⁸. Na prática, pequenos comerciantes podiam atuar no mercado de gêneros sem disporem de altas quantias, trocando mercadorias ou adquirindo-as por meio de créditos.

Esse comércio, naturalmente, não estava restrito aos gêneros já citados, sendo composto também por outros tipos de mercadorias. Na edição de 07 de janeiro de 1920 do jornal *Correio de Codó*, foi publicada uma lista emitida pela prefeitura da cidade taxando os produtos sujeitos à exportação. Dentre os produtos que compunham a lista encontravam-se: arroz em casca, arroz pilado, babaçu, cera de carnaúba, couro de boi, couro de veado, mamona, gergelim, caroço de algodão etc. Todos os produtos correspondiam a alimentos ou matérias-primas, denotando o caráter primário da economia codoense e a composição do arsenal comercializado pelos comerciantes.

Na figura abaixo, observa-se o anúncio do libanês Nagib Buzar encontrado no jornal *Correio da tarde* (1962) de São Luís, destacando a atuação do comerciante na compra e venda de gêneros. O fato do anúncio se fazer presente em um jornal da capital com circulação pelo interior do estado indica o interesse do negociante em uma divulgação mais ampla dos seus negócios.



Figura 5 - Anúncio de Nagib Buzar¹¹⁹

Entre as edições bissemanais de 31 de dezembro de 1961 a 27 de junho de 1962 do citado jornal foram encontrados repetidos anúncios de compra e venda de gêneros de Codó. Os anúncios partiam de quatro comerciantes dentre os quais, três eram sírio-libaneses: José Gerude, Nagib Buzar e Carlos Francis. Anúncios congêneres eram comuns em periódicos de conteúdo econômico e atesta a extensão dos seus negócios para fora dos limites do mercado codoense.

¹¹⁸ Macedo, 2001, p. 58.

¹¹⁹ Fonte: Jornal Correio do Nordeste 14 jan. 1962.

O anúncio indica que os comerciantes compravam e revendiam os produtos para terceiros mediante o sistema de “compra e exportação” que funcionava pela aquisição da produção de pequenos e médios produtores de Codó e regiões vizinhas para serem revendidos em grande volume para empresas em São Luís. Tendo em vista que as grandes lavouras de algodão e arroz eram negociadas diretamente com a capital, restava aos pequenos e médios comerciantes, entre os quais encontravam-se os árabes, angariar a produção dos pequenos produtores da região.

Nagib Buzar, segundo relata seu filho João Buzar¹²⁰, revendia esses gêneros para empresas como Chames Aboud e Martins e Irmãos, ambas com sede em São Luís. A Chames Aboud S/A Comércio e Indústria é digna de nota já que ocupou uma posição de destaque dentro do mercado de importação e exportação do Maranhão na primeira metade do século XX.

O empreendimento pertencente à família libanesa Aboud, absorvia uma considerável parcela da produção de gêneros agrícolas do estado, com destaque para o algodão que abastecia as fábricas de tecido da família. Fazendo a ponte entre os produtores agrícolas e as empresas, encontravam-se comerciantes como os sírio-libaneses.

Como intermediários entre o interior e a capital, esses comerciantes eram responsáveis por arrecadar os artigos primários para que fossem destinados a São Luís. Esses carregamentos eram escoados até a capital por trem ou através de empresas de navegação fluvial. Já na capital, parte desse volume alimentava as indústrias locais e o restante era direcionado para o mercado nacional e internacional.

Como já indicado, o comerciante árabe ocupou nessa organização, a posição de exportador de gêneros intermediando o trânsito de mercadorias entre capital e interior. Essa condição exigia dos comerciantes assíduas estadas na capital para a realização dessas transações. A esse respeito João Elias Moucherek, membro da família Aboud, relata que:

O freguês do interior. O pai de família vinha do interior e o prazer dele e a alegria da família era vir para a capital São Luís visitar, andar de bonde. Isso que era a alegria do comerciante do interior e da família. E o comerciante vinha comprar aqui e trazia a família. E as famílias, pelo menos a Chames Aboud, hospedava a família toda pagando dois, três, quatro dias o hotel. Mas como árabe é inteligente tirava no preço da mercadoria que vendia para ele, entendeu a jogada? ¹²¹

¹²⁰ Entrevista com João Buzar Neto em junho de 2014.

¹²¹ Idem, p. 39.

A fala do antigo funcionário da Chames Aboud revela o trato astucioso adotado nas negociações com os comerciantes do interior, ilustrando a famosa sagacidade comercial atribuída ao árabe. As articulações entre comerciantes da capital e do interior procediam mediante o exercício dos papéis de vendedor/cliente cujas performances eram revessadas conforme a natureza da transação.

Chama a atenção no relato de Moucherek a forma como as sociabilidades atravessavam a rotina de trabalho desses comerciantes. A viagem à capital segundo o depoente, não se restringia a acordos e negociações ensejando também ocasião para o desfrute dos encantamentos que só as grandes cidades podem proporcionar. Tais prazeres como “andar de bonde”, passear pela capital com a família, fazer compras, injetavam uma dose de lazer à rotina de trabalho do comerciante.

Esse trânsito dos comerciantes entre Codó e São Luís pode ser observado através da coluna *Viajantes* do *Jornal Correio do Codó*, onde semanalmente eram registrados a movimentação intermunicipal de alguns cidadãos: “Seguiram no vapor Santo Antônio para a capital do Estado, os nossos prezados amigos Ananias Murad, Assan Haidar e Marcelo Celestino do Nascimento. Acreditados negociantes de nossa praça”¹²².

“Regressaram da capital do Estado, os nossos prezados amigos Abdon Murad e Nabem Jorge, acreditados negociantes de nossa praça, aos quais enviamos o nosso cartão de visitas”¹²³.

“De sua excursão comercial à capital do Estado regressou o nosso prezado amigo e negociante dessa praça Elias da Cunha Saads. A quem enviamos nossas visitas e saudações de boas-vindas”¹²⁴.

A leitura da coluna permite entrever a movimentação desses sujeitos no cotidiano das suas atividades desenvolvidas no intercuro entre a partida para a capital e o regresso a Codó. É interessante notar que esses deslocamentos fossem dignos de nota nos jornais locais. Por que a partida ou regresso de Abdon Murad da capital era de interesse do leitor do *Correio do Codó*? Quais as intencionalidades dessas informações?

Um elemento que pode ajudar a esclarecer essas questões se encontra no trato dispensado aos imigrantes em questão. No recorte supracitado chama atenção o tom de deferência utilizado para se referir aos comerciantes árabes: “prezado amigo”, “acreditado negociante”. O uso desses termos revela estima pelo elemento árabe ou mais especificamente

¹²² *Correio do Codó*, Codó, 1920.

¹²³ Idem, *ibidem*.

¹²⁴ Idem, *ibidem*.

ao *comerciante* árabe. O que leva a acreditar numa perspectiva mais crítica que para além da simples cordialidade, tais adjetivações estavam ligadas ao poder econômico desses indivíduos.

Quanto mais o imigrante ascendia economicamente mais apreciado ele era socialmente. De viagem em viagem, fechando um negócio ali e outro acolá, comprando, vendendo ou trocando mercadorias o árabe vai firmando bases e se consolidando. A lenta subida do rio em direção à capital era apenas uma das etapas desse processo. A negociação na praça ludovicense com grandes comerciantes e fornecedores dava ares de respeitabilidade a esses homens de negócios. O que explica o interesse desse grupo em divulgar nos jornais locais essas viagens.

Para a população local, o imigrante é agora um comerciante respeitável; para os patrícios recém-chegados, uma referência e/ou suporte; na sua terra natal, aquele que conseguiu vencer na América. A ampliação dos negócios, o aumento do comércio, a multiplicação dos lucros abrirá as portas para uma nova forma de atuação e representação do imigrante na sociedade. As etapas dessa transição implicarão em novas modalidades de trabalho e integração social proporcionadas pelo ingresso no ramo industrial.

2.3 De comerciantes a empresários.

O alvorecer da indústria no Maranhão encontra marco no final do século XIX e deve ser entendido no contexto da crise que assolou o sistema agroexportador do estado. Em consonância com o desmantelamento do sistema escravista, criou o contexto para a implantação de uma nova organização econômica no Maranhão. Refletindo sobre a importância desse episódio para a reorganização da economia maranhense, Viveiros explica que tal empreendimento tinha bases poucas sólidas: “desiludidos com a lavoura, quiseram substituí-la. Como elemento básico da nossa economia, pela indústria têxtil; sonhou-se transformar São Luís numa Manchester. Na quimera deixou-se embalar todo o Maranhão¹²⁵”.

Surgida como alternativa ao colapso da antiga ordem econômica, a implantação de um parque fabril no Maranhão, parecia um projeto inviável à elite agrária arraigada no modelo agroexportador e escravista. No entanto, o sucesso da implantação das indústrias têxteis na

¹²⁵ VIVEIROS, 1964, p. 07.

capital e no interior do estado assentou as bases para a expansão do empreendimento no Maranhão.

É nesse cenário que sírios e libaneses desempenharam um importante papel como agentes na industrialização do estado. Vindos de uma experiência bem-sucedida no comércio, encontraram na indústria o setor ideal para investir o capital acumulado. A atuação na indústria proveria a esses imigrantes uma decisiva mudança nos seus *status* social, econômico e político e consolidaria a inserção destes na sociedade maranhense.

A performance no setor forneceu-lhes um poder econômico substancial, levando a alguns ao verdadeiro enriquecimento. De comerciantes ou lojistas, profissões de pouco prestígio, adotaram os títulos de empresários e industriais muito mais valorizados socialmente.

Convém notar, que apenas uma fração desses imigrantes alcançaram o patamar de industriais. Ao contrário do comércio, de maior acessibilidade, a indústria exigia uma alta soma de investimento, restringindo assim o ingresso no setor. A maioria dos imigrantes sírios e libaneses limitaram-se ao pequeno e médio comércio durante toda a vida. Não obstante, a presença sírio-libanesa na indústria exerceu um importante papel no processo de industrialização do estado.

A transição do comércio para a indústria não representou necessariamente uma mudança na área de atuação do grupo. Em São Paulo, onde houve uma concentração de árabes no ramo de confecções, armarinho e fazendas, Truzzi observa que “dos 91 estabelecimentos industriais sírios e libaneses anotados, 65 operavam no setor de confecções e 12 no setor de têxteis”. A tendência entre os empresariado sírio-libanês foi manter-se atuando no mesmo mercado.

No Maranhão, o fenômeno se repete. Nesse estado, onde a concentração comercial se deu no mercado de gêneros, sírios e libaneses preferiram se voltar para a indústria de beneficiamento de babaçu, arroz e algodão, produtos com os quais já trabalhavam no comércio e do qual conheciam a dinâmica operacional e logística.

A difusão desse empreendimento em Codó encontra testemunho no depoimento de João Buzar Neto que descreve o empreendedorismo árabe na indústria codoense e o papel do seu pai, Nagib Buzar nesse processo:

[...] naquela época não existia praticamente nenhuma indústria aqui. Tinha uma indústria aqui do senhor Augusto Teixeira. E o papai revolucionou muito essa parte do comércio porque naquela época era praticamente... Eram pouquíssimos que tinham as atividades que tinham beneficiamento de algodão e de babaçu. Posteriormente foi que veio a firma Naby Salém, veio Zé Gerude eles entraram com o beneficiamento de extração de óleo de babaçu e tinha também a indústria de descaroçamento de algodão. Formaram duas indústrias

vizinhas uma da outra que era a indústria do senhor Naby Salém e Companhia e José Gerude que eram também firmas potentes aqui em Codó e tradicionais também. [...] meu pai veio mais ou menos na época de 1917,18 por aí assim e abraçou Codó, montou uma indústria de beneficiamento de arroz, posteriormente beneficiamento também de algodão e compra de gêneros. Esses gêneros eram vendidos para São Luís para firmas como a Chames Aboud, Martins Irmãos e outras empresas de lá¹²⁶.

A fala de João Buzar demonstra que a dinâmica do ramo industrial era próxima da praticada no comércio, apresentando a mesma interdependência com o capital. Destaca-se a construção de uma narrativa que coloca o imigrante árabe no centro do processo de difusão dessas indústrias.

O pioneirismo paterno afirmado pelo depoente deve ser relativizado tendo em mente a instalação da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão em 1893. A indústria, a primeira de grande porte da cidade e uma das três únicas do interior maranhense¹²⁷, se insere no contexto da “loucura industrial” como foi descrito pelo escritor Jerônimo de Viveiros o fenômeno da industrialização maranhense no final do século XIX.

Depois da Companhia, outras indústrias de pequeno porte foram implantadas na cidade, como a pertencente ao empresário Augusto Teixeira, citada pelo depoente. Sírios e libaneses começam a despontar nesse ramo a partir das décadas de 30, 40. Nessa perspectiva, a presença árabe na indústria codoense deve ser entendida como a continuidade de um processo iniciado décadas antes.

As últimas linhas do depoimento de João Buzar, revelam um pouco da organização das atividades industriais árabes em Codó. Como já mencionado, algumas dessas indústrias eram de pequeno porte e possuíam uma produção limitada ao beneficiamento de matérias-primas. Nesses casos, como a da indústria de Nagib Buzar, finalizado o processo, o produto final era comprado por grandes empresas como a Chames Aboud e Martins Irmãos, bastante expressivas na época.

Enquanto as pequenas indústrias realizavam um tratamento primário nesses produtos com o beneficiamento das matérias-primas como o descaroçamento do algodão ou a extração do óleo do babaçu e do algodão, as grandes, contando com uma estrutura produtiva superior, manufaturavam esses gêneros ou exportavam para outras regiões do país ou para o exterior.

¹²⁶ Entrevista com João Buzar Neto concedida em Codó em janeiro de 2014.

¹²⁷ Até o ano de 1900, o Maranhão contava com 12 manufatureiras, nove na capital, São Luís, duas em Caxias e uma em Codó.

Deve-se salientar que a difusão dessas usinas ou indústrias não é resultado unicamente de um movimento ascendente e espontâneo dentro da trajetória econômica desses imigrantes, mas está inserida dentro de uma conjuntura de mercado externa e interna na qual a demanda por certos gêneros especialmente óleos e algodão produziu uma conjuntura econômica explorada pela indústria árabe:

[...] foi primordial para a generalização das usinas: o surgimento do refino de óleo do caroço de algodão para consumo humano. Pode-se afirmar que a proliferação das usinas, deu-se, em grande parte, no instante em que o caroço de algodão passou a ser visto como produto aproveitável, capaz de gerar lucros¹²⁸.

A alta no mercado de óleos vegetais, principalmente o óleo do caroço do algodão e babaçu, impulsionou a expansão de indústrias por todo o interior do estado. Discorrendo sobre a valorização desse mercado, Antônio Oliveira pontua que:

A amêndoa do babaçu começa a ganhar destaque, pois a colheita era mais fácil e oferecia mais rendimentos. Gradativamente, as finanças são transferidas do algodão para o babaçu. [...] considerando o momento por que passava o algodão e o aumento da demanda por óleos vegetais, as indústrias do Maranhão começam a trabalhar a semente e a fibra do algodão e o babaçu, modificando, nesse passo, sua cadeia de produção¹²⁹.

Como discutido no tópico anterior, o mercado de algodão, babaçu e arroz deram novo fôlego à economia maranhense. Além do beneficiamento desses produtos, ressalta-se também a presença sírio-libanesa na indústria têxtil. No interior do estado, verifica-se nesse setor a atuação de Miguel Buhatem e Assef Faray em Bacabal, Alberto Moussalem Falcão em Barra do Corda e Alfredo Maluf em Pindaré-Mirim. Com sede em São Luís a família Aboud, proprietários da empresa Chames Aboud e da fábrica de tecidos Santa Izabel, angariaram um patrimônio responsável por torná-los uma das famílias mais bem-sucedidas do estado. Sobre os Aboud, João Elias Mouchrek, membro da família, em entrevista ao pesquisador Frederico Furtado descreve o que para ele foi o período áureo da família:

Começou com Chames Aboud, passou para Chames Aboud e Cia, depois passou para Chames Aboud S/A Comércio e Indústria e tínhamos a fábrica de tecido Santa Izabel que até uns anos atrás ainda existia. Tínhamos filiais no interior, empresa de navegação fluvial. Lanchas e botes para as nossas cargas e de outros comerciantes a gente cobrava frete. O nosso armazém era lá embaixo na Praia Grande, naquela descida. Lá embaixo nós tínhamos dois

¹²⁸ OLIVEIRA, 2007, 106.

¹²⁹ Idem, *ibidem*, p.86.

portos de atracação e o nosso armazém ia dali até a prensa do algodão, lá do outro lado. A Chames Aboud era uma potência, uma verdadeira potência. Nós fazíamos comércio no exterior, nós tínhamos agente em Londres na Inglaterra, a gente, que vendia algodão maranhense de fibra longa do tipo I, II e III, o melhor algodão do mundo. Era um dinheirão¹³⁰.

Empresas de alto capital como a Chames Aboud eram excepcionais pela ampla atuação que praticavam no mercado, dispondo do seu próprio sistema de produção (fábricas) e logística, propiciado pelo sistema de transporte (empresa de navegação fluvial) e de exportação. Como o próprio Moucherek a qualifica, uma “verdadeira potência”. No entanto, esse modelo de empresa não correspondia à realidade da maioria das indústrias no interior do estado. Enquanto algumas contavam com uma grande estrutura e diversidade de produção, outras apresentavam um arranjo simplificado contanto somente com um maquinário simples e realizando apenas o beneficiamento.

A estrutura e funcionamento dessas indústrias eram simples. Como o beneficiamento era realizado através de máquinas, não se fazia necessário muitos funcionários e os que haviam tinham por função ensacar e transportar os sacos até a ferrovia. As usinas normalmente funcionavam em grandes prédios ou galpões divididos entre a sala das máquinas, onde eram realizados o processo de beneficiamento, o depósito e o pequeno escritório da empresa.

Nesse cenário, deve-se ressaltar o papel exercido pelo algodão no impulsionamento dessas indústrias. A história econômica do Maranhão liga-se fortemente à cotonicultura. A política pombalina no século XVIII promoveu através da introdução de uma companhia de comércio no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a injeção dos recursos necessários para o desenvolvimento agrícola da região. O algodão, ao lado do açúcar, desenvolveu-se largamente nesse período, formando a base da economia maranhense e chegando no período colonial a atuar como moeda corrente.¹³¹

No decorrer do século XIX, ainda que menos valorizado, o algodão manteve-se no rol produtivo do estado e na primeira metade do século XX, em decorrência da Primeira Grande Guerra, readquire o esplendor de outrora. Desta vez, não servindo apenas à empresa agroexportadora, mas incorporando-se a um mercado mais amplo constituído pelas manufaturas

¹³⁰ FURTADO, 2008, 39.

¹³¹ OLIVEIRA, 2007.

e a demanda por óleos vegetais. Nesse contexto, com o seu histórico de grande produtora de algodão¹³², Codó se converte em um importante núcleo econômico no interior desse mercado.

Este período áureo da economia maranhense teve no “ouro branco” um edificador de várias fortunas. É no quadro acima descrito que sírios e libaneses encontram ensejo para a penetração no setor industrial, aproveitando-se da valorização do mercado e do capital acumulado nos anos de comércio para montar indústrias de beneficiamento. Destacam-se nessa empreitada os imigrantes Nagib Buzar, José Gerude e Naby Salem, ambos libaneses chegados a Codó nas primeiras décadas do século XX. Isto posto, o mercado de gêneros, entendido no cenário aqui descrito, será o grande responsável pela ascensão econômica do comerciante árabe no Maranhão.

Como já mencionado, o mercado de gêneros em Codó teve na figura do sírio-libanês um dos seus principais agentes. Através de firmas especializadas como a José Gerude & Cia, a Naby Salem & Cia e a já citada Nagib Buzar, esses sujeitos puderam praticar uma exploração bem-sucedida do ramo com a apropriação da produção local de gêneros, seu beneficiamento e exportação.

Nesse aspecto, destaca-se a atuação do industrial Naby Salem, libanês que se tornou um proeminente empresário do ramo de gêneros no Maranhão. Conhecido como o “rei do algodão”, exportava sua produção para países como França, Holanda, Alemanha e outros. Além dos gêneros, o empresário também se dedicou a outras modalidades de indústria como a produção de macarrão, sabão, farinha e outros.

Segundo consta na sua biografia, nasceu na cidade de Wady Charou, no Líbano, veio para o Brasil em 1924, aos 14 anos, trabalhar no comércio do seu tio, Abdon Murad. Após a temporada a serviço do tio, Naby Salem estabeleceu seu próprio comércio e posteriormente uma indústria de beneficiamento de algodão e óleo em 1964, obtendo grande êxito em ambas.

A trajetória de Naby se alinha ao arquétipo do “imigrante vencedor”. Figura na qual a comunidade árabe personificou o protótipo do imigrante bem-sucedido. Esse sujeito se caracteriza principalmente pela conquista de um alto patamar econômico através do “esforço pessoal” empreendido pelo trabalho. Nessa visão, a superação vertical dos vários estágios econômicos (mascate, comércio, indústria) levaria ao sucesso profissional consubstanciado na figura do empresário/industrial.

¹³² MARQUES, 1870.

Na prática, apenas uma pequena fração de imigrantes logrou êxito no alcance dessa meta, seja pela não reunião dos capitais necessários para atuar na indústria ou pelas restrições do setor. Em Codó, contavam com a concorrência da Companhia Manufatureira que apresentava uma estrutura privilegiada e autossuficiente dispondo do seu próprio sistema de fornecimento elétrico em um período onde os motores das usinas ainda eram alimentados à base de querosene.

Na tabela abaixo, verifica-se a presença de alguns desses estabelecimentos distribuídos pelo interior do Maranhão. A partir da segunda metade do século passado, há um crescimento na presença desses imigrantes no setor industrial expresso na abertura de unidades de beneficiamento de gêneros.

Tabela 6 - Beneficiadoras de fibras têxteis pertencentes a árabes no Maranhão na década de 1950

Cidade	Nome
São Luís	Fábrica de Tecidos Santa Isabel
São Luís	Chames Aboud Com. Ind.
Bacabal	Usina Santa Amélia
Bacabal	Assef Faray
Barra do Corda	Alberto Moussalem Falcão
Codó	José Gerudi & Cia
Codó	Usina Santa Terezinha ¹³³
Codó	Usina Vitória ¹³⁴
Grajaú	Usina Santa Amélia
Pindaré-Mirim	Alfredo Maluf

Fonte: OLIVEIRA, 2007.

No exame da performance sírio-libanesa na indústria maranhense, constata-se que ela esteve concentrada de forma quase exclusiva no beneficiamento de gêneros. Com exceção da Chames Aboud, não foi encontrada outra indústria dedicada à manufatura têxtil pertencente a árabes no estado. Esse fato estabelece um contraste notável com os patrícios estabelecidos em

¹³³ Pertencente a Nagib Buzar sediava-se na Rua Coelho Neto, nº 220, Codó- MA.

¹³⁴ Pertencente ao grupo Nabi Salem e Cia. Situava-se na Rua Afonso Pena, nº 246, Codó- MA.

São Paulo. Nesse estado, o capital sírio-libanês foi convergido de forma quase hegemônica para a indústria têxtil. Esse fenômeno, segundo Truzzi, colaborou para uma maior penetração e consequente domínio do grupo no setor de tecidos tanto na modalidade de varejo quanto na de atacado.

A diferença de setores constatada entre os imigrantes estabelecidos em São Paulo e no Maranhão pode ser explicada por dois fatores principais: concorrência e conjuntura de mercado de cada estado. A difusão de manufaturas no Maranhão teve início no final do século XIX, mesmo período em que os imigrantes sírio-libaneses começaram a chegar ao estado. Quando estes imigrantes alcançaram, décadas depois, um cabedal que lhes possibilitasse o investimento no setor secundário da economia, se depararam com um parque têxtil já consolidado e com poucas brechas para uma inserção. Associado a isso, a Primeira Guerra Mundial, no início do século XX, requisitou uma demanda por itens primários como algodão e óleos vegetais, artigos profícuos no Maranhão, atraindo a atenção árabe para esse mercado.

Na modalidade varejista, o tecido foi sim uma mercadoria intensamente comercializada pela comunidade árabe situada no Maranhão, por isso, ressalva-se que o que está em debate aqui é a atuação industrial do imigrante e a diferença de ramos dentro desse setor. Dessa forma, enquanto a indústria têxtil foi a responsável por alavancar a fortuna do árabe estabelecido em São Paulo, o beneficiamento e a exportação de gêneros concentraram os capitais sírio-libaneses no Maranhão, desenvolvendo um setor voltado principalmente para o abastecimento de manufatureiras e para o mercado regional e internacional.

Voltando à economia codoense, a produção e exportação do algodão na cidade tornou-se tão expressiva que o empresário Naby Salem juntamente com seus fornecedores, começaram a promover a chamada “festa do algodão”. A festa consistia em uma celebração anual na qual os fornecedores de algodão do empresário se reuniam para desfilar pelas avenidas da cidade em caminhões carregados de algodão. Uma reportagem do jornal ludovicense fez a seguinte descrição da festa ocorrida em novembro de 1964:

Estamos voltando de Codó, onde tomamos parte na mais concorrida festa do interior maranhense. Trata-se da festa do algodão que há mais de um (inelegível) vem sendo levada a efeito na vizinha cidade e que este ano conseguiu suplantar as realizadas anteriormente. Representantes das sociedades da capital e das principais cidades do interior estiveram abrilhantando durante três dias aquela magnífica reunião.¹³⁵

¹³⁵ Jornal Comercio do Nordeste, 1964, p.05.

Durante dois a três dias, empresários, familiares e amigos de Naby Salém participavam das comemorações que incluíam churrascos, passeios, bailes, jantares, churrascos, coquetéis, missas, jogos e a eleição da rainha do algodão. Segundo a matéria supracitada, Codó se tornava durante a festividade “a capital social do Maranhão” com a presença de membros da sociedade ludovicense, codoense e de todo o interior do estado.

A foto abaixo, registrada no dia da festa ocorrida no dia 20 de novembro de 1964, destaca a inauguração da usina de beneficiamento de óleo de algodão pertencente a Naby Salem (de terno) localizada na Rua 28 de Julho no centro da cidade. Na legenda da imagem lê-se a seguinte transcrição: “Vemos, na foto acima, o comerciante e industrial Naby Salem, o rei do algodão do Codó, ladeado de seus filhos e sócios, Srs. José Murilo e Antônio Nonato [...] a 20 do corrente, dia do algodão, no Codó e data natalícia do arrojado homem de negócios¹³⁶”.



Figura 6 - Foto da inauguração da fábrica de beneficiamento de Naby Salém¹³⁷

A promoção das festividades em torno do algodão e uma atuação próspera nesse mercado renderam a Naby Salem o título de “rei do algodão”. Assim como José Gerude e João Buzar, o

¹³⁶ Idem, ibidem.

¹³⁷ Figura **Error! Main Document Only**. - Foto da inauguração da fábrica de beneficiamento de Naby Salém. Fonte: Jornal Correio do Nordeste, 25 de novembro de 1964.

imigrante de origem libanesa foi um dos que alcançaram o patamar de industrial e empresário, o que além de lhe conceder um aprimoramento financeiro, tornou-o um prestigiado membro da elite econômica não só da cidade como do estado. O sucesso econômico veio acompanhado de uma nova representação desses sujeitos que abandonam o estigma de imigrantes ou árabes, termos que demarcavam a sua condição de estrangeiro, de “outro”, para se tornarem respeitáveis empresários incorporados à elite social do estado. O tom laudatório do jornal usado na descrição do empresário confirma esse pensamento.

A existência da festa do algodão ilustra a grandeza e a representatividade do segmento algodoeiro na época. A imagem dos caminhões percorrendo as principais vias da cidade representa tanto a proeminência comercial quanto a fartura desse produto na época. A comemoração de colheitas encontra precedentes em várias sociedades que demonstravam através das celebrações a importância de um produto para a manutenção econômica de um povo. A festa do algodão em Codó expressa o grau de representatividade do algodão tanto para os vendedores, os produtores, os beneficiadores, os fornecedores, estivadores, operários e toda a classe cujo trabalho girava em torno da produção desse produto.

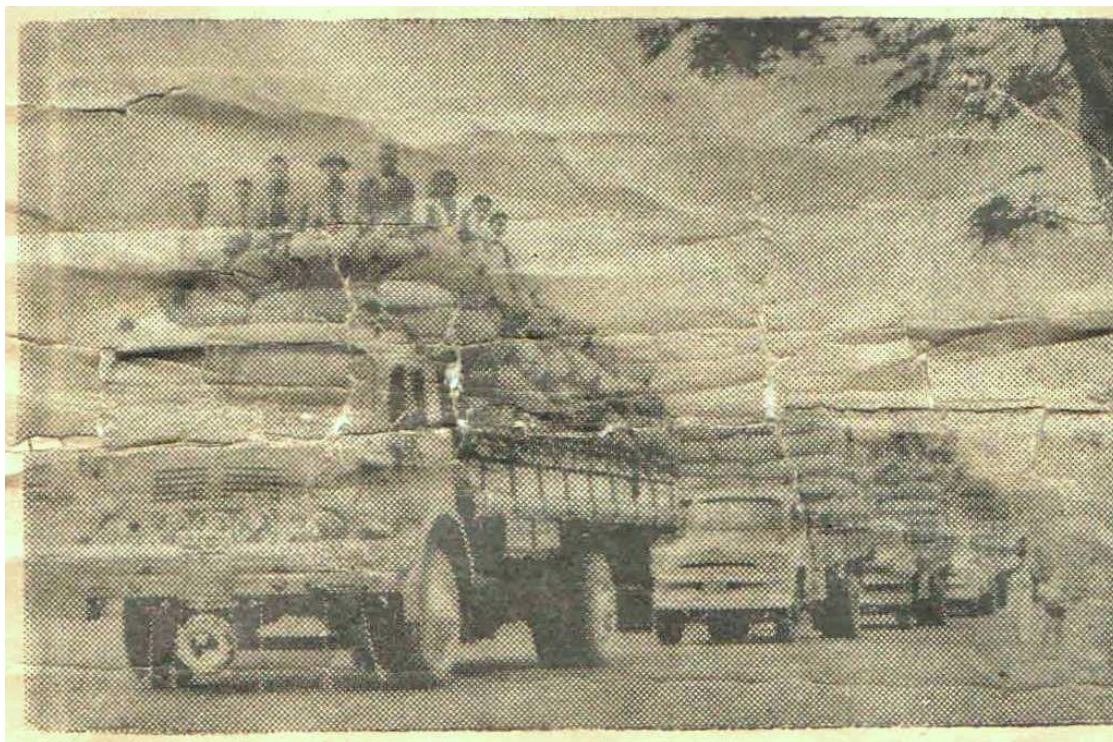


Figura 7 - Desfile de caminhões na festa do algodão em Codó¹³⁸

Esse período áureo da cotonicultura no Maranhão foi o fomentador de inúmeras fortunas e uma fonte de trabalho e renda para a população. Não se pode pôr em dúvida a importância do “ouro branco” para a economia do estado. Mas como todo período de auge sempre é seguido de decadência, a lavoura algodoeira não fugiu a essa regra. A partir da segunda década do século XX, essas empresas entraram em declínio, forçando esses empresários a mudarem de ramo investindo em outras áreas.

Antônio Oliveira, no seu oportuno trabalho sobre a história do algodão no Maranhão, ao analisar o processo de declínio da lavoura algodoeira no estado, não associa sua causa à desvalorização do algodão no mercado nacional e sim à inépcia dos produtores, beneficiadores e industriais em acompanhar os progressos técnicos vigentes nas regiões do Sul e Sudeste brasileiro.

Além da qualidade inferior, o autor ressalta que “a cotonicultura no Maranhão sempre foi arcaica, restrita à limpeza da fibra, descaroçamento, prensagem, enfardamento e, o beneficiamento era pouco desenvolvido”¹³⁹. A produção maranhense, não estava conseguindo

¹³⁸ Fonte: Jornal Correio do Nordeste, 25 de novembro de 1964.

¹³⁹ OLIVEIRA, 2007, p.89.

competir com a qualidade e o maquinário sofisticado da região sudeste, principalmente do parque industrial paulista. Oliveira esclarece que o declínio da cotonicultura era previsível e evitável caso houvesse uma preocupação dos produtores e industriais em adaptar a lavoura e a indústria às novas exigências do mercado externo e interno:

Em 1960, a cultura do algodão sucumbiu. Os produtores de São Paulo atraíam grandes compradores e investidores estrangeiros, levando as poucas empresas maranhenses existentes à falência. [...] O problema fundamental está em que os antigos proprietários, trilhando um tortuoso caminho, não se preocuparam em modernizar a cadeia têxtil, pelo que não conseguiram responder às mudanças exigidas pelo mercado, levando, então, ao desfalecimento da cultura algodoeira no Maranhão.¹⁴⁰

As firmas de beneficiamento de Codó juntamente com a Companhia Manufatureira, que tinham no mercado externo seu principal consumidor, sentirão o peso da obsolescência, declarando falência e fechando as portas ao longo dos anos 70 e 80. Os beneficiadores, grupo no qual estavam inseridos os sírio-libaneses se refugiaram na produção de outros gêneros como o arroz e óleos vegetais provenientes do babaçu e do próprio algodão que naquele momento ascendia no mercado nacional e internacional:

A amêndoa do babaçu começa a ganhar destaque, pois a colheita era mais fácil e oferecia mais rendimentos. Gradativamente, as finanças são transferidas do algodão para o babaçu. [...] considerando o momento por que passava o algodão e o aumento da demanda por óleos vegetais, as indústrias do Maranhão começam a trabalhar a semente e a fibra do algodão e o babaçu, modificando, nesse passo, sua cadeia de produção.¹⁴¹

Com a alta no mercado de óleos vegetais, o óleo do caroço do algodão também se valoriza contribuindo para a manutenção de indústrias como a de empresários como Naby Salem que já estabelecido no beneficiamento do algodão, abriu em 1964 uma indústria voltada especificamente para a produção de óleo de babaçu e algodão.

No entanto, não foi só em torno do mercado de gêneros que os empreendimentos árabes se organizaram. Em posse de capitais, os imigrantes puderam ampliar os negócios para além das “riquezas da terra”. Como empresários estabilizados puderam investir em áreas como pecuária (Nagib Buzar), associações culturais como o clube Guarapary e o Rotary Clube, bares (Elite bar pertencente a Abdon Murad), cinemas como o Cine Olinda e o Cine São Luís (Nagib Buzar e Jamil Dualibe Murad), fábricas de sabão e macarrão (Naby Salem), usinas de farinha

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*, p.90.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p.86.

de milho, macaxeira (Carlos Jorge Francis), etc. A variedade de setores e ramos ocupados e explorados pelo sírio-libanês em Codó revela uma inserção ampla e diversificada do grupo na economia da cidade.

Oswaldo Truzzi em artigo intitulado *O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos: um enfoque comparativo*¹⁴² analisa as configurações e especificidades das migrações sírio-libanesas nos dois países explorando como as conjunturas de cada um forjaram diferentes experiências para o grupo. Dentro do próprio território brasileiro também pôde-se observar diferenças significativas na experiência migratória sírio-libanesa.

Enquanto em São Paulo, os árabes puderam desenvolver uma poderosa atuação na indústria têxtil da capital, chegando à monopolização desse mercado; no Maranhão, o perfil econômico do estado conduziu esses sujeitos para o trabalho no mercado de gêneros sendo sua atuação industrial mais modesta e em grande parte restrita ao beneficiamento de matérias-primas.

Pode-se dizer, parafraseando o artigo de Oswaldo Truzzi, que os imigrantes estavam “no lugar certo na época certa”. A ascensão econômica conquistada por esse grupo só foi possível dentro de um período de grande receptividade do mercado ao algodão, babaçu, óleos, arroz e couro.

A partir da década de 70, os imigrantes observaram o declínio do mercado de gêneros e conseqüentemente dos seus negócios. Algumas dessas indústrias ainda tiveram seu último suspiro até meados de 80. Além da inviabilidade da economia algodoeira em concorrência com o sudeste, esse período também é marcado pelo falecimento de grande parte do empresariado sírio-libanês. Sem a presença gerenciadora destes, os negócios familiares não conseguiram ser perpetuado pelos filhos tendo em vista o fato destes terem sido preparados para exercer profissões liberais como direito e medicina. Dessa forma rompem-se em várias famílias a ligação com o comércio e inaugura-se um novo mundo do trabalho para a geração nascida no Brasil.

Outro fenômeno decorrente dessa decadência foi a evasão de imigrantes da cidade. Sem o suporte do mercado de gêneros e com a ruína de outros negócios, uma parte dos

¹⁴² TRUZZI, Oswaldo. O lugar certo na hora certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n° 27, 2001.

imigrantes não conseguiu se manter atuante em Codó. Enquanto alguns migraram para outros setores, investindo em outros mercados, especialmente no pequeno comércio; outros preferiram se evadir para São Luís, investindo o capital restante em negócios que eles julgavam ter mais chances de prosperidade em um grande centro urbano.

O imigrante Abdon José Salém, irmão de Naby Salém, exemplifica bem esse fenômeno. Abdon imigrou para Codó para trabalhar junto ao irmão. Depois da morte deste nos anos 80, preferiu abandonar a cidade e tentar a sorte na capital: “Eu não quis trabalhar para o meu sobrinho; nem no comércio. Eu vim embora para cá e botei um comércio por minha conta aqui (São Luís), sem a ajuda de ninguém”.¹⁴³

O abandono da cidade, como no caso acima expresso, representava uma nova etapa, um novo desafio para o imigrante. Ao torna-se insuficiente para a satisfação ou manutenção material desses sujeitos, Codó deixa de ser um ambiente provedor, e a continuação do projeto migratório se inicia em outro espaço. De qualquer forma, a essa altura, a experiência migratória do sírio-libanês já estava consolidada e o imigrante já dominava as estratégias necessárias para a sobrevivência, manutenção e ascensão na sociedade receptora.

2.4. “Fazer a América”: estratégias de ascensão e integração do imigrante.

Da análise do mundo de trabalho sírio-libanês em Codó verificou-se que a experiência de trabalho do grupo foi desenvolvida predominantemente dentro da redoma comercial da cidade e que o processo de estabelecimento nesse comércio foi acompanhado de organizações econômicas e de arranjos sociais específicos que garantiram a ocupação, a prática e o desenvolvimento do grupo nesse setor.

A longo prazo, esse arranjo possibilitou a esses comerciantes um enriquecimento que foi convertido na mobilidade social ascendente de parte desse grupo. Ao tornarem-se comerciantes, empresários ou industriais, sírios e libaneses passam a ocupar determinados

¹⁴³ FRANÇA, 1990, p. 35.

espaços dentro da estrutura social que antes encontravam-se limitados a sua condição de estrangeiro.

Na prática, isso implicava em mudanças na forma como o imigrante era visto e tratado pela sociedade¹⁴⁴, posto que o poder econômico passa nesse momento a legitimar a presença desses sujeitos na comunidade. O imigrante que enriquece conquista o direito de viver no país, de ser integrado à sociedade. Em suma, passa a ser reconhecido e torna-se um modelo de bom imigrante.

Sabe-se que sírio-libaneses nunca foram incluídos enquanto grupo étnico dentro da lógica do projeto racial brasileiro, portanto, sua presença no Brasil nunca chegou a ser desejada, estimulada e muito menos financiada pelas classes dominantes. Esse caráter autônomo que marcou a experiência dos pioneiros (entendida numa perspectiva macro ou externa, já que na esfera grupal eram articuladas estratégias mutualistas) será incorporado à narrativa dos vencedores como prova do empreendedorismo e do espírito independente do árabe.

Por outro lado, a conquista desse novo patamar também gerará um desnivelamento econômico intergrupar estipulando divisões e conseqüentemente relações assimétricas onde os que enriqueciam exerciam uma espécie de apadrinhamento sobre os demais. Essas relações eram marcadas por auxílios, apoio e às vezes por abusos e exploração. De todo modo, ao enriquecer, o migrante se colocava como o arquétipo da experiência migratória de todo o grupo, contribuindo para a construção do mito do “árabe bem de vida”.

A ascensão econômica também proporcionou novas formas de vivência na sociedade receptora. Se antes, a experiência migratória desses sujeitos se confundia com a sua experiência cumulativa, após o alcance do status desejado, o imigrante abre-se para novas formas de atuação agregando ao mundo do trabalho a esfera das sociabilidades. Esse fenômeno de estreitamento entre colônia/sociedade, como observa João Baptista Pereira, passa longe de ser espontâneo e deve ser interpretado como uma estratégia direcionada a facilitar a vida do imigrante.

O projeto urbano do grupo sírio-libanês, definindo metas e roteiros específicos de ascensão socioeconômica, de certa forma condicionou a sua integração à vida nacional. É uma estratégia que pressupõe, ou mesmo exige, intensa convivência com a sociedade local e o estabelecimento de alianças de várias naturezas com outros grupos sociais, até mesmo no plano do casamento, o que imprimiu um ritmo acelerado de abrasileiramento às novas gerações¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Essa mudança na imagem do imigrante na perspectiva da alteridade será melhor discutida no capítulo três quando serão discutidas as representações construídas em torno da figura do imigrante árabe.

¹⁴⁵ PEREIRA, 2000, p.20.

Um dos primeiros indicadores desse processo de inserção social pode ser identificado na nomenclatura dos nomes dos imigrantes logo ao aportar ao país. A mudança do nome visava tanto a facilitação da pronúncia como para, em alguns grupos como judeus ou mulçumanos, evitar perseguição religiosa. Na maioria das vezes essa mudança não era voluntária sendo-lhes imposta ao se registrarem no país.

Alguns exemplos que podem ser notados em Codó são os casos de Carlos Jorge Francis, cujo primeiro nome em árabe era Khalil e foi adaptado para Carlos; da sua esposa Ana Buzar, cujo verdadeiro nome era Hernani¹⁴⁶; Youssef era um nome geralmente convertido para José, como ocorreu com José Gerude. Já Maria Bayma Saads¹⁴⁷ conta que já no Brasil, foi adicionado o “s” ao final do sobrenome, que a princípio era Saad, por mero capricho estético de um dos filhos que, literato, convenceu ao patriarca da família, Pedro Elias Saad, da vantagem que a mudança acarretaria tanto para a facilitação da pronúncia como para dar um tom mais distinto ao sobrenome.

O nome era um dos primeiros indicadores da origem tanto dos imigrantes quanto de seus descendentes, por isso, adaptá-lo funcionava como uma forma de moldar-se à sociedade na qual estavam se inserindo.

O casamento também podia atuar como porta de entrada dos imigrantes na sociedade, em especial na elite. O professor José de Ribamar Chaves Caldeira em entrevista ao artigo de Alexandre Fernandes Corrêa, *Os sírio-libaneses em São Luís e no Maranhão: relações inter-étnicas e processo de assimilação cultural de imigrantes na sociedade regional e nacional*¹⁴⁸ conta que:

Pois para se misturarem com as elites dominantes casaram-se com as moças (claras) ... Por exemplo, o Tajra, que era dono dos cinemas da cidade; ele era casado com uma pessoa da família Bello, família tradicional maranhense [...] Os Aboud, os descendentes dele, muitos deles casaram-se com moças daqui, da elite... [...] Casaram-se, e ainda se casam, com as mulheres daqui, participam da vida social daqui; não como grupo de fora, mas com a ‘ideologia do imigrante’ que vem ‘fazer a América’. Daí a diferença! E para ‘fazer a América’, não se faz enquistando-se, isolando-se.

João Batista B. Pereira corroborando com Caldeira reforça essa visão ao dizer que:

O sírio-libanês aceita o cônjuge de outro segmento étnico de preferência que seja de classe elevada. A exemplo dos imigrantes italianos, a aliança

¹⁴⁶ Entrevista com Zarife

¹⁴⁷ Entrevista com Maria Bayma

¹⁴⁸ CORRÊA, 2009, p.02-03

matrimonial funciona como mecanismo de ascensão social da família, e, por extensão, do grupo étnico.¹⁴⁹

Por seu turno, Frederico Mamede¹⁵⁰ em sua monografia *A comunidade sírio-libanesa e a sua inserção na elite maranhense* se mostra um pouco mais cauteloso nessa afirmação, reconhecendo que o casamento realmente era um veículo de inserção social para o imigrante, mas ressaltando que esses enlaces eram mais comuns de serem praticados e aceitos com a geração nascida no Brasil.

Outra prática utilizada como estratégia de integração é o envolvimento do grupo com associações, clubes, entidades e irmandades. Em Codó, é observada a presença sírio-libanesa em entidades como o Rotary Clube, o clube Guarapary, a associação comercial da cidade e em sociedades filantrópicas como a maçonaria. O ingresso árabe nesses círculos é sintomático de uma nova etapa no projeto migratório sírio-libanês que contará com novas metas e estratégias. A inserção, o reconhecimento e a conquista de respeito, influência e poder perpassam pela construção e manutenção de relações interpessoais dentro e fora da comunidade árabe. Se na esfera do trabalho essa relação é material (financeira) e profissional (vendedor/cliente), na busca pela integração social ela torna-se pessoal, social e seletiva (visando a integração com a elite local).

No âmbito codoense esse processo é marcado pela fundação, gerenciamento ou associação a organizações de cunho coletivo. Na esfera recreativa, exemplifica-se o clube Guarapary. Em tempos áureos, o clube foi o reduto da elite socioeconômica codoense ao promover festas e bailes com artistas de renome nacional. Contava como sócio fundadores vários integrantes da comunidade árabe e enquanto espaço de lazer, promovia um contato mais direto entre os árabes e a elite local.

Outro importante espaço de exercício coletivo para os imigrantes em Codó foi a associação comercial da cidade. A afiliação à associação concedia ao imigrante uma participação ativa nas questões relativas à economia local bem como os legitimava enquanto membros da classe empresarial da cidade. Segundo o professor Carlos Gomes¹⁵¹, os sírio-libaneses foram partícipes da fundação da associação em Codó, chegando em alguns momentos a presidi-la.

¹⁴⁹ BORGES PEREIRA, 2000, p.16.

¹⁵⁰ FURTADO, 2008.

¹⁵¹ Entrevista com o professor Carlos Gomes concedida à pesquisadora em Codó em abril de 2014.

Os arquivos da Prefeitura Municipal de Codó também revelam o sucessivo aumento da influência econômica desses sujeitos. Em 21 de fevereiro de 1943 é criada a Comissão Municipal de Preços responsável pelo controle e fiscalização de mercadorias na cidade. Na ata de criação do órgão, contam como componentes da comissão oito membros dentre os quais destaca-se a presença de três sírio-libaneses: José Gerude, Nagib Buzar e Elias Araújo.

A participação desses imigrantes em um órgão oficial da cidade é indicativa do status econômico e social conquistado pelo grupo. A ocupação da Comissão de Preços oferecia a esses sujeitos uma posição privilegiada dentro do comércio codoense ao conceder influência e controle sobre a atribuição de preços no mercado local. Sem dúvidas, a presença desses comerciantes em entidades de natureza econômico-administrativo em Codó favoreceu suas atividades contribuindo para o desenvolvimento cumulativo do grupo.

Além dos grupos já citados, também é notória a presença sírio-libanesa em instituições filantrópicas como o Rotary Club e a maçonaria. Essa última é particularmente significativa pelo caráter elitista de seus membros. Destacam-se como maçons em Codó, o sírio Carlos Jorge Francis, Grão-mestre da Grande Loja do Maranhão e Ananias Murad, membro da loja Deus é Caridade. No quadro da loja Atalaia Codoense, dos seus 22 membros identificamos 6 árabes: José Gerude, Zacarias Gerude, Zique Osman Taleb, Naja J. Milet, Mohamet Yossef Taleb, Ananias Murad e Assad J. Daruich¹⁵².

Para completar a análise das integrações sociais proporcionadas pela ascensão do imigrante árabe é imprescindível o exame da sua atuação política. Dada a natureza das relações políticas se manifestarem através de mecanismos de influência e poder, pode-se identificar e avaliar o *status* desfrutado pelo grupo na sociedade codoense através do envolvimento destes nessa esfera.

A análise desse campo é o mais sintomático da extensão da participação árabe na vida pública codoense. Enquanto industriais e empresários, ou seja, enquanto sujeitos constituintes da elite econômica da cidade, o uso do poder econômico como ferramenta de influência e atuação política funcionou não apenas como estratégia de integração social, mas concomitantemente, como uma modalidade profissional que garantiria a perpetuação do *status* conquistado. Em outros termos, o ingresso na vida política asseguraria ao imigrante ou mais propriamente aos seus descendentes a conservação do padrão econômico conquistado nos anos de comércio.

¹⁵² Jornal Correio do Codó, 14 de julho de 1920.

Nesse ponto, cabe aqui ressaltar um fenômeno comum a esse grupo e que também pode ser observado em outras etnias. O imigrante que enriquecia ou que adquirisse melhores condições de existência teve uma forte preocupação em direcionar os filhos para profissões socialmente valorizadas como medicina, direito, engenharias e em menor escala, a carreira política. Se para o imigrante empresário, ter um filho (leia-se homem) doutor consolidava sua inserção na elite aliando o capital econômico ao intelectual; para o imigrante que nunca ultrapassou a condição de pequeno ou médio comerciante era uma estratégia de alcance da tão sonhada ascensão econômica.

Oswaldo Truzzi, ao analisar a inserção árabe em profissões liberais em São Paulo, observa que a atuação nessas áreas foi “trilhada com bastante êxito por significativas parcelas da colônia” e que:

O levantamento dos descendentes de origem estrangeira nas três faculdades de São Paulo, formadoras da elite das profissões liberais (Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica) entre 1880 e 1950 [...] não deixam dúvidas quanto ao notável avanço da etnia na conquista de posições nesse mercado¹⁵³.

O interesse do imigrante em investir na formação superior dos filhos reflete a preocupação em assegurar às futuras gerações posições econômicas confortáveis que, no entanto, não requeassem o enfrentamento das mesmas adversidades encontradas pelos pais. Nesse sentido, Claude Hajjar chama a atenção para a influência de uma mentalidade elitista e arrivista nessa prática:

Para muitos brasileiros e alguns grupos de imigrantes europeus, o comércio e a indústria não eram consideradas ocupações adequadas aos homens de inteligência. A propriedade de latifúndio e as profissões liberais como direito, medicina, jornalismo etc., tinham sido a meta tradicional de suas ambições. Para o brasileiro tradicional e diferenciado, dedicar-se ao comércio e à indústria era vergonhoso e considerado atividade passageira e nunca constante¹⁵⁴.

Se as primeiras décadas de imigração limitaram esse grupo à atuação comercial precedida pelo mascate e em alguns casos sobrepujada pela indústria, com a conquista da estabilidade socioeconômica dos pais, os filhos, gozando da nacionalidade brasileira e com o suporte financeiro dos pais, puderam adentrar novos espaços dentro do mercado de trabalho

¹⁵³ TRUZZI 1997, p. 123.

¹⁵⁴ HAJJAR, 1985, p.151.

explorando novas possibilidades profissionais. Tornar-se doutor indicava a consolidação do projeto migratório.

A entrada na arena política foi mais uma das extensões desse processo. Em Codó, observa-se que os imigrantes em si não chegaram a disputar cargos políticos na cidade. Em um primeiro momento, o grupo atua apenas como correligionários de candidatos que recorriam a esses comerciantes e empresários em busca de apoio político em suas campanhas. Nesse ponto, a fala de Zarife Alvim ajuda a entender a natureza dessas alianças. Narrando como o seu pai, Carlos Jorge Francis, era procurado para fornecer apoio político a candidatos codoenses, a depoente revela que essas alianças eram seladas através de uma troca mútua de influências:

[...] o relacionamento dele era o seguinte, ele não era candidato a nada, mas antigamente as pessoas bem-conceituadas tomavam partido. Aí ele, lá em casa, eu era menina me lembro bem, sempre tinha reunião dos políticos. A sala era muito grande e ficava repleta de pessoas envolvidas com a política. E tinham o meu pai como um líder e eles ouviam muito a opinião do meu pai¹⁵⁵.

A fala de Zarife instiga alguns pontos de reflexão. O primeiro é no uso dos termos “bem-conceituado” e “líder” ambos usados para qualificar o próprio pai e como explicação para o envolvimento político deste. Subentende-se que para Zarife, era o prestígio pessoal do seu pai e não seu poder econômico que o tornavam um aliado político desejável. Se a depoente é consciente dessa relação, ela não a expressa na sua fala.

Percebe-se que a entrevistada prefere ressaltar o quanto seu pai era bem quisto pela classe política da cidade a ponto de, segundo ela, ser tido como um líder entre esse círculo. Em outro momento, a depoente novamente reitera essa concepção com exemplos factuais da influência política de seu pai:

[...] inclusive doutor Anselmo foi prefeito aqui em Codó duas vezes. A primeira vez foi com apoio de meu pai, a segunda também. [...]. Aí, outra coisa também, uma que meu pai (inaudível) foi Antônio Joaquim, que Antônio Joaquim era maçom, doutor Anselmo era maçom [...]. Então meu pai era muito ouvido pelos maçons e pelas pessoas não maçons. Ia muita gente pedir conselho para ele lá em casa está entendendo? Aí ele colocou doutor Anselmo candidato, ganhou mais duas vezes e disse para o Antônio Joaquim “meu irmão”, que eles se tratavam de irmão na maçonaria, “meu irmão você quer ser prefeito de Codó?” Para o Antônio Joaquim, aí foi que abriu essa ideia para o Antônio Joaquim de ser prefeito e tal, você está entendendo?¹⁵⁶

¹⁵⁵ Entrevista com Zarife Buzar Francis Alvim concedida em Codó em maio de 2014.

¹⁵⁶ Idem.

José Anselmo dos Reis Freitas foi prefeito de Codó entre 1956/1958 e entre 1977/1981. Já Antônio Joaquim, ao qual Carlos Jorge sugeriu a candidatura, de fato foi prefeito entre os anos de 1984/1988. Cabe sublinhar dois aspectos interessantes no trecho supracitado. O primeiro, a fala de Zarife parafraseada do pai e direcionada a Antônio Joaquim: “irmão você quer ser prefeito de Codó?” sugere uma forte confiança da parte de Carlos J. Francis na sua capacidade de auxiliar o colega maçom a alcançar o topo da hierarquia política municipal. O segundo ponto de destaque é o fato de partir do árabe a iniciativa em eleger um colega maçom para prefeito, garantindo que o posto fosse ocupado por alguém do seu círculo de relações, afinal, ser aliado do grupo político em vigência é obviamente conveniente para qualquer empresário.

João Buzar Neto, filho de Nagib Buzar, interrogado sobre o envolvimento político do pai, explica que este, apesar de nunca ter concorrido a cargos políticos na cidade, também mantinha ligações estreitas e pode-se até mesmo dizer fieis com figuras políticas locais:

Olha, o meu pai apoiava candidatos, mas ser candidato ele nunca foi. Ele não tinha pretensão nenhuma de ser candidato a nada aqui em Codó em termos políticos. Mas ele acompanhou toda a trajetória da vida dele, ele acompanhou os Archer. Que o Sebastião, o coronel Sebastião Archer da Silva que era do PSD. Então ele apoiou os Archer durante toda a existência dele quando se via em condições de mexer com política¹⁵⁷.

Prestar apoio a um candidato, a despeito do que a simplicidade do termo possa sugerir, consistia em oferecer ao mesmo um conjunto de vantagens no processo ou no exercício político subentendidas dentro de uma relação de reciprocidade. O que pressupõe o estabelecimento de conchavos com figuras ou grupos estratégicos, em especial, a elite econômica.

Na verdade, é através dos filhos e netos que os imigrantes ingressarão de forma direta na política codoense. Na galeria de prefeitos da cidade, distinguem-se quatro de ascendência árabe, respectivamente Elias Araújo (1936-1937), neto do libanês Salomão Elias; Jamil dos Reis D. Murad (1946-1950) filho de Abdon J. Murad; Antônio Edson de Araújo (1969-1970), filho de Salomão Elias e Reinaldo Araújo Zaidan (1981-1983), neto de libanês.

Além da prefeitura, é possível identificar descendentes árabes exercendo outros cargos da hierarquia política não só a nível municipal, mas também estadual. A título de ilustração, faço uso da fala do professor Carlos Gomes que destaca alguns mandatos exercidos por esses sujeitos:

¹⁵⁷ Entrevista com João Buzar Neto concedida em Codó em janeiro de 2014.

[..] teve deles que foram vereador, deputado estadual, federal como o Biló Murad, hoje o Miló Murad. [...] Sebastião Murad foi deputado estadual, Júlio Salem que foi vereador por mais de dois mandados. Quer dizer eles também contribuíram para a política. O Jamil Murad filho de Abdon Murad foi prefeito de Codó [...]. Era prefeito naquela época Jamil Murad em 1946 quando Codó tinha cinquenta anos de emancipação política. [...] então teve um outro filho de Abdon Murad (que) foi eleito vice-governador do Estado que até hoje é vivo no Maranhão, em São Luís¹⁵⁸.

No artigo *Imigração e participação política na Primeira República*, Boris Fausto declara que “a aproximação do mundo da política, por parte do imigrante, está assim associada à sua inserção na sociedade receptora e à mobilidade social ascendente¹⁵⁹”. Para o autor, o envolvimento nessa esfera só foi possível mediante a superação da relação “resistência/aproximação”.

Partindo desse raciocínio, entende-se que o acesso ao campo político resultou de uma prévia e bem-sucedida experiência nos campos econômico e social que por sua vez, desenvolveu-se sob uma lógica de mão dupla: se por um lado uma boa relação com a comunidade era essencial para as atividades comerciais, por outro, o progresso material conquistado facilitava a aceitação social do imigrante.

Como expresso no primeiro capítulo, a experiência sírio-libanesa no Brasil obedeceu a um projeto migratório pautado em ações, práticas, metas e estratégias que visavam objetivos diversos. Houve os que aspiravam a um rápido acúmulo de dinheiro somado ao regresso à terra natal; os que resolveram ficar e edificar um patrimônio que garantisse conforto material; os que trouxeram suas famílias e os que construíram novas a partir do novo país. Todos com objetivo em comum de aprimorar suas condições econômicas.

Para os que decidiram iniciar uma nova vida em meio à sociedade brasileira e superar as dificuldades materiais alcançando o objetivo primordial da imigração, restava ainda o desafio da integração: ser aceito e reconhecido na comunidade. O poder econômico facilitou esse processo e o imigrante rico pôde ser aceito nos mais diversos círculos. Para os não tão ricos, outras estratégias foram empregadas, como as vistas acima.

Há de se ressaltar nesse processo de ascensão/integração a importância das memórias e representações como instrumento de legitimação dessa trajetória. A construção de mitos e de

¹⁵⁸ Entrevista com o professor Carlos Gomes concedida à pesquisadora em Codó em abril de 2014.

¹⁵⁹FAUSTO, Boris. *Imigração e participação política na Primeira República*, 1993, p. 05.

uma autoimagem positiva foi fundamental na experiência migratória. Teve ecos na literatura, na produção acadêmica e reverbera no senso comum e na memória coletiva dos descendentes.

3 “REIS DO COMÉRCIO”? ENTRE MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES.

A comunidade sírio-libanesa estabelecida no Maranhão em fins do século XIX encontrou na experiência de trabalho um mecanismo que não só assegurou sua sobrevivência como também validou sua presença estrangeira na sociedade maranhense. A conquista dos seus próprios espaços dentro dessa economia, principalmente através da atuação comercial, flexibilizou a condição de “outro” do imigrante, levando a um processo de integração social subsidiado pelo poder econômico angariado pelo grupo.

As diretrizes próprias dessa imigração e o patamar socioeconômico alcançado pelo grupo deram a essa imigração um caráter de excepcionalidade que instiga até hoje narrativas que buscam elucidar o fenômeno. Nessa perspectiva, destacam-se algumas produções acadêmicas desenvolvidas principalmente no campo da história.

Na construção dessas produções é observado com frequência o uso, enquanto suporte empírico, de depoimentos de imigrantes bem como de seus descendentes relatando suas próprias visões sobre o fenômeno. Essas narrativas exprimem as representações tecidas pelo grupo a respeito das vivências, práticas e experiências inerentes à imigração. Nesse ponto, a memória surge como ancoradouro para essas narrativas, validando essas representações.

Sandra Pesavento¹⁶⁰ define representações como construtos coletivos que objetivam o estabelecimento de uma determinada visão em torno de algum objeto social e que, segundo a autora, se “inserirem em regimes de verossimilhança e de credibilidade e não de veracidade” o que remete à problemática central dentro da história oral: como a dimensão da subjetividade, inerente à memória, pode invalidá-la enquanto ferramenta empírica. Se para alguns, essa propriedade da memória a inviabiliza enquanto fonte histórica, para outros, ela se torna válida exatamente porque permite o acesso aos “significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual¹⁶¹”.

¹⁶⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Editora Autêntica, 2007.

¹⁶¹ THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 67.

Abordagens como a da História oral que debruça os ouvidos da história aos sujeitos nela atuantes, não só permitem a grupos como os sírio-libaneses relatar sua “construção histórica”, mas também ratificá-la através do historiador. Nesse ponto reside a importância de atentar-se às falas, aos sujeitos que falam e a quem ouve. Sabe-se que o uso da História Oral nem sempre vem acompanhado do crivo da teoria que permite uma instrumentalização reflexiva e crítica da memória. Se o não dito, na forma de silêncios e esquecimentos, demanda atenção; o dito, eivado de representações, ideologias, subjetividades, seletividades e parcialidades transborda ainda mais de complexidades e significações que merecem ser devidamente ponderados quando incorporados a uma construção narrativa.

Partindo dessas concepções, é justamente o processo de construção dos significados que dão sentido às representações¹⁶² que interessa na análise das narrativas dos imigrantes sírio-libaneses e seus descendentes em Codó. Essas narrativas atuam não só como veículo de exteriorização da memória individual e coletiva, mas conservam todo um sistema de significação que atribui logicidade à trajetória desses sujeitos. Entender como esses sentidos são construídos e com que intencionalidades fornece uma compreensão mais profunda desse sistema.

Em seu influente artigo, *Entre memória e História: a problemática dos lugares*¹⁶³, Pierre Nora elabora uma instigante reflexão sobre os conceitos de História e de Memória demonstrando que a despeito do senso comum, os dois domínios guardam entre si mais distâncias que proximidades. Provocador, Nora decreta o fim da história-memória pondo em cheque a validade da mais primordial fonte histórica: “A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir”.

A oposição entre a história e a memória já havia sido discutida três décadas antes pelo sociólogo Maurice Halbwachs para quem a natureza “espontânea” da memória ameaçava a integridade da escrita histórica o que o levava a concluir a fatal irreconciliabilidade entre ambas. Na mesma seara, Michael Pollack faz um convite à evocação dos silêncios e esquecimentos que subjazem afônicos nas camadas mais profundas da memória.

O que essas concepções guardam entre si é uma clara desconfiança na aplicação historiográfica da memória. Sabe-se que a memória não é apenas um fenômeno psíquico, mas

¹⁶² SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade de da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

¹⁶³ NORA, Pierre. *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Proj. História, São Paulo, 1993.

também um fenômeno social e coletivo¹⁶⁴ responsável pela construção de sentidos em sistemas de organização social e por isso essencial no estudo da experiência do homem no tempo.

Nesta etapa da pesquisa ela interessa enquanto elemento formador das identidades de grupo. No caso aqui em estudo, da comunidade árabe no Maranhão. Essa função realça como a memória é um sistema que está em constante processo de mudança e adaptação e possui seus próprios mecanismos de defesa:

É preciso destacar ainda que a memória exerce um poder incomensurável na construção de uma identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem. A força dessa memória aglutinadora é realimentada, reforçada, reinventada constantemente, principalmente em situações em que uma reflexão externa tenta solapar ou minar os elementos que unem o grupo e lhe conferem um sentido particular¹⁶⁵.

A organização das memórias, sejam individuais ou grupais, passa por um complexo processo de seleção, fixação, exclusão e esquecimento que formam e atribuem sentidos às experiências vividas e, por conseguinte, às narrativas. Frente ao esclarecimento das formas de organização socioeconômica da comunidade árabe em Codó, é oportuno entender como essa trajetória foi/é percebida, assimilada e transmitida pelo grupo, e como as categorias de memória, identidade e representação se articulam no interior dessas narrativas.

A narrativa, por seu turno, se caracteriza pela presença de três elementos fundamentais: personagem, espaço e tempo. É a expressão de ações e acontecimentos ocorridos em um recorte espaço/temporal delimitado tendo como agente passivo ou ativo, um sujeito. Esta estrutura discursiva é permeada de subjetividades, intencionalidades, concepções que dentro da sua expressão historiográfica desencadeou uma ruptura de paradigma levando à sua substituição pela história-problema.

Como observou Paul Ricoeur: “antes de se tornar objeto do conhecimento histórico, o acontecimento é objeto da narrativa”¹⁶⁶, sendo a princípio, livre de prerrogativas epistemológicas. Enquanto narrativas, as formas discursivas não são arbitrarias, ao contrário, estão submetidas continuamente a processos mnemônicos como fixar, esquecer, recalcar, transformar, lembrar que são elaborados em relação a um referente.

¹⁶⁴ HALBWACHS, 1990.

¹⁶⁵ MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.25.

¹⁶⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 251.

Conclui-se, frente a essa reflexão, que a narrativa é anterior ao conhecimento histórico, e pode-se dizer que ela é até mesmo independente deste. Prova disso é que diante das análises e conclusões trabalhadas nessa pesquisa ou em qualquer outro estudo que se dedique ao mesmo tema, as narrativas dos depoentes aqui citados continuarão as mesmas. Não que a memória não se modifique ou sofra influências externas, mas neste caso em estudo, trata-se de uma memória na qual se assenta a identidade de um grupo que determina o seu lugar social e seu lugar histórico. Alterá-la seria deslocar-se no campo das significações. Não à toa, Pollack ressalta o quanto que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais¹⁶⁷”.

Sobre o poder da narração, o historiador Edgar Salvadori de Decca¹⁶⁸ declara que: “Aquele que tem o domínio da narração, aquele que é capaz de narrar o que aconteceu é capaz de fazer a história”. Este ponto é nodal em relação aos testemunhos: ao narrar acontecimentos, se estabelece uma versão do passado que pode ou não ser ratificada pelo historiador. No entanto, a testemunha ao transmitir essa versão, não está interessada apenas na validação da sua fala pelo historiador e sim, na sua transmissão. Para ela, não há dúvidas de que o seu testemunho esteja correto, afinal, como uma memória poderia estar errada?

Ao transpor o cerne dessa discussão para as demarcações estabelecidas nesta pesquisa, nota-se através de algumas dessas narrativas a presença de elementos demarcadores que se tornam tão reveladores e significativos quanto os fatos relatados.

A rememoração dessas etapas, por exemplo, exige um esforço, às vezes não vencido, contra o esquecimento. A chegada, por exemplo, é marcada por um tom titubeante, datas inseguras e em alguns casos, pausas para pequenas somas ou subtrações:

“Meu pai veio mais ou menos na época de 1917,18 por aí...”¹⁶⁹.

“Ele veio a Codó... quando e porque né? Quando, ele tinha mais ou menos 16 anos, era em 1927 por aí...”¹⁷⁰.

“Olha ele veio para cá por volta de 1920 e por aí assim”¹⁷¹.

“Eu não sei perfeitamente, mas eu acredito que foi lá para 38 mais ou menos que ele chegou aqui...35 mais ou menos, é uma base que eu tenho dele ter chegado aqui”¹⁷².

¹⁶⁷ POLLAK, 1992, p.205.

¹⁶⁸ DECA, Salvadori de. História, acontecimento e narrativa. In: Francisco Alcides do Nascimento. (Org.). *História, Cidade e Memória*. Teresina: EDUFPI, 2003.

¹⁶⁹ BUZAR NETO, 2014.

¹⁷⁰ ALVIM, 2014.

¹⁷¹ ASSEN, 2014.

¹⁷² ZAIDAN, Getúlio. Entrevista concedida a Francês de Francis Silva Salazar. Codó, 09 dez. 2017.

É interessante notar que todos os fragmentos são de filhos de imigrantes. A imprecisão em relação a datas não é demérita aos mesmos, mas indica as fragilidades de se narrar o que não se viveu. Para reforçar essa lógica, observa-se em comparação, como o imigrante libanês Abdon José Salem descreve em entrevista a Magda França a viagem do Líbano ao Maranhão com destino a Codó:

Quatorze de setembro de mil novecentos e trinta e seis, saí às oito horas da noite do porto de Beirute, vim de navio. Agora, a chegada no Recife em seis de outubro de mil novecentos e trinta e seis (...) desci em Recife, e do Recife vim para o Maranhão, de navio¹⁷³.

Existe a possibilidade de o imigrante ter tido em mãos no momento da entrevista um passaporte ou outro documento que lhe fornecesse essas informações. A precisão dos dados é ressaltada pelo tom conciso apresentado pelo depoente. Se, do contrário, dia, mês, ano e hora forem resultado de rememoração, a cristalização do evento por si já indica a sua importância para a congruência dessa experiência.

As cristalizações, no entanto, não são exclusivas das memórias individuais. Na verdade, a retenção e o compartilhamento de elementos que são privilegiados pela reminiscência e que se mantêm resistentes às intermitências das memórias individuais configuram a memória coletiva. A memória coletiva é remissiva à interpretação que esses indivíduos apresentam ao fenômeno da imigração sírio-libanesa em Codó. Como Halbwachs as define:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade¹⁷⁴.

No processo de coleta das entrevistas, mais de um depoente justificou o desconhecimento de um aspecto significativo da vida paterna pela pouca abertura concedida no relacionamento familiar. Frases como “naquele tempo, os pais não conversavam com os filhos”,

¹⁷³ FRANÇA, 1990, p. 23.

¹⁷⁴ HALBWACHS, 1990, p. 22.

“não se falava de negócios ou certos assuntos em casa” foram proferidas mais de uma vez como explicação para a ausência de uma memória.

O desconhecimento de certos eventos ou aspectos cruciais na trajetória do imigrante, contudo, não impediu a construção de uma representação desse imigrante, da sua experiência e principalmente, do reconhecimento do valor dessa experiência. Um exemplo claro, é o fato dos imigrantes sírio-libaneses que atuaram no comércio codoense na primeira metade do século XX serem tachados de “reis do comércio”.

Dessa forma, ainda que se ignore datas, sujeitos, locais e os processos que integram a totalidade dessa trajetória, preservam-se discursos e posicionamentos que a reforçam positivamente garantindo a manutenção da identidade do grupo e a perpetuação do seu lugar social, seja nas narrativas históricas oficiais, nos lugares de memória (Institutos históricos, museus), nos espaços físicos (praças, escolas) que em seu conjunto constituem a memória da cidade. Nesse ponto, a memória extrapola as balizas do grupo (de uma célula social) e passa a compor a identidade da cidade. Um rápido olhar para as narrativas “oficiais” comprova o fenômeno:

“Três elementos distintos imprimiram os seus caracteres étnicos na formação da sociedade codoense: o índio, a raça negra e a raça branca, representada pelo colonizador português e pelos sírios”¹⁷⁵;

“Em 1780 começaram as explorações das matas, com a chegada dos africanos, trazidos em barcos pelo rio. Em 1785 chegaram os portugueses e em 1887 chegaram também os sírios”¹⁷⁶.

Narrativas como essas legitimadas pelo lugar social da qual emanam, a academia, validam as narrativas orais da comunidade sírio-libanesa incorporando-as à memória da cidade e ratificando-as através da produção do saber histórico. Saber esse que assim como o espaço onde é produzido está sujeito a relações de poder.

Se na concepção de Nora, a história é a “deslegitimação do passado vivido”, aqui vemos justamente o contrário, a legitimação do que se acredita ter sido vivido. O fato dessas representações serem reproduzidas e reforçadas por produções de cunho acadêmico, literário ou científico torna-as importantes instrumentos para a perpetuação das representações que enquadram e racionalizam a imigração árabe tanto no viés acadêmico quanto do senso comum.

¹⁷⁵ MACHADO, 1999, p. 50.

¹⁷⁶ CARDOSO, 2001, p. 167.

3.1 “Turco”, “carcamano” ou “bem de vida”?

A terminologia do verbo representar denota em sua construção a ideia de algo que é apresentado de novo, que é revisto, reexaminado ou posto sobre nova aparência. Para os artífices da história o termo soa ainda mais familiar caracterizando o próprio *métier* do historiador, condenado a tecer significações sobre o passado sem jamais poder pleitear sua verdade.

A verdade, o real, o ocorrido, termos capciosos há muito abolidos da escrita da história dão lugar ao entendimento do mundo como representação. Todo olhar, pensamento, explicação ou discurso sobre o meio que visa expressar uma visão, um sentido, uma leitura da realidade na verdade é uma representação do seu objeto.

Nos domínios acadêmicos prevalece essa interpretação e no âmbito do senso comum não é diferente. Na verdade, é nesse domínio que esse fenômeno se manifesta de forma mais imperativa, ainda que inconsciente, produzindo constructos que dão sentido e organização à sociedade.

No entendimento sobre como são construídas essas representações cabe também entender o papel das identidades nesse processo, tendo em vista que é em relação a um grupo em particular que é desenvolvida essa análise. Kathryn Woodward¹⁷⁷ argumenta que “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Para isso, é necessário que antes, a identidade surja como baliza entre o “eu” e o “outro” demarcando esses espaços de fala.

Sendo a identidade uma forma de distinção, de singularização de um indivíduo sobre outro ou de um grupo sobre outro cabe a ela criar mecanismos que legitimem e assegurem essas delimitações na forma de simbologias, significações e discursos que compõem as representações dessa identidade. Corroborando esse pensamento, Sandra Pesavento argumenta que:

Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor à sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais¹⁷⁸.

¹⁷⁷ WOODWARD, 2000.

¹⁷⁸ PESAVENTO, 2007, p. 21-22.

Nesse processo de construção e difusão de leituras do mundo a essa pesquisa interessam as que retratam a trajetória sírio-libanesa no Maranhão. Em particular, as formas de ver e de ser visto do grupo. Para isso, faz-se uso tanto de memórias quanto de produções escritas que versem sobre o tema. É importante atentar que essas representações são condicionadas pela mobilidade socioeconômica do grupo variando de acordo com o lugar social ocupado por esses sujeitos. Como explica Pesavento, o poder de significar provém de um poder simbólico que no caso sírio-libanês está diretamente relacionado ao poder financeiro do grupo.

Dentro da experiência migratória sírio-libanesa destacam-se três arquétipos de imigrante que representam ao mesmo tempo as diferentes fases da imigração. Nessa pesquisa optou-se pelas designações de “turco”, “carcamano” e “bem de vida” para ilustrar como essas etapas eram interpretados pelos agentes e observadores da imigração.

O “turco”, primeiro papel assumido pelo imigrante ao desembarcar no país estrangeiro, carrega em seu signo a generalização que é marca do desconhecido. A designação de turco anulava as particularidades étnicas do grupo ao mesmo tempo que incorria no erro de nomear esses sujeitos pela nacionalidade de seus opressores.

Tempo depois, o turco que classificava esse imigrante nos registros de portos e consulados foi popularizado através do “turco da prestação” que por sua vez, refletia a atividade na qual esses sujeitos empreenderam os seus primeiros esforços no país. O exercício do mascate possibilitou um contato próximo à população brasileira estimulando a formação de olhares sobre o imigrante. A dura rotina de trabalho, os itinerários variados e incertos, a presença massiva em quase todo território nacional fomentou o que André Gattaz chama de “mito do mascate”:

Formou-se assim um mito abraçado pelos intelectuais da colônia – poetas, jornalistas e escritores que trataram de dar um corpo “teórico” à imigração levantina, especialmente a libanesa. Estes escritores destacavam a coragem, a perseverança, a frugalidade e a honestidade dos mascates pioneiros, e sua dedicação ao trabalho, à família e à religião (cristã e islâmica)¹⁷⁹.

Se entre os patrícios a imagem do imigrante possuía contornos bem delimitados e positivos conjugadas na figura do mascate, na perspectiva dos brasileiros ela assumia feições bastante díspares oscilando entre estereótipos positivos e negativos. O mesmo autor reconhece

¹⁷⁹ GATTAZ, 2005, p.104.

que “em geral, a apreciação do imigrante árabe, até os anos 30, foi mais negativa que positiva¹⁸⁰”.

A difusão do mito do mascate nos moldes supracitados foi bem-sucedida na medida que chegou a exceder os limites da comunidade, sendo até mesmo reproduzida por escritores nacionais. No Maranhão tem-se como exemplo Jerônimo de Viveiros. O trecho abaixo, de autoria do autor, revela a reprodução de certas representações do imigrante:

A tudo preferem o mascatear, mesmo com poucos cruzeiros de capital, emprestados por um patrício. E lá se iam e se vão ainda, por estes rincões afora, expostos ao sol e à chuva, sem refeições e sem dormida certa, tolerados por uns e motejados por outros, com as mercadorias às costas em pesadas malas de couro, indiferentes a tudo, só entregues ao seu mascatear. Nessa árdua profissão de teque-teque o libanês e o sírio sentem-se felizes, porque é a liberdade numa aventura¹⁸¹.

Como pode ser observado, é nas primeiras décadas do século XX que a imagem do imigrante aventureiro passa a ser difundida. A autonomia que o mascate propiciava ao imigrante revestia a labuta desses sujeitos de tons épicos. O estereótipo do imigrante aventureiro, destemido, trabalhador vai unir-se ao de negociante inveterado formando uma das imagens mais populares do imigrante. Cabe notar que ainda que autor renda elogios ao imigrante, ele deixa claro as ambiguidades que estes sujeitos inspiravam: “tolerados por uns, motejados por outros”.

A monografia de Magda França, um trabalho basilar para a compreensão da colônia libanesa no Maranhão, também exemplifica o êxito da difusão do mito do mascate dentro dos espaços de intelectualidade. Ao justificar a emigração libanesa no Maranhão, a autora reproduz algumas dessas concepções ao fazer uso do seguinte argumento: “Dessa forma, o espírito aventureiro e a ambição *naturais*¹⁸² aliaram-se às divergências nos campos políticos e religiosos acabando por estimular o movimento emigratório¹⁸³.”

Aspectos como o “espírito aventureiro” e a “ambição” são interpretados pela autora como características inatas aos libaneses, refletindo uma interpretação determinista da imigração que minimiza as estruturas socioeconômicas que os geraram. Dessa forma, os seus agentes são percebidos como dotados de qualidades naturais responsáveis por definir a trajetória percorrida pelo grupo.

¹⁸⁰ Idem, p. 103.

¹⁸¹ VIVEIROS, 1964, p.152.

¹⁸² Grifo meu.

¹⁸³ FRANÇA, 1990, p. 15, grifo meu.

A força da representação se dá, nas palavras de Pesavento, pela “sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social”. A propagação desses mitos por autores que gozam de autoridade em seus campos demonstra a sua capacidade coesiva e legitimadora ao mesmo tempo que constroem o que posteriormente será entendido como a identidade do grupo levando a uma naturalização dessas percepções.

No tratamento das identidades e representações dos imigrantes árabes no Brasil é mister ter-se em mente que esses conceitos fluem no tempo e espaço estando sujeitos a alterações, reinvenções e supressões. Algumas são abraçadas e outras rechaçadas seja população ou pela comunidade árabe. A flexibilidade desse fenômeno é igualmente discutida por Hajjar que vê nessas oscilações representativas um obstáculo para a consolidação de uma identidade unificada para a comunidade:

Este preconceito é detectado até hoje quando ouvimos de brasileiros que o árabe, quando chega ao Brasil, é turco; ao comprar uma loja, é sírio; ao ficar rico, é libanês e quando se considerar intelectual, é árabe. [...] A dificuldade em manter a identidade e apego às tradições está enraizada na confusão a nível de identidade nacional e, enquanto não se buscar esta identidade, continua-se a trocar a denominação [...] ¹⁸⁴.

Para a autora de origem libanesa, as variações sofridas na imagem do imigrante estão ligadas à sua mobilidade social. Ao se deslocar na estrutura socioeconômica, o imigrante também se desajusta à imagem imposta ou adotada e acaba se enquadrando em outra. A definição de uma identidade foi um dos grandes desafios enfrentados pelos povos árabes no processo migratório já que a ausência dessa definição implicava na definição por parte do “outro”:

É aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, nesse caso, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”¹⁸⁵.

Hajjar, contudo, incorre no erro de enxergar a identidade como um fenômeno estático, homogêneo e unilateral ignorando que a identidade se constrói principalmente em relação ao “outro”. A atribuição de valores e classificações não parte apenas do grupo ao qual é atribuído esses conceitos, mas também dos sujeitos externos a ele.

¹⁸⁴ HAJJAR, 1985, 38-39.

¹⁸⁵ SILVA, 2000, p. 91.

Partindo dessa perspectiva, Marcelo Vieira Magalhães na sua dissertação de mestrado *Sírios e libaneses no Maranhão: entre táticas e representações*, observa através do uso de jornais, escritos e registros policiais uma clara mudança na percepção maranhense em relação ao elemento árabe:

Analisando esse pequeno número de inscritos, percebe-se uma mudança radical no tratamento dado aos sírio-libaneses. Se no final do século XIX e início do século XX esses imigrantes eram vistos com desconfiança, como já tratei no capítulo anterior, e taxados de ladrões, sonegadores de impostos, parasitas e ludibriadores, por volta da segunda metade da década de 1910, nota-se uma mudança no tom, em que os sírios e libaneses passam a ter outro tratamento nos jornais, ganhando destaque nos pequenos eventos nos quais são protagonistas¹⁸⁶.

Interessante notar que diferentemente da imagem do mito do mascate propagada pela comunidade árabe, nos anos finais do século XIX, a visão do imigrante na sociedade maranhense era bastante negativa como pode ser constatado pelo trecho supracitado. Essa visão acirrada principalmente por rivalidades comerciais entre estrangeiros e nativos nas praças comerciais do estado contribuirá para a fomentação de uma representação negativa do imigrante condensada aqui na figura do “carcamano”.

Em sua origem, o termo era utilizado pejorativamente para desqualificar comerciantes italianos que faziam uso do “calca la mano”, o ato de pesar a mão na balança para onerar o peso das mercadorias. No Maranhão, assim como em outras partes do Nordeste, o termo é ainda hoje utilizado em referência aos comerciantes árabes, ainda que nem sempre com um viés pejorativo. Não obstante, devido ao seu sentido original, ele será empregado nessa pesquisa para sintetizar as construções negativas em torno do sírio-libanês.

Para além do mascate aventureiro e trabalhador, o imigrante sírio-libanês que ingressava na mercancia esteve sujeito de forma semelhante a construções menos lisonjeiras que em sua maioria refletia o preconceito e o incômodo dos nativos com a presença do grupo. Se a denominação “turco” marca uma generalização decorrente do estranhamento, o uso do carcamano já reflete uma construção de sentido apoiada em um juízo de valor em relação ao árabe. Sua compreensão torna-se mais inteligível se associada à figura do comerciante, assim como o turco foi associado ao mascate.

As depreciações ligadas à imagem do carcamano estão relacionadas principalmente à sua atuação profissional. Como a origem do termo expressa, a denominação está ligada à

¹⁸⁶ MAGALHÃES, 2009, p. 85.

prática comercial desonesta, da qual os comerciantes árabes eram eventualmente acusados. Marcelo V. Magalhães analisando esse fenômeno em São Luís observa a existência de uma campanha nos jornais do período contra a presença árabe no comércio local:

Outro aspecto que pode ser considerado é o preconceito com o comerciante sírio, libanês, taxado de ladrão, por sonegador de impostos e ludibriar seus clientes. Essas características atribuídas por parte da sociedade marcaram negativamente a profissão de comerciante para sírios e libaneses¹⁸⁷.

Em Codó, os colaboradores da pesquisa, em entrevista, negaram que a comunidade árabe tenha sido alvo de qualquer forma de preconceito. Nos jornais também não foram encontrados nenhum conteúdo que remetesse a esse tipo de incidente. O que em si não descarta a existência de manifestações de despreço ao elemento árabe na cidade. Como defende Magalhães, negar a ocorrência de inimizades reforçava a ideia difundida pela comunidade de convivência harmoniosa na qual sírios e libaneses sempre foram aceitos e bem tratados pela sociedade local.

No entanto, em um cenário onde um grupo de estrangeiros conseguem alcançar posições de prestígio e em alguns casos até dominar uma esfera econômica como no caso da rua 25 de março¹⁸⁸ em São Paulo ou em Codó, conforme o título de reis do comércio faz sugerir, não seria incomum que nesse meio em si bastante competitivo surgissem rivalidades onde o caráter exógeno dos imigrantes fosse usado como alvo de depreciação.

O imigrante torna-se, então, suspeito simplesmente por ser estrangeiro e se logra êxito profissional é visto com desconfiança e acusado de fazer uso de expedientes escusos como o “calca la mano”. Outras acusações sobre esses sujeitos recaem sobre sua língua, seus maneirismos, seus hábitos, sua religião (em sua maioria eram cristãos ortodoxos, com a ocorrência também de mulçumanos) etc.

É apenas na primeira metade do século XX que começam a ser tecidas interpretações positivas no olhar sobre o imigrante. Essa mudança é justificada pelo acesso desses sujeitos a melhores condições materiais de existência bem como pela sua paulatina inserção na sociedade maranhense. Com o enriquecimento, conquista-se também o respeito e até mesmo o apreço da população.

Em Codó, na primeira metade do século XX, o jornal *Correio do Codó* imprime nas suas páginas, pequenas notas sobre o cotidiano da comunidade sírio-libanesa através do registro

¹⁸⁷ Idem, p.54.

¹⁸⁸ Segundo Knowlton citado por Truzzi, em 1910, os sírio-libaneses exerciam praticamente um monopólio do comércio atacadista, de armarinho e confecções na região da 25 de março.

de nascimentos, casamentos, mortes, viagens, etc. Por meio dessas notas é possível visualizar como nos trechos, a percepção que o imigrante instigava da comunidade codoense:

“Fez anos, também, ontem, a gentil senhorita Maud Saads, digna filha do Sr. Pedro Saads, negociante desta praça aos quais felicitamos pela passagem desta feliz data”¹⁸⁹.

“Na noite de 11 deste mês, regressou de sua excursão comercial, às capitais deste estado e do Pará, o honrado comerciante desta praça e nosso amigo Naja José Milet a quem apresentamos cordeais saudações de boas-vindas”¹⁹⁰.

Notas como essas integravam as chamadas “Colunas sociais” focadas em trivialidades normalmente direcionadas à elite da cidade. A presença dos imigrantes nessas colunas indica um certo grau de inserção social desses sujeitos já na década de 20:

“Teve lugar no dia 8 do corrente mês, na Igreja Matrix desta cidade, pelas " 07 horas, a missa de réquiem, que a colônia síria aqui residente, mandou celebrar em sufrágio da alma do saudoso coronel Manoel Ferreira Bayma. Após a missa, a colônia síria dirigiu-se ao "Campo Santo", depositando nu tumulo do ilustre morto, uma rica coroa mortuária, na qual lia-se; "Ao Maneco Bayma, lembrança da colônia Síria”¹⁹¹.

Alguns detalhes sobre esse fragmento são dignos de consideração. O homenageado em questão, Manoel Ferreira Bayma foi uma importante figura política de Codó. O título de “coronel” indicia o tipo de influência que o político exercia na cidade. Não é possível saber que relações a chamada “colônia síria” possuía com o dito coronel, no entanto, a frase escolhida para estampar a coroa mortuária, “Ao *Maneco Bayma*, lembrança da colônia síria” sugere proximidade entre as partes.

O gesto de rezar uma missa é uma demonstração pública de respeito e reverência ao falecido. A divulgação da homenagem por meio do jornal é fato sugestivo indicando a preocupação do grupo com a veiculação da notícia. Outro ponto que merece destaque é a auto intitulação dos imigrantes enquanto “colônia síria” demonstrando a existência de um sentimento de unidade entre os imigrantes.

Outra demonstração de apreço dirigida aos árabes provém do historiador João Batista Machado. Em sua obra, o autor traça, em tom epopeico, um pequeno retrato da chegada sírio-libanesa à cidade:

¹⁸⁹ Correio do Codó, 2 de junho de 1920, p.04.

¹⁹⁰ Correio do Codó, 16 de junho de 1920, p. 04

¹⁹¹ Correio do Codó, 12 de fevereiro de 1919, p. 01.

Vieram de longe, atravessaram mares e o oceano atlântico. Eram homens livres. Não cruzaram os mares em navios tumbeiros. O comércio e a indústria os atraíam. Próximos dos fenícios herdaram suas qualidades de um bom negociante, de diálogo fácil, da palavra solta, comedidos nas ações, nas tomadas de posições, persuasivos. Descobriram o caminho do Codó, a esteira do rio Itapecuru em 1887. Subiram-na. Puseram os pés na nova terra. Plantaram-se. Casaram-se com as nativas. Produziram suas famílias. Tornaram-se brasileiros. Dedicaram-se ao comércio e a indústria. Organizaram-se em sociedades com parentes e filhos. Abriram as chamadas lojas, as primeiras da vila. Vendiam sedas e chitas, lamês, cravos, canelas, sal, açúcar e outros comestíveis. Cresceram em Codó. Cresceram também os laços de amizade e afinidades com os nacionais. Tornaram-se nossos amigos, irmanaram-se conosco. Rendamos homenagens aos sírios que, de certa forma, contribuíram para o desenvolvimento da nossa cidade com a sua cultura¹⁹².

A trajetória descrita pelo escritor codoense é a do triunfo. Deixa-se subentendido o êxito do grupo em todas as etapas do processo: da chegada à ascensão econômica, culminando na completa integração social do imigrante. Na perspectiva do autor, a imigração árabe foi tão bem-sucedida, ou seja, o imigrante sírio-libanês foi tão exímio na execução do projeto migratório que a este caberia até mesmo ser intitulado brasileiro.

Na construção dessa visão, Machado faz uso de alguns elementos para enaltecer essa trajetória. Logo nos primeiros períodos do texto, há uma referência ao espírito aventureiro ao se destacar a longa distância percorrida pelo grupo. O caráter espontâneo e empreendedor se faz perceber pela comparação a outro grupo estrangeiro, os africanos. Diferente destes, os árabes “eram homens livres”. Não vieram trabalhar em plantações de terceiros, ao contrário era o comércio e a indústria que os atraía. Em outras palavras, para Machado, o árabe não veio construir riquezas para os outros e sim, para si próprio.

É interessante pontuar que a despeito do panegírico construído pelo autor, uma parte considerável desses imigrantes emigravam fugindo da opressão turco-otomana, bem como de guerras e perseguições religiosas. Todos esses fatores impulsionaram o deslocamento para o outro lado do Atlântico e a busca por melhores condições de existência. Soma-se a isso o fato dos primeiros anos da imigração serem marcados por trabalhos onerosos, muitas vezes submetidos a exploração, fracasso e volta à terra natal.

Na última parte do trecho citado é destacado o êxito econômico da imigração e a sua contribuição ao desenvolvimento local. Para tanto, o autor recorre a uma suposta origem fenícia,

¹⁹² MACHADO, 1999, p.60

que já foi defendido por outros autores, na tentativa de explicar e naturalizar os dotes comerciais do grupo. Oswaldo Truzzi assim como outros autores, rejeita a ligação entre sírios e libaneses e os célebres mercadores de Cartago, enquadrando essa teoria como mais um dos mitos que cercam essa imigração.

A forma como a historiografia codoense na figura de João Machado interpreta a imigração árabe remete a um outro estereótipo largamente difundido: o do árabe bem-sucedido. O estereótipo do árabe “bem de vida” ou bem-sucedido não se contrapõe ao “turco” e ao “carcamano”, na verdade, ele complementa as duas representações. Na acepção dessa representação, após anos de trabalho e restrições, o imigrante finalmente atinge o patamar econômico desejado e como todo árabe é um trabalhador incansável todos atingem ou são capazes de atingir o sucesso. Essa é base lógica do mito. O árabe “bem de vida” é a consumação dos esforços engendrados pelo mascate e comerciante. É a arrematação do esforço individual, do trabalho duro, do empreendedorismo e da frugalidade que se instituíram como marcas dessa imigração.

A primeira geração que alçou à categoria de comerciantes e industriais estabeleceu as bases para uma segunda geração composta por médicos e advogados. Em algumas décadas, o imigrante árabe passou da imagem do “turco” à de “doutor”. Essa rápida mobilidade ajudou a fomentar a ideia de que os membros desse grupo tendiam a ser prósperos.

Oswaldo Truzzi explica a positivação da imagem do imigrante como fruto de um processo de (re)construção da identidade do grupo. A heterogeneidade da colônia árabe encontrou na figura do mascate um elemento unificador. O mascate surge como a figura mítica, pioneira responsável por lançar as bases para edificação da imigração. Nas palavras de Truzzi: “É exatamente nesse sentido que o mascate encarnou uma espécie de mito fundador da colônia. [...] de fato, a figura do mascate constituiu a única base possível de identidade coletiva de uma colônia fragmentada entre diferentes religiões e regiões de origem”¹⁹³.

Essa visão abraçada e difundida pela colônia justificará posteriormente o êxito dos seus integrantes. O depoimento abaixo segue exatamente essa lógica:

Realmente eles eram os donos aqui da cidade porque a raça árabe como é chamada, é uma raça muito trabalhadora. Eles não deixam para depois o que tem que fazer agora, eles fazem logo. Então realmente os árabes

¹⁹³ TRUZZI, 1997, p. 76.

revolucionaram o comércio aqui de Codó e de outras cidades vizinhas aqui do nosso querido Maranhão¹⁹⁴.

É notável o fato desse mito conservar uma lógica inatista: os árabes são naturalmente uma *raça* trabalhadora. Seus dotes, especialmente comerciais, são vistos como inerentes à etnia. O que explica, por exemplo, a existência de mitos como o da ascendência fenícia que buscam justificar, através de uma naturalização, a ascensão do grupo.

Com base nessa concepção, o árabe enriqueceu porque a mercancia está no sangue, porque é aventureiro, diligente, trabalhador, sabe fazer dinheiro, é avaro, desonesto, frugal etc. A soma dessas significações consubstanciadas à ascensão de membros do grupo fomentou a figura do “árabe bem de vida”. Para exemplificar essa visão, toma-se como análise um trecho do depoimento de Zarife Alvim descrevendo o processo de ascensão paterna:

Aí graças a Deus com tanto esforço com tanto trabalho ele morreu já de idade sem dever nada a ninguém, por que ele não devia nada a ninguém. Deixou muita coisa e para ter tudo isso ele trabalhou muito. E para ter tudo isso ele trabalhou muito para ter. Não é como hoje em dia que a pessoa dorme com uma bicicleta e quando no dia seguinte está com um carro novo. Não foi essa riqueza não, foi riqueza trabalhando duro. Pois é, aí ele morreu deixou coisas tudinho¹⁹⁵.

Narrando as aquisições materiais do pai, a depoente concede uma ênfase especial ao esforço individual, ao trabalho duro e à honestidade como atributos não só indissociáveis como determinantes desse processo. Dessa maneira, a “boa vida” do imigrante é legitimada pelo mérito e enaltecida pelo êxito.

É importante ressaltar que não é negado aqui a validade de trajetórias como a descrita acima. O sucesso obtido por integrantes da comunidade sírio-libanesa em Codó, no Maranhão e no Brasil de uma forma geral é indubitável. O exercício desenvolvido nesta pesquisa é o de questionamento da construção, difusão e perpetuação seja nas memórias, no senso comum, na literatura e na historiografia da existência de determinadas representações que lançam interpretações acerca do imigrante e do seu processo migratório. Porém, quando se trata de imigração árabe, são falas como as de Zarife que normalmente são empregadas nos estudos e discussões sobre essa trajetória e são elas que constroem e reforçam visões cristalizadas e entendimentos por vezes parciais sobre o fenômeno.

¹⁹⁴ BUZAR NETO, 2014.

¹⁹⁵ ALVIM, 2014.

Isso fica mais claro quando se percebe a quase ausência de narrativas sobre os imigrantes que não seguiram o percurso da ascensão econômica. Praticamente não há relatos de imigrantes que continuaram pobres ou se mantiveram na condição de pequeno comerciante ou que nem mesmo tenham conseguido se dedicar ou manter-se nessa atividade.

Apesar da existência desses sujeitos ser um fato lógico, afinal é impossível que todos tenham adquirido êxito no empreendimento migratório, na prática ninguém menciona os que se mantiveram distante do arquétipo do árabe bem-sucedido. Fala-se sempre daquele que enriqueceu, mas não se cita o primo ou irmão que teve que voltar para casa.

O que se percebe através das memórias é que essa ausência se processou tanto pelo silenciamento quanto pela negação: “Os que ficaram pobres aqui, que eu me lembro, foram embora, a colônia se juntava e mandava embora daqui, mandava famílias inteiras embora”¹⁹⁶. O depoimento concedido a Magda França exemplifica o fenômeno e reforça a ideia de ausência desses sujeitos. O que é mais significativo é que a própria autora parece concordar com a afirmação: “Se há casos de pobreza, elas são raríssimas e não foram mencionados”.

Em outro trecho, a pesquisadora é ainda mais categórica na negação das experiências malsucedidas: “A ascensão socioeconômica do libanês é incontestável. Se nem todos alcançaram posições privilegiadas como os exemplos acima citados, o restante pode ser considerado como classe média, o que significa uma vitória em uma sociedade tão desigual como a brasileira”.¹⁹⁷ Na perspectiva da autora, se o árabe não enriqueceu, no mínimo ele conquistou uma posição econômica confortável superior à sua condição anterior. Dessa forma, mesmo não enriquecendo, o imigrante ainda é um vencedor.

Novamente, chama-se a atenção para o papel de produções acadêmicas na ratificação dessas representações. Em nenhum momento em sua monografia, a autora questiona a validade da ausência de “perdedores”, ao contrário, faz coro aos depoimentos de membros da colônia que negam a possibilidade do fracasso. Se quem ficou pobre foi mandado embora, como afirmou o entrevistado de França, todos que ficaram foram bem-sucedidos. Declarações como essa ganham um peso forte quando partem de produções elaboradas dentro de espaços de saber e poder como a academia, dando autoridade intelectual a representações que deveriam ser abordadas sob o olhar crítico do historiador.

¹⁹⁶ FRANÇA, 1990, p. 36

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*.

Nessa lógica, indo na contramão de França, Marcelo Magalhães interpreta o mito do árabe bem de vida como uma forma de manutenção de uma representação positiva da colônia:

Ora, afirmar a existência de pobres significaria desconstruir uma representação positiva da imigração elaborada e difundida pelo grupo. Quando é admitida a sua existência, a justificativa está pronta: seriam vagabundos, beberrões, jogadores inveterados ou aqueles que preferiam se divertir com mulheres a trabalhar, como afirma o entrevistado Cabreira (2001). Percebe-se que são colocados de lados opostos e devidamente justificados os bem-sucedidos e os que não deram certo. O trabalho ou a sua ausência aparece como motor do sucesso ou do fracasso, ou seja, quem trabalha se dá bem, quem não trabalha se dá mal, o que acaba reforçando o mito do libanês bem-sucedido, trabalhador¹⁹⁸.

Sob esse viés fica mais fácil entender como a construção de representações positivas de si pela comunidade árabe foi essencial para efetivação do projeto migratório. O acesso aos espaços que possibilitariam a atuação econômica desses agentes dependia da sua aceitação social e a sua aceitação social dependia do sucesso econômico.

Olhando em retrocesso a trajetória do grupo foi apontado que o perfil do imigrante desejado pelo governo brasileiro e pelas elites para introduzir o elemento civilizador no país na segunda metade do século XIX não foi do sírio-libanês. O árabe, não correspondendo a esse modelo, não obteve subvenções à sua imigração indo na contramão de outras nacionalidades.

Outro ponto a se sublinhar é o fato dos imigrantes subvencionados terem sua presença justificada no país pelos papéis que eles viriam a exercer no desenvolvimento da nação: no campo econômico como trabalhadores e colonos, no social e cultural como “civilizadores”. A junção desses componentes tornava a presença de grupos como alemães, espanhóis, italianos e outros desejável e imprescindível para o projeto político que se constituía naquele momento para o Brasil.

Alheios a esse projeto, sírios e libaneses tiveram eles próprios que justificar a sua presença no país e tecer suas próprias trajetórias tendo seus interesses particulares por vezes interpretados como egoísmo ou oportunismo. Enquanto os europeus, na visão que se propagava, vinham contribuir para o desenvolvimento nacional, os árabes eram acusados de fazerem fortunas ilicitamente respondendo a interesses puramente individuais.

Para preservarem-se de visões como essa, os imigrantes tiveram que cunhar representações positivas e ao mesmo tempo rechaçar as negativas afim de facilitar a sua inserção e ascensão na sociedade brasileira. A figura do árabe trabalhador e bem-sucedido

¹⁹⁸ MAGALHÃES, 2009, p. 76.

respondia, dessa forma, aos interesses da comunidade. O sucesso dessa representação pode ser avaliado pela eficácia com que foi largamente reproduzida fora da colônia tanto pela população quanto por escritores, intelectuais e pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Resultado de um encadeamento de processos históricos que produziu conjunturas específicas tanto no Brasil quanto nas regiões da Síria e do Líbano, a imigração sírio-libanesa estabeleceu delineamentos próprios no processo de estabelecimento, desenvolvimento e integração ao país.

No quadro geral das imigrações empreendidas no país do final do século XIX, a árabe permanece menos explorada que a italiana, a alemã ou a japonesa, apesar do Brasil abrigar a maior comunidade sírio-libanesa do mundo fora dos seus países de origem. Outra especificidade dessa imigração é o fato dos seus integrantes terem se dispersado por quase todo o território brasileiro em um movimento contrário a outros grupos étnicos que preferiram se concentrar majoritariamente nas regiões sul e sudeste do país.

Desenvolvida à margem das outras, excluída dos projetos nacionais e, por conseguinte dos subsídios do governo, a imigração de sírios e libaneses foi empreendida pela iniciativa individual e articulada por meio de redes sociais de acolhimento, solidariedade e proteção onde jovens imigrantes se apoiavam na jornada de conquista da América.

Contudo, apesar dos caracteres próprios, a imigração árabe assim como suas congêneres direcionou sua experiência migratória pelo trabalho, atribuindo um novo sentido ao ato de trabalhar. Para o imigrante recém-chegado ao país, o trabalho se revestiu de outros significados para além de um ganha-pão. O exercício desses ofícios se inseria em um projeto de vida, orientando-se através de metas e esquemas para pô-los em prática. O projeto era claro: a busca por melhores condições materiais de existência.

Como agentes dessa empresa, compartilharam uma trajetória profissional análoga, organizando seu mundo de trabalho em torno de três profissões fundamentais sob as quais assentaram as bases para o desenvolvimento financeiro e a inserção social: o mascate, o comércio e a indústria. Esses ofícios delinearão a trajetória, vivência, as práticas, a identidade e representações do grupo.

Nesta pesquisa, procurou-se examinar como o fenômeno sírio-libanês implementou-se na cidade de Codó e como ele moldou-se à lógica urbana dessa cidade. Nessa perspectiva, observou-se pouca distinção do modelo de migração aplicado na capital São Luís, revelando certa homogeneidade nas estratégias de condução da imigração.

Entretanto, tal fato, não isenta um estudo que explore os contornos dessa experiência em Codó tendo em vista a centralização que São Luís exerce sobre esse fenômeno no campo

acadêmico. A forma como ela é interpretada e representada também encontra reflexo em outras manifestações do grupo na capital. Uma conjuntura econômica e social similar pode ser apresentada como explicação para esse fato. Soma-se a isso a existência de uma mentalidade compartilhada pelo grupo expressa na forma como essa imigração foi empreendida e no conjunto de recursos utilizados: trabalho, redes, solidariedade, referências...

Apesar de não deterem o mesmo poder econômico de outrora, os remanescentes da comunidade sírio-libanesa ainda conservam alguns resquícios do capital econômico e social que caracterizou a experiência de trabalho do grupo na cidade. Como médicos, advogados, micro-empresários ou funcionários públicos, sustentam um padrão de vida médio. Para uns, mais modesto que o dos seus pais e avós; para outros, mais elevado. Exemplar disso é o fato de Codó se encontrar, atualmente, sob a administração municipal de um neto de libanês. Situação que pode ser entendida como uma dessas continuidades que sempre resistem aos eventos históricos.

O que essa pesquisa conclui é que a imigração árabe em Codó foi um fenômeno mais instigante e complexo do que aparenta. Enquanto os sobrenomes de seis famílias são facilmente reconhecidos por qualquer cidadão, a análise dos registros de impostos revela uma presença desses sujeitos em um número, no mínimo, sete vezes superior conforme mostrado na tabela 3.

O destino desses imigrantes é aberto a várias interpretações. Podem ter permanecido à margem da construção do imigrante vencedor - consolidada na denominação de “reis do comércio” - ou podem ter se evadido da cidade frente ao malogro dos seus projetos. De qualquer forma, houve uma invisibilização desses sujeitos que carregaram consigo uma boa parte do que significou a presença árabe em Codó.

Dos “vencedores” que registraram seus nomes nos logradouros públicos e na história da cidade, restou investigar e questionar a trajetória e os discursos construídos por eles e sobre eles. Nessa perspectiva, foi demonstrado que uma conjuntura economicamente favorável e a existência de um projeto pautado na contínua progressão financeira forneceu as bases para o desenvolvimento material do grupo. Parafraseando Oswaldo Truzzi: “os imigrantes estavam no lugar certo na hora certa”.

A hipérbole que alega a hegemonia comercial do sírio-libanês em Codó na condição de “reis do comércio” apesar de excessiva não afronta a realidade. Tendo como critérios a progressão material, a inserção social e as narrativas por elas inspiradas e ainda que não seja a intenção dessa pesquisa avaliar o saldo geral dessa imigração e sim seus caracteres, dificilmente

se poderia conceder um parecer sobre essa imigração que não fosse como bem-sucedida, conferindo ao livro da história da cidade um capítulo singular, escrito em árabe.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luís Felipe de; RENAUX, Maria Luíza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ASSIS, Ingrid Pereira de. *Descendentes de libaneses na política do Maranhão: ascensão econômica, relações pessoais e afirmação política*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, 2012
- BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAMPOS, Marden Barbosa de. Seletividade e migração. In: *População, espaço e sustentabilidade*. s.d, p. 187-201.
- CARDOSO, Manoel Frazão. *O Maranhão por dentro*. São Luís: LITHOGRAF, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. Os sírio-libaneses em São Luís e no Maranhão: relações inter-étnicas e processo de assimilação cultural de imigrantes na sociedade regional e nacional. *Ciências Humanas em Revista*, v.7, n.1, São Luis/MA, 2009.
- DECA, Salvatori de. História, acontecimento e narrativa. In: Francisco Alcides do Nascimento. (Org.). *História, Cidade e Memória*. Teresina: EDUFPI, 2003.
- FARHAT, Emil. *Dinheiro na estrada: uma saga de imigrantes*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.
- FAUSTO, Boris. *Imigração e participação política na Primeira República*. XVII Encontro Anual da APOCS, 1993.
- FRANÇA, Magda. *O estabelecimento da colônia libanesa no Maranhão*. Monografia de Graduação. São Luís: UFMA, 1990.
- FURTADO, Frederico Mamede S. *A comunidade Sírio-Libanese e sua inserção na elite maranhense*. Monografia de Graduação, UEMA, 2008.
- GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*. Salvador: Editora Pontocom, 2012.

- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização dos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n .1, 1998, p. 5-37.
- HAJJAR, Claude Fahd. *Imigração árabe: 100 anos de reflexão*. Editora Cone: São Paulo, 1985.
- HALBWACHS. *A memória coletiva*. Editora Vértice: São Paulo, 1990.
- IMPÉRIO DO BRASIL. *A província do Maranhão e a imigração: guia do imigrante*. 1988.
- KARAM, John Tofik. Fios árabe, tecido brasileiro. In: *Árabes somos nós: as origens que o Brasil desconhece*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Nº 46, 2009.
- KLEIN, Hebert S. Migração Internacional na história das Américas. In: *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. FAUSTO, Boris (Org.). São Paulo: Edusp, 2000
- LIMA, Olavo Corrêa. *Os sírios e libaneses no Maranhão*. São Luís, 1987.
- MACEDO, Eurico Teles de. *O Maranhão e suas riquezas*. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MACHADO, João Batista. *Codó: histórias do fundo do baú*. Codó: FACT/UEMA, 1999.
- MAGALHÃES, Marcelo Vieira. *Sírios e libaneses na cidade de São Luís (1885-1930): entre táticas e representações*. 2009,123 f. Dissertação, (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia do Frias, 1870.
- MATOS, Maria Izilda de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, São Paulo, 2002.
- MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. D.A.S.P - Serviço de documentação, 1960.
- MESQUITA Benjamin Alvino de. *A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80)*. Disponível em: www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/.../1694. Acesso em: 06 setembro 2017.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SALAZAR, Francês de Francis Silva. A economia fabril em Codó-MA: O tecelar da modernidade (1892-1920). In: *História e Política: problemas e abordagens nos contextos brasileiros*. Teresina, Edufpi, 2016.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, Antônio Guimarães de. *Algodão: ouro branco (tempo e espaço)*. São Luís, Ed. do Autor, 2007.

OSMAN, Samira Adel. *O papel da mulher árabe no processo migratório entre o Brasil e o Líbano*. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/S/Samira_Osman_45.pdf>. Acesso em: 23 julho 2017.

PEIXOTO, João. *As Teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*. SOCIUS: Lisboa, 2014.

PEREIRA, João Baptista B. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. *Revista USP*, São Paulo, p. 6-29, junho/agosto 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista brasileira de História*. V. 24, n. 53, 2007.

_____. *História e história cultural*. Editora Autêntica, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SALAZAR, Francês de Francis Silva. *De mascates a “reis do comércio”: a trajetória comercial dos imigrantes sírio-libaneses em Codó (1920-1970)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. *Revivendo a colônia: o papel da mulher na imigração Sírio-libanesa no Brasil*. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/M/Marcia_Siqueira_55.pdf>. Acesso em: 23 julho 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Joana Batista de. O poder dos trilhos: a trajetória do trem em Caxias no final do século XIX até a década de 1920. In: *Percorrendo becos e travessas: feitos e olhares das histórias de Caxias*. PESSOA, Jordânia M./ MELO, Salânia M. Barbosa (orgs.). Teresina: Edufpi, 2010.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TILLY, Charles. TILLY, Charles. *Migration in Modern European History*. University of Michigan, 1976.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 1 p. 199-218, jan. 2008.

_____. O lugar certo na hora certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 27, 2001.

_____. Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo. Editora Hucitec: São Paulo, 1997.

_____. Verde, amarelo, azul e mouro. In: *Árabes somos nós: as origens que o Brasil desconhece*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Nº 46, 2009.

_____. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. FAUSTO, Boris (Org.). São Paulo: Edusp, 2000.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão (1896-1934)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. v. 2.

DOCUMENTOS

Atas especiais (1943). Prefeitura Municipal de Codó.

Balança comercial do Maranhão (1944). Departamento Estadual de Estatística: Maranhão, T.I.P.M. Silva, 1945.

Balança comercial do Maranhão (1941). Departamento Estadual de Estatística: Maranhão, T.I.P.M. Silva, 1945.

Registro do Porto do Maranhão. Arquivo Público do Maranhão.

Registro do lançamento do Imposto sobre indústrias e profissões (1938). Prefeitura Municipal de Codó.

Registro de Impostos sobre criação de gado (1939). Prefeitura Municipal de Codó.

ENTREVISTAS:

ASSEN, Mamede Nagib Freitas. *Entrevista concedida a Francês de Francis Silva Salazar*. Codó, 13 jun. 2014.

ALVIM, Zarife Buzar Francis. *Entrevista concedida a Francês de Francis Silva Salazar*. Codó, 21 mai. 2014.

GOMES, Carlos. *Entrevista concedida a Francês de Francis Silva Salazar*. Codó-MA, 28 abr. 2014.

- NETO, João Buzar. *Entrevista a Francês de Francis Silva Salazar*. Codó, 21 jan. 2014.
- SAADS, Maria Rita B. *Entrevista a Francês de Francis Silva Salazar*. Codó, 16 mai. 2014.
- ZAIDAN, Getúlio. *Entrevista concedida a Francês de Francis Silva Salazar*. Codó, 09 dez. 2017.

MEMORIAL

- GOMES, Carlos; MACHADO, João Batista. In: *Memorial escrito*. Codoenses e não codoenses: sínteses biográficas. Codó, 21 de janeiro de 2014.

JORNAIS

- Correio do Codó*, Codó, 12 de fevereiro de 1919.
- Correio de Codó*, Codó, 07 de jan. 1920.
- Correio do Codó*, 2 de junho de 1920.
- Correio do Codó*, 16 de junho de 1920.
- Correio do Nordeste*, São Luís, 1961/ 1962/1963.
- O garoto*, Codó, 17 de maio. 1931.
- O monitor*, Codó, 1951.

